Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Administração e Finanças

Valéria Mendonça Esteves

Débitos e créditos da inclusão: reflexões para uma educação antirracista no ensino da contabilidade

Rio de Janeiro

2025

Valéria Mendonça Esteves

Débitos e créditos da inclusão: reflexões para uma educação antirracista no ensino da contabilidade

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle de Gestão.

Orientadora: Profª. Drª. Renata Geórgia Motta Kurtz

Rio de Janeiro

2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/B

E79 Esteves, Valéria Mendonça
Débitos e créditos da inclusão: reflexões para uma educação antirracista no ensino da contabilidade / Valéria Mendonça Esteves. – 2025.
110 f.

Orientadora: Profª. Dra Renata Geórgia Motta Kurtz
Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Finanças.

Bibliografia: f. 101-110.

1. Contabilidade – Estudo e ensino - Teses. 2. Antirracismo - Teses. I. Kurtz, Renata Geórgia Motta. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Finanças. III. Título. CDU 657:37

Bibliotecária: Lucia Andrade CRB7/5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Valéria Mendonça Esteves

Débitos e créditos da inclusão: reflexões para uma educação antirracista no ensino da contabilidade

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle de Gestão.

Aprovada em 28 de agosto de 2025.

Banca Examinadora:

_____

Profª. Drª. Renata Geórgia Motta Kurtz (Orientadora)

Faculdade de Administração e Finanças - UERJ

_____

Prof. Drª. Tânia Maria de Oliveira Almeida Gouveia

Faculdade de Administração e Finanças - UERJ

_____

Prof. Drª. Camilla Soueneta Nascimento Nganga

Universidade Federal de Uberlândia

Rio de Janeiro

2025

DEDICATÓRIA

À minha filha, ao meu esposo, à minha mãe, às minhas irmãs e aos meus sobrinhos, com muito amor, dedicação e sacrifício.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela minha vida e por me permitir chegar até aqui. A Ele toda honra, glória e louvor por toda inspiração e pelo privilégio de obter o meu tão sonhado título de mestre. A porta que Ele abre ninguém fecha.

À minha mãe, Maria de Lourdes, mulher que me deu a vida e lutou pela minha criação e a dos meus quatro irmãos. Tamanho amor que não mediu esforços para que eu pudesse ser quem sou hoje e meus irmãos também. Muito obrigada, querida mãezinha, pelo amor incondicional, pelos valores passados e por acreditar e investir na gente.

À minha filha, Vitória, princesa linda que Deus me deu. Te amo! Desculpe-me pelas ausências, mas a mamãe está investindo no seu futuro.

Ao meu esposo, Simá, pela parceria, presença e apoio ao longo desse percurso. Por acreditar em mim, me apoiar e incentivar a não desistir do meu sonho. Essa conquista é nossa.

Às minhas irmãs, Vânia e Vilma, por serem inspiração para mim: mulheres fortes, inteligentes e protagonistas também de suas histórias. Minha rede de apoio, minhas amigas, minha base. Vocês fazem parte deste legado. Gratidão pelas escutas, pelas opiniões e por me acolherem sempre que eu precisava de forças para continuar. Amores da minha vida, sempre juntas! Obrigada pelo apoio e incentivo.

Ao meu cunhado, Edgard, pelos conselhos, escuta e parceria. Muito obrigada você também faz parte desta trajetória, sempre com contribuições ricas.

Ao meu pai, ao meu irmão e aos meus demais parentes: vocês também fazem parte dessa conquista.

À minha orientadora Profª. Drª. Renata Geórgia Motta Kurtz, pela orientação, apoio e amizade ao longo deste trabalho. Sem você, esse projeto não teria sido realizado. Obrigada por impulsionar o melhor de mim, por não largar minha mão e por permanecermos juntas até o fim. Gratidão pelas partilhas e todo conhecimento compartilhado. Muito obrigada, querida mestre!

À querida Profª. Drª. Tarsila, pelas aulas, partilhas e revisão desta dissertação. Obrigada, mestre!

À querida Professora Drª. Tânia, pelos ensinamentos e por todo apoio ao longo desta trajetória acadêmica. Suas aulas foram fundamentais para realização deste projeto. Obrigada, mestre!

À querida Professora Drª. Camilla, uma referência e fonte de inspiração para mim. Foi uma honra contar com sua participação na composição da minha banca examinadora. Muito

obrigada pelos apontamentos e contribuições que enriqueceram esta dissertação. Meus sinceros agradecimentos, renomada mestre.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis/FAF/UERJ, em especial aos professores Andrea Paula, Leonel, Carlyle, Francisco, Ranha, Pessanha e João Alberto.

Aos servidores da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis/FAF/UERJ, de modo especial à querida Samantha, pelo suporte e carinho.

À turma do Mestrado Acadêmico em Ciências Contábeis/UERJ 2023: foi especial fazer parte desta jornada com vocês. Agradeço todas as amizades cultivadas, em especial minhas queridas amigas Naira, Annina e Rafaela obrigada pelas trocas, parcerias e carinho. Vocês são mulheres que inspiram com suas trajetórias! Agradeço também aos amigos Vitor e Wilison, pelo suporte e incentivo.

Aos meus amigos Alexandre Terra, Priscila Xavier e Verônica Lourenço, que sempre me apoiaram emocionalmente com palavras de incentivo, reflexões e risadas garantidas. A amizade de vocês é essencial na minha vida e também uma fonte de inspiração.

Às amigas Rosário, Maria da Júlia, Mariane, Edna, Jaline, Sara, Gracinha, Patrícia, Kelly, Regina, Elenice, Josy, Letícia, Welícia, Fátima, Suziane, Andrea e Rosana, pelo carinho e energia positiva.

Aos amigos do Ministério da Saúde/RJ, especialmente do Setor de Pagamento de Ativos: obrigada a todos pela amizade e experiências compartilhadas.

Aos meus amigos do Grupo de pesquisa LIPE: Jõao Victor, Danielly, Jesebel, Letícia, Ketlyn, Juliana, Carina, Crystiano, Maiara e a todos os demais integrantes. Juntos, exploramos novos espaços e expandimos conhecimentos.

Ao Ministério da Saúde, meu órgão de origem, e ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (DECIPEX), agradeço por permitirem a realização do curso em concomitância com minhas atividades laborais.

A Drª Ana Beatriz, por ter salvo minha vida na emergência e providenciado minha internação. Muito obrigada! E a todos os profissionais do Hospital Itaipu que cuidaram de mim durante oito dias de internação, em especial ao Dr. Cléber, Dr. Rafael Mônaco, Dr. Luiz, Dr. João Pedro, Kléber, Carlos, Nierli, Cíntia, Viviane, Maria Claudeci e todos aqueles que contribuíram para minha recuperação. Meu muito obrigada!

Por fim, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste mestrado: gratidão.

Se os bons combates eu não combater
Minha coroa não conquistarei
Se minha carreira eu não completar
De que vale a minha fé tanto guardar
Padre Fábio de Melo

RESUMO

ESTEVES, Valéria Mendonça. *Débitos e créditos da inclusão*: reflexões para uma educação antirracista no ensino da contabilidade, 2025. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Esta dissertação investiga a inserção das questões étnico-raciais em uma perspectiva antirracista na Educação Contábil. A literatura a respeito indica que tais discussões não apenas no campo da contabilidade, mas em todas as áreas do conhecimento, contribuem para a construção de um ambiente educacional e mercado de trabalho mais inclusivos e justos. O objetivo geral é investigar questões étnico-raciais em uma perspectiva antirracista na Educação Contábil nos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado). A metodologia adotada é qualitativa, por meio de pesquisa documental, explorando documentos públicos e informações disponíveis nos portais das universidades, do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Plataforma CNPq, por meio da análise dos currículos Lattes dos docentes de quatro universidades públicas do Rio de Janeiro. Os achados evidenciam a existência de apenas nove disciplinas na graduação que dialogam com as relações étnico-raciais e duas na pós-graduação. O engajamento de alguns docentes parece ser marcado por iniciativa individual e não parte integrante de um projeto pedagógico institucional. Por outro lado, constatou-se avanços significativos no âmbito das políticas públicas de equidade e combate ao racismo, mediante a criação das instâncias institucionais (Assessoria, Câmara, Comissão, Coordenadoria, Diretorias, Grupo de Trabalho e Superintendências) específicas nas universidades analisadas. Apesar disso, as matrizes curriculares permanecem orientadas por uma lógica tecnicista e normativa, que se distancia das discussões étnico-raciais. Como contribuição, esta dissertação propõe que os cursos de Ciências Contábeis incorporem de forma sistemática e transversal os conteúdos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Tal incorporação visa promover junto aos docentes uma educação antirracista, que valorize as epistemologias negras, indígenas e periféricas como fontes de conhecimento. A pesquisa também fomenta a visibilidade da população negra no campo contábil, promovendo discussões étnico-raciais e ressaltando a importância desses registros nos currículos acadêmicos. Foram apresentadas proposições concretas voltadas à construção de um ensino de contabilidade comprometido com a educação antirracista.

Palavras-chave: Contabilidade. Ensino da Contabilidade. Diversidade e Inclusão. Educação Antirracista. Racismo.

ABSTRACT

ESTEVES, Valéria Mendonça. *Debits and credits of inclusion*: reflections for an anti-racist education in accounting education, 2025. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

This dissertation investigates the incorporation of ethno-racial issues from an anti-racist perspective in Accounting Education. The literature indicates that such discussions, not only in the field of accounting but across all areas of knowledge, contribute to building a more inclusive and equitable educational environment and labor market. The general objective is to examine ethno-racial issues through an anti-racist lens within undergraduate and *stricto sensu* graduate (Master's and Doctoral) programs in Accounting Education. The methodology adopted is qualitative, based on documentary research, exploring public documents and information available on the websites of universities, the Ministry of Education and Culture (MEC), and the CNPq Platform, through the analysis of Lattes résumés of faculty members from four public universities in Rio de Janeiro. The findings reveal the existence of only nine undergraduate courses that engage with ethno-racial relations, and two at the graduate level. The engagement of some faculty members appears to stem from individual initiative rather than being part of an institutional pedagogical project. On the other hand, significant progress has been identified in public policies aimed at equity and combating racism, through the establishment of specific institutional bodies (Advisory Offices, Chambers, Commissions, Coordinating Offices, Directorates, Working Groups, and Superintendencies) at the universities analyzed. Despite these advances, the curricula remain guided by a technicist and normative logic, which distances itself from ethno-racial discussions. As a contribution, this dissertation proposes that Accounting programs systematically and transversally incorporate the content of the National Curriculum Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations. This incorporation aims to foster anti-racist education among faculty, valuing Black, Indigenous, and peripheral epistemologies as legitimate sources of knowledge. The research also seeks to enhance the visibility of the Black population in the field of accounting by promoting ethno-racial discussions and emphasizing the importance of such content in academic curricula. Concrete proposals were presented to support the development of accounting education committed to anti-racist education.

Keywords: Accounting. Accounting Education. Diversity and Inclusion. Antiracist Education. Racism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Desenho da Pesquisa..... 49

Quadro 2 - Mapeamento das iniciativas étnico-raciais dos portais da UERJ, UFF, UFRJ e UFRRJ..... 51

Quadro 3 - Disciplinas que abordam questões étnico-raciais nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis..... 75

Quadro 4 - Síntese das proposições para uma Educação Contábil Antirracista: Categorias, Autores e Reflexões..... 84

Quadro 5 - Síntese de temas possíveis de serem investigados com relação às discussões étnico-raciais no Ensino da Contabilidade..... 87

Quadro 6 - Proposições para uma Educação Antirracista em algumas disciplinas da Contabilidade..... 94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Registros da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis/UERJ..... 53

Tabela 2 - Registros da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis/UERJ..... 55

Tabela 3 - Registros da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis/UFF..... 57

Tabela 4 - Registros da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis/UFRJ..... 60

Tabela 5 - Registros da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis/UFRJ..... 64

Tabela 6 - Registros da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis/UFRRJ..... 66

Tabela 7 - Dados consolidados da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis..... 68

Tabela 8 - Dados consolidados da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis..... 69

Tabela 9 - Dados consolidados dos professores do Curso de Graduação em Ciências Contábeis..... 70

Tabela 10 - Dados consolidados dos professores do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis..... 71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AFIDE	Assessoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade
CES	Câmara de Educação Superior
CEPG	Conselho de Ensino para Graduados
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGU	Controladoria Geral da União
CIPAAI	Câmara para Implementação de Políticas Afirmativas Antirracistas e Interseccionais
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPVA	Comissão Permanente de Validação da Autodeclaração
CPID	Comissão Permanente da Política Institucional pela Diversidade, Gênero, Etnia/raça e Inclusão
COOPVA	Coordenadoria de Validação da Autodeclaração
CONSUN	Conselho Universitário
CPPV	Comissão Permanente de Prevenção à Violência
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
DCNERER	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais
DECIPEX	Diretoria de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos
DIRAD	Diretoria de Admissão
DIRER	Diretoria de Relações Étnico-Raciais
ESG	Environmental, Social and Governance
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FAF	Faculdade de Administração e Finanças
FNB	Frente Negra Brasileira
GTMD	Grupo de Trabalho de Memória e Documentação

LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais, mais outras identidades de gênero e orientações sexuais
LIPE	Laboratório de Inovação, Pesquisa, Ensino em Administração, Contabilidade e Empreendedorismo
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MNU	Movimento Negro Unificado
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PROAFRO	Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos
PPGCC	Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis
RT	Referencial Teórico
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SUPEERG	Superintendência de Equidade Étnico-racial e de Gênero
SGAADA	Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade
SGCOM	Superintendência-Geral de Comunicação Social
STF	Superior Tribunal Federal
TEN	Teatro Experimental Negro
TCC	Trabalho de conclusão de curso
UDT	Unidade de Desenvolvimento Tecnológico
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
1	**REFERENCIAL TEÓRICO**	25
1.1	**Questão racial no Brasil**	25
1.2	**Contabilidade e questões étnico-raciais**	34
1.3	**Ensino da Contabilidade**	37
1.4	**Educação Antirracista**	41
2	**METODOLOGIA**	45
2.1	**Classificação e natureza da pesquisa**	45
2.2	**Pesquisa documental**	45
3	**ANÁLISES E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**	50
3.1	**Análise das questões étnico-raciais nos portais institucionais e Departamentos de Contabilidade**	50
3.2	**Mapeamento da Plataforma Lattes CNPq das atividades acadêmicas, científicas e grupos de pesquisas relacionadas à temática étnico-racial dos docentes de Contabilidade**	52
3.3	**Mapeamento dos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação e Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**	52
3.4	**Mapeamento dos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UFF**	56
3.5	**Mapeamento dos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UFRJ**	58
3.6	**Mapeamento dos currículos Lattes dos docentes do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis da UFRJ**	63
3.7	**Mapeamento dos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UFRRJ**	65
3.8	**Mapeamento consolidado da temática étnico-racial dos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis**	67
3.9	**Mapeamento da questão étnico-racial nas grades curriculares e ementas**	72
4	**Proposições para uma Educação Antirracista no ensino da Contabilidade**	81

4.1 **Articulação das proposições para uma Educação Antirracista no ensino da Contabilidade com o Referencial Teórico**..... 84

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 97

REFERÊNCIAS..... 101

INTRODUÇÃO

A contabilidade não é aplicada nas organizações apenas por sua técnica ou aparente neutralidade, mas sim por seu papel como prática social que influencia o comportamento humano e gera efeitos tanto planejados quanto imprevistos no funcionamento e na evolução das organizações e da sociedade como um todo (Carnegie *et al.*, 2020). Enquanto ciência social aplicada, a contabilidade também deve empenhar-se em dar voz a questões e grupos tradicionalmente marginalizados (Homero Junior, 2021). Nesse sentido, Silva e Casa Nova (2024) destacam que a escassez de estudos sobre questões raciais na área contábil evidencia a necessidade de promover e ampliar o debate, por meio de publicações que abordem a temática étnico-racial.

O Brasil apesar de possuir a maior população de descendentes de africanos fora da África, ainda enfrenta a predominância do preconceito e da discriminação na sociedade. Essa realidade é evidenciada pelas diversas barreiras que estudantes negros encontram tanto no ensino superior público quanto no mercado de trabalho, ambos caracterizados por alta competitividade (Santos *et al.,* 2023). Além disso, até 2016, questões de gênero e raça não pareciam ser objetos de estudos na área contábil brasileira (Silva, 2016).

A crítica ao papel da contabilidade na manutenção das desigualdades sociais não é uma proposta isolada, mas faz parte de um movimento mais amplo dentro da academia contábil, que questiona os parâmetros estabelecidos pela hegemonia neoliberal. Nesse contexto, Annisette e Prasad (2017) argumentam que a contabilidade, muitas vezes manipulada por forças neoliberais, atua como uma de suas ferramentas de manutenção para reforçar práticas de desigualdade, cujos impactos vão além das questões de gênero, abrangendo também as interseções com raça e classe.

A desigualdade salarial, por exemplo, é um reflexo dessa estrutura hierárquica marcada pela raça, em que os homens brancos estão no topo, seguido pelas mulheres brancas, abaixo os homens negros e na base estão as mulheres negras que ocupam os níveis mais baixos da estrutura salarial (Borsatto Júnior; Zabotti; Araújo, 2020). Estes dados mostram que a população negra recebe renda inferior, o que limita sua ascensão e estabilidade financeira, perpetuando o ciclo de pobreza e exclusão.

Esse contexto de desigualdade está diretamente relacionado às três formas de racismo identificados por Almeida (2019) como individualista, institucional e estrutural. O racismo individualista refere-se às atitudes discriminatórias de indivíduos ou grupos baseados em características raciais. Já o racismo institucional manifesta-se por meio de normas e práticas

que perpetuam a supremacia do grupo racial dominante, influenciando a cultura, padrões estéticos e as relações de poder. Por sua vez, o racismo estrutural abrange as duas formas anteriores, argumentando que as instituições reproduzem o racismo devido à estrutura racista enraizada na sociedade, naturalizando-o em diversas áreas como política, economia, educação, saúde e nas relações sociais.

Dessa forma, o racismo contribui para que parte da sociedade considere normal a marginalização da população negra, como o recebimento de baixos salários, a realização de trabalhos degradantes, não ingresse nas universidades, não ocupe cargos de direção, resida em áreas periféricas e seja frequentemente alvo de violência estatal (Almeida, 2019). Além disso, Silva (2016) acrescenta que no campo contábil, o racismo também se manifesta mediante experiências de invisibilidade, violências sutis, baixa autoestima, dificuldades de socialização e obstáculos à permanência de pessoas negras nos ambientes acadêmicos.

No Brasil, a universidade é vista como um espaço que transcende a formação técnica e científica, sendo também associada a privilégios sociais historicamente vinculados à população branca (Almeida, 2019). Para a população negra, o acesso ao ensino superior é marcado por inúmeras barreiras, muitas das quais têm origem na educação básica, como a falta de professores, a falta de infraestrutura nas escolas e questões relacionadas à ausência de segurança pública. Esses fatores contribuem para a manutenção das desigualdades educacionais e sociais.

Portanto, a educação superior se apresenta como um instrumento fundamental para a obtenção de melhores condições de vida e o acesso a melhores oportunidades no mercado de trabalho. Embora a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Brasil, 2012), que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, conhecida como Lei de Cotas, tenha impulsionado a inclusão de estudantes negros em cursos de graduação nas universidades públicas federais, a representatividade desses estudantes nos programas de pós-graduação *stricto sensu* permanece reduzida, impactando negativamente o acesso à carreira docente (Mello; Resende, 2019).

Nesse contexto, a educação antirracista se apresenta como uma importante ferramenta de transformação social. Para além da correção de desigualdades históricas, mas também na formação dos cidadãos conscientes de seu papel no combate aos preconceitos, ao racismo e às desigualdades sociais. Uma educação antirracista propõe mudanças significativas nas práticas pedagógicas, curriculares e nas relações sociais, visando garantir a igualdade no acesso a oportunidades e representatividade.

Para Almeida (2019), a transformação social exige mais do que simples denúncias ou repúdio moral ao racismo; é fundamental a adoção de posturas e práticas antirracistas que desafiem a discriminação em todos os níveis da sociedade, incluindo o sistema educacional.

A educação brasileira tem avançado nas discussões sobre o enfrentamento do racismo estrutural no ambiente escolar, especialmente após a promulgação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (Brasil, 2003), que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio. Essa legislação impulsionou diversas ações voltadas à valorização da população negra, como a produção de livros didáticos que apresentam pessoas negras como protagonistas e a formação de professores com base em uma perspectiva antirracista, entre outras iniciativas (MEC, 2023).

Posteriormente, a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Essas diretrizes devem ser observadas pelas instituições de ensino em todos os níveis e modalidades da educação, especialmente nos cursos de formação inicial e continuada de professores, com o objetivo de orientar práticas pedagógicas voltadas à promoção da equidade racial e ao reconhecimento da diversidade étnico-racial presente na sociedade brasileira (Brasil, 2004).

Apesar dos avanços representados pela Lei nº 10.639/2003 e pela Resolução nº 1/2004, sua efetiva implementação ainda enfrenta inúmeros desafios nas instituições de ensino. Muitas escolas e universidades limitam-se ao cumprimento superficial das normas, tratando os temas étnico-raciais apenas em datas comemorativas ou como conteúdos isolados, sem a devida transversalidade no currículo. Além disso, a ausência de formação continuada qualificada para educadores e a escassez de materiais didáticos que reflitam a diversidade racial de forma crítica podem comprometer a eficácia dessas políticas.

A educação antirracista é uma prática pedagógica comprometida com a equidade racial, a valorização das identidades e culturas étnico-raciais e o combate à discriminação racial. No contexto universitário, ao questionar os currículos hegemônicos, é uma forma de enfrentar as desigualdades estruturais reproduzidas no espaço acadêmico. Além disso, ao promover a discussão de questões étnico-raciais impulsiona a presença de pessoas negras nos currículos, nas salas de aula, nas pesquisas e no exercício profissional que são caminhos para a transformação social.

O ativismo antirracista também deve ser incorporado à área contábil. Segundo Haynes (2024), a contabilidade, por meio do ativismo acadêmico, deve desempenhar um papel ativo no combate às desigualdades relacionadas a atributos pessoais, como a raça, além de enfrentar

os efeitos globais do neoliberalismo e das desigualdades estruturais do colonialismo, da escravidão e da repressão. Ao adotar práticas emancipatórias, os profissionais da contabilidade podem superar essas desigualdades sociais e promover mudanças significativas, oferecendo uma alternativa transformadora ao *status quo* que perpetua e reforça essas desigualdades.

Desse modo, os acadêmicos de contabilidade têm um papel fundamental na promoção da diversidade e da justiça social, ao desenvolver estudos e metodologias que abordem essas questões e inspirem os discentes a atuarem como agentes de transformação nas organizações e nas práticas contábeis. Com isso, ao utilizar perspectivas descolonizadas na formação contábil, ou seja, ao questionar os métodos tradicionais e incluir diferentes vozes e experiências, promove-se a construção de práticas contábeis mais inclusivas e alinhadas à diversidade (Ghio *et al.,* 2024).

Apesar de sua importância, o debate sobre as desigualdades raciais na profissão contábil tem sido historicamente negligenciado, com uma atenção insuficiente à interseccionalidade. Muitos órgãos profissionais de contabilidade têm priorizado questões de gênero, enquanto as questões raciais continuam em segundo plano, apesar de sua relevância social e política. Essa ausência de foco nas desigualdades raciais representa um grande problema social e oferece oportunidade para a pesquisa contábil interdisciplinar, permitindo a exploração de como a contabilidade pode ser uma ferramenta eficaz na redução das desigualdades raciais (Agyemang *et al*., 2024).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2025), embora divulgue estatísticas por gênero, região e categoria profissional (contador e técnico), não disponibiliza dados quanto à composição racial. A ausência dessa variável revela não apenas a invisibilização dos profissionais negros na contabilidade, mas também dificulta a identificação de disparidades, de barreiras no acesso e de permanência enfrentadas por esses grupos. Além disso, essa omissão limita a discussão sobre equidade e compromete a formulação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades étnico-raciais na área contábil.

Nesse contexto, Santana (2019) observa que o processo formativo dos estudantes de Ciências Contábeis ainda é predominantemente tecnicista, com ênfase na aprendizagem prática da profissão e sem a devida consideração das questões étnico-raciais, perpetuando um perfil profissional masculino e branco. Essa limitação na formação contribui com o quê foi apontado no estudo de Dourado e Casa Nova (2024), ao destacarem que, na área contábil, é comum a utilização de pesquisas e atividades relacionadas a metodologias quantitativas, especialmente na análise das demonstrações contábeis, mercado financeiro ou de áreas

tributárias, o que também reflete uma abordagem limitada, sem integrar questões sociais mais amplas.

Silva e Casa Nova (2024) investigaram o fenômeno do "teto de vidro" nas interações cotidianas e nas trajetórias acadêmicas de mulheres negras no campo contábil, mostrando como barreiras invisíveis limitam a ascensão na carreira dessas profissionais, apesar de sua qualificação. Por sua vez, a pesquisa de Reimol *et al*. (2024) analisa o quadro docente de contabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) após a implementação da lei de cotas em concursos públicos. O estudo de Reimol *et al*. (2024) revela a falta de alinhamento dessas instituições com a política de ações afirmativas em concurso público e destaca a necessidade de um maior compromisso das universidades na promoção de um ambiente mais inclusivo e igualitário.

A formação dos profissionais contábeis deve ir além do domínio técnico, incorporando também uma compreensão crítica das questões sociais, envolvendo o racismo e as desigualdades. Assim, sem a integração de discussões étnico-raciais no currículo acadêmico, o ensino contábil pode acabar perpetuando desigualdades estruturais, reforçando preconceitos e estigmas existentes na sociedade e nas organizações. Dados corroborados no estudo de Alves e Silva (2023), que analisaram a percepção dos estudantes negros do curso de Ciências Contábeis de uma universidade pública federal de Minas Gerais sobre o racismo apontam que as questões étnico-raciais não são abordadas no curso.

A literatura existente sobre a formação do contador concentra-se principalmente em aspectos técnicos e financeiros, colocando em segundo plano discussões sobre questões sociais, raciais e igualdade de oportunidades, o que resulta na manutenção de um sistema que perpetua desigualdades. O comprometimento com a transformação social é imprescindível para a formação contábil.

Além disso, ao ignorar as demandas por equidade e inclusão, as instituições de ensino podem contribuir para a exclusão de grupos minorizados, dificultando a criação de um ambiente mais justo, tanto no campo acadêmico quanto no mercado de trabalho. Assim, é fundamental que o ensino contábil adote discussões étnico-raciais de forma contínua e transformadora, com a finalidade de construir uma sociedade mais igualitária. Portanto, visando preencher essa lacuna, cabe questionar: **existem discussões étnico-raciais na Educação Contábil?**

OBJETIVO GERAL

Investigar questões étnico-raciais em uma perspectiva antirracista na Educação Contábil nos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Investigar as iniciativas das Instituições de Ensino Superior (IES) e Departamentos de Contabilidade situadas no estado do Rio de Janeiro relacionadas às questões étnico-raciais;
2. Identificar as atividades acadêmicas, científicas e grupos de pesquisas relacionadas à temática étnico-racial dos docentes de contabilidade;
3. Investigar se e como esses cursos abordam questões étnico-raciais;
4. Contribuir com proposições para uma educação antirracista no ensino da contabilidade.

Nesse trabalho, a investigação será realizada por meio da pesquisa da visibilidade ou ausência da temática étnico-racial nos sites institucionais das IES, nas disciplinas ofertadas relacionadas à pauta e nos registros acadêmicos-profissionais disponíveis nos currículos Lattes dos docentes do curso de Ciências Contábeis. Parte-se do pressuposto de que tais elementos podem revelar em que medida a área contábil se articula na discussão de assuntos como ações afirmativas, ancestralidade, história e cultura afro-brasileira, discriminação racial, diversidade étnico-racial, racismo entre outros assuntos correlatos.

A contribuição desse estudo científico torna-se relevante pelo ambiente universitário brasileiro carecer de pluralidade racial de docentes, pois os negros e os indígenas são sub-representados em todas as áreas de conhecimento (Campos; Candido, 2023). O que pode resultar em escassez cultural no meio acadêmico, pois só é transmitido um conhecimento unilateral na visão dos grupos homogêneos, omitindo ou negligenciando as vivências dos grupos minorizados, podendo reforçar discriminações e exclusões.

A promoção da diversidade e da inclusão no corpo docente contribuem para o enriquecimento do ambiente acadêmico e representação da população brasileira, promovendo uma produção acadêmica com mais qualidade no desenvolvimento de novas ideias e abordagens (Campos; Candido, 2023). No entanto, a presença de docentes negros e indígenas, não deve ser tratada como solução para enfrentamento do racismo nas IES, cuja responsabilidade é institucional. Além disso, esses docentes não devem ser restringidos à discussões da temática étnico-raciais, uma vez que possuem formações, trajetórias e competências que os habilitam protagonizar diferentes áreas do conhecimento.

Em consonância com isso, destaca-se a iniciativa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que em novembro de 2023, realizou uma audiência pública sobre o número de professores negros atuantes na instituição. O objetivo da audiência foi estabelecer diretrizes gerais a serem aplicadas em todos os departamentos para aumentar o quantitativo de docentes negros, conforme estabelecido pela reserva legal de 20% dos candidatos autodeclarados pretos e pardos. Contudo, a implementação dessa política tem sido dificultada em concursos para a docência, pois as decisões sobre as regras de aplicação ficam a cargo dos departamentos, que nem sempre consideram a inclusão de professores negros em seus quadros (Silva, 2023).

Quanto à relevância gerencial, com a inserção de conteúdos relacionados à questões étnico-raciais na educação contábil, as organizações contábeis podem se beneficiar ao contratar profissionais conscientes das questões raciais, uma vez que a diversidade aprimora a tomada de decisão, a inovação e o crescimento sustentável (Ferreira, 2023). Essa inovação pode ser exemplificada por empresas que promovem a diversidade racial, de gênero e a inclusão, como Natura & Co, Magazine Luiza, Itaú Unibanco, Bradesco, PespsiCo, Ambev, Bayer e Accenture, mostrando que a diversidade é um fator fundamental para o sucesso organizacional (Círico, 2024).

Do ponto de vista social, a sociedade contemporânea exige cada vez mais que os profissionais contábeis sejam críticos e adaptáveis às constantes mudanças sociais, que busque conhecimentos abrangentes e interdisciplinares. Cada vez mais se torna essencial a discussão da invisibilidade de grupos minorizados na contabilidade, pois os mesmos enfrentam desafios contínuos, lutam para garantir seu espaço na sociedade e necessitam da colaboração de toda sociedade, inclusive dos profissionais da área contábil (Rodrigues *et al*., 2023).

A Agenda 2030 é um plano de ação global adotado pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030. Nesse contexto, o trabalho está particularmente alinhado ao ODS 10, que busca reduzir as desigualdades, ao incentivar discussões étnico-raciais no ensino da contabilidade. Também se conecta ao ODS 18, implementado pelo governo brasileiro, que ao abordar questões étnico-raciais na universidade, visa combater o racismo e a discriminação contra povos afrodescendentes.

Este estudo se insere na linha de pesquisa: Contabilidade, Organizações e Sociedade na área de Controle de Gestão, tendo em vista a aderência com a missão do Programa de Mestrado Acadêmico em Ciências Contábeis da UERJ, com o intuito de contribuir para a

promoção de discussões étnico-raciais nas IES, com ênfase na formação do contador com pensamento crítico e humanizado, no atendimento das demandas da sociedade. Também vincula-se ao Projeto de Pesquisa “Indivíduo, Trabalho e Sociedade” que é uma Unidade de Desenvolvimento Tecnológico (UDT) do Grupo de Extensão do Laboratório de Inovação, Pesquisa, Ensino em Administração, Contabilidade e Empreendedorismo (LIPE) da Faculdade de Administração e Finanças (FAF) da UERJ, no qual são promovidos estudos e trabalhos relacionados à inovação, diversidade e inclusão.

A pesquisa será limitada às universidades públicas do estado do Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), especificamente nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* presenciais em Ciências Contábeis.

Este trabalho está estruturado em cinco seções. Além desta seção introdutória, que apresenta a problemática do estudo; a segunda seção apresenta o referencial teórico; a terceira seção, são descritos os aspectos metodológicos, com ênfase no método qualitativo exploratório adotado para a pesquisa. A quarta seção será dedicada à análise e discussão dos resultados da pesquisa refletindo sobre as proposições para uma educação antirracista no ensino da contabilidade. Por fim, a quinta seção oferecerá as considerações finais e as contribuições deste estudo para a área da contabilidade.

1 **REFERENCIAL TEÓRICO**

Esta seção apresenta o referencial teórico abordando a questão racial no Brasil, a contabilidade e questões étnico-raciais, o ensino da contabilidade, a educação antirracista e sua implementação no contexto da formação contábil.

1.1 **Questão racial no Brasil**

O processo de negação e silenciamento, característicos das teorias racistas e científicas sobre a capacidade intelectual, desenvolvimento tecnológico, científica e cultural dos povos do Sul, incluindo os colonizados na África e na América Latina, constituiu uma estratégia política usada para justificar a dominação e a civilização desses povos pelos europeus. A imposição de uma visão eurocêntrica pretendia estabelecer um modelo epistemológico único, excluindo outros saberes e dificultando o reconhecimento de formas alternativas de conhecimento (Oliveira, 2018).

A discussão sobre a questão racial na espécie humana possui um caráter essencialmente social, sendo um conceito relacional e histórico, ou seja, a raça é uma construção social moldada por interesses políticos e econômicos de determinado período histórico (Hita, 2017). Nesse mesmo sentido, Munanga (2003) argumenta que a raça como todas as outras ideologias oculta a relação de poder e de dominação que moldam as relações sociais. Schucman (2010) complementa essa análise ao destacar que a raça atua como uma ideologia fundamental para legitimar processos históricos de opressão, como a escravização dos povos africanos, a colonização e a expansão do sistema capitalista.

Ribeiro (2019) vai além ao argumentar que o privilégio social gera o privilégio epistêmico, que precisa ser desafiado para evitar que a história seja contada apenas sob a ótica dos detentores do poder. Essa perspectiva distorcida prejudica a sociedade, pois impede que as contribuições dos povos marginalizados, essenciais para a construção do país, sejam devidamente reconhecidas e valorizadas. No caso do Brasil, que foi um dos últimos países a abolir a escravidão, essa exclusão histórica deixou a população negra sem acesso a políticas públicas que garantissem sua integração plena à sociedade.

Embora a Constituição do Império de 1824 tenha estabelecido a educação como um direito para todos os cidadãos, as pessoas negras escravizadas foram excluídas desse direito (Ribeiro, 2019). A cidadania foi concedida aos portugueses e aos nascidos no Brasil,

incluindo os negros libertos, mas o direito à educação estava condicionado a posses e rendimentos, o que dificultava o acesso dos libertos.

O cenário de exclusão educacional continuou com a Lei do Ventre Livre de 1871, que libertou as crianças nascidas de pais escravizados a partir daquele ano. Contudo, essas crianças permaneceriam sob a tutela dos senhores que poderiam exigir compensação do Estado ou da própria criança, o que as forçava a trabalhar até os 21 anos (Bento, 2022). Em 1885, foi sancionada a Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva de Cotegipe, que concedia liberdade aos escravizados com idade igual ou superior a 65 anos. Na prática, essa lei beneficiava os senhores, tirando a responsabilidade de sustentar os escravizados idosos, além disso poucos sobreviviam até essa idade.

Após a abolição formal da escravidão pela Lei Áurea, em 1888 (Brasil, 1988), a população negra continuou marginalizada, sem acesso a oportunidades de emprego, educação formal e sem o devido reconhecimento como cidadãos (Barbosa, 2024). O discurso neoliberal promove a ideia de que os indivíduos são inteiramente responsáveis por seu sucesso ou fracasso, ignorando as estruturas sociais como o racismo, a colonização e a exclusão histórica, que moldam suas trajetórias. Culpa o indivíduo negro por sua situação crescente de marginalização e exclusão econômica, sugerindo que sua posição desfavorável decorre de falta de esforço, capacitação ou mérito (Annisette; Prasad, 2017).

Avançando para o século XX, o direito de voto foi conquistado pelos negros em 1934. No entanto, as relações raciais no Brasil continuaram a ser dominadas por ideologias que sustentavam a superioridade branca, como o branqueamento e a miscigenação, e excluíam os negros das esferas sociais, econômicas, políticas e culturais (Castro; Foster; Custódio, 2022). Grijó e Motta (2024) destacam que apesar dos avanços políticos, o mito da democracia racial persiste, especialmente em cargos de liderança, onde a representatividade negra continua limitada, como por exemplo em profissões como a medicina e os professores universitários. Bento (2022) corrobora que não causa estranheza ao perceber que a maioria das pessoas negras ocupe funções na equipe de limpeza ou em setores como segurança e recepção dentro das organizações.

Em 1951, a Lei nº 1.390/1951 conhecida como Lei Afonso Arinos (Brasil, 1951) foi a primeira a criminalizar a discriminação racial no Brasil, classificando-a como contravenção penal. Contudo, sua aplicação foi limitada, e a lei não resultou em condenações significativas. Esse marco legal surgiu após um incidente envolvendo a bailarina afro-americana Katherine Dunham, que foi impedida de se hospedar em um hotel de São Paulo devido à sua cor. Apesar do caso não ter recebido notoriedade no Brasil, teve grande repercussão negativa no exterior

(Palmares, 2018). Esse episódio é um exemplo de como a discriminação racial vai além de atos isolados, sendo parte de um processo contínuo que perpetua as condições de subalternidade e privilégio entre diferentes grupos raciais, especialmente nas esferas política, econômica e nas interações cotidianas (Almeida, 2019).

Vários movimentos negros em diferentes regiões do Brasil têm desempenhado um papel fundamental na luta contra o racismo e a discriminação racial. Por meio de ações políticas cotidianas, essas entidades constroem propostas voltadas à emancipação social e à valorização da dignidade do povo negro (Carneiro, 1995). Os movimentos sociais e culturais protagonizados pela população negra ganharam destaque, como a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1930, o Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944 e o Movimento Negro Unificado (MNU), que surgiu em 1978. Segundo Souza *et al*. (2021), essas organizações desempenharam um papel essencial na luta pela alfabetização e pela profissionalização dos negros, buscando suprir a ausência do apoio estatal.

A luta do MNU e a intervenção do Estado, por meio de legislações voltadas para a igualdade nos processos seletivos e a eliminação do critério de boa aparência, foram fundamentais para promover mudanças no mercado de trabalho. A exigência desse critério havia levado à exclusão de muitos negros, resultando na perda de talentos valiosos e evidenciando o racismo enraizado nos ambientes de trabalho (Grijó; Motta, 2024).

A década de 1970 marcou um período de contestação ao mito da democracia racial, com o movimento negro desafiando a visão idealizada sobre a miscigenação e a integração racial. Nascimento e Silva (2023) observam que, na prática, esse mito serviu para justificar a negação do racismo e das identidades negras e mascarando a ausência de representatividade nos espaços de poder. Nessa perspectiva, Neves e Mariano (2022) alertam para o fenômeno do colorismo ou pigmentocracia, que contribui para um processo de embraquecimento, reforçando a ideia de uma democracia racial ilusória. Quanto mais clara a tonalidade de pele e menos evidentes os traços negros ou indígenas, maior tende a ser a aceitação social, evidenciando a hierarquização das identidades raciais.

Mesmo quando pessoas negras alcançam sucesso por mérito próprio, elas continuam sendo afetadas pela lógica racista da sociedade. Seus êxitos são vistos como exceções, dado que a imagem negativa atribuída ao seu grupo racial não é revertida. Na prática, essas trajetórias de sucesso acabam sendo usadas para reforçar a falsa ideia de igualdade racial, alimentando o mito da democracia racial e escondendo as desigualdades estruturais que continuam a marcar profundamente a sociedade brasileira (Carneiro, 1995).

O mito da meritocracia racial defende que o esforço e a dedicação são suficientes para alcançar posições elevadas, ignorando as barreiras adicionais enfrentadas por pessoas negras. Isso caracteriza o racismo silencioso que funciona como um obstáculo significativo à ascensão de negros à liderança organizacional (Grijó; Motta, 2024). Como Pinheiro (2023) observa, o mito da democracia racial no Brasil não reflete a realidade da desigualdade persistente, que ainda separa as experiências e os espaços ocupados por negros e brancos, especialmente nas esferas sociais e profissionais.

Em 1985 foi instituída a Lei Nº 7.437 de 20 de dezembro de 1985 (Brasil, 1985), conhecida como Lei Caó, que incluiu entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito racial, de cor, de sexo ou de estado civil, alterando a redação da Lei Afonso Arinos. Essa lei foi de autoria do Deputado Carlos Alberto Caó de Oliveira, um advogado, jornalista e militante do movimento negro que se destacou na luta contra o racismo (Palmares, 2018).

O combate à discriminação racial recebeu um impulso significativo com a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que no artigo 5º, inciso XLII, considera o racismo um crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. Essa norma foi reforçada pela Lei nº 7.716/1989 (Brasil, 1989), que define os crimes decorrentes de preconceito racial. Além disso, a Constituição também assegura a liberdade religiosa (artigo 5º, incisos VI a VIII) e a proteção das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras (artigo 215, § 1º). No entanto, como Rocha (2021) destaca, embora o ensino religioso seja facultativo, ainda persiste o preconceito contra as religiões de matriz africana, que muitas vezes são excluídas do currículo escolar.

Um avanço importante para o reconhecimento das terras quilombolas foi o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) nº 68, que garantiu a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos. Essa medida legal visou corrigir parte da histórica marginalização dos quilombolas e fortalecer o reconhecimento de suas terras como patrimônio cultural e histórico (STF, 2024).

Segundo Souza *et al*. (2021), as políticas afirmativas para negros no Brasil começaram a ser implementadas após a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, realizada em 1995, que reuniu cerca de 30 mil pessoas em Brasília, e a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em 2001 em Durban, África do Sul. Durante essa conferência, o Brasil se comprometeu internacionalmente a enfrentar a questão racial, o que levou à criação, em 2003, da Secretaria

Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com status de Ministério da Presidência da República (Teixeira *et al.*, 2021).

No campo da educação, a Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), que tornou obrigatória a inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, representou um marco significativo na luta pela inclusão do conhecimento negro nas escolas. Essa política afirmativa tem um caráter compensatório, promovendo a desconstrução de estereótipos e contribuindo para a reparação histórica. No entanto, como Almeida e Sanchez (2017) apontam, ainda existem materiais didáticos nas escolas que reforçam preconceitos sobre a população negra. Além disso, Santos (2018) argumenta que as escolas frequentemente descreditam os saberes negros, o que contribui para o fenômeno do epistemicídio, que envolve a inferiorização ou negação dos conhecimentos originados fora do norte global.

Pinheiro (2023) destaca que os relatos de projetos desenvolvidos na Escola Afro-Brasileira Maria Felipa são valiosos para educadores e gestores que desejam adotar práticas antirracistas nas escolas. Com à utilização de uma filosofia e um projeto pedagógico que valoriza a decolonialidade e o antirracismo, alinhando-se às diretrizes curriculares nacionais. Apesar de muitos considerarem essas práticas difíceis de serem implementadas, trata-se de uma escolha política e pedagógica essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Nesse mesmo contexto, Barbosa *et al*. (2024) defendem que a implementação da educação antirracista nas escolas não deve se limitar aos módulos curriculares, mas também deve envolver a representatividade, como na contratação de diretores e professores negros ao longo da trajetória escolar. Essa abordagem contribui para promover um sentimento de pertencimento e identificação entre os alunos.

As políticas afirmativas também ganharam destaque com o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado pela Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010 (Brasil, 2010), que prevê o estabelecimento de políticas públicas para a correção de desigualdades raciais e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. E a Lei nº 12.711/2012, sancionada em 29 de agosto de 2012 (Brasil, 2012), conhecida como a Lei de Cotas, que garante o ingresso de estudantes negros e de outros grupos historicamente marginalizados nas universidades públicas.

Para Moraes (2022), a universidade brasileira ao manter práticas que reforçam o racismo no conhecimento, contribui para a carência de ensino sobre questões étnico-raciais e dificulta o acesso à educação nessa área. Nesse sentido, Santos (2018) acrescenta que é necessário romper o silêncio que ainda persiste nas instituições de educação, de modo que as

diversas vozes e identidades presentes sejam reconhecidas como sujeitos de direitos a uma educação inclusiva.

Outra importante política afirmativa para o enfrentamento da desigualdade racial no Brasil é a Lei nº 12.990/2014 de 09 de junho de 2014, conhecida como a Lei de Cotas para concursos, que reserva 20% das vagas em concursos públicos federais para negros (Brasil, 2014). Embora as leis de políticas afirmativas representem avanços, Lourenço (2023) observa que as políticas sociais voltadas para a igualdade racial ainda estão em estágio inicial e enfrentam grandes desafios para alcançar resultados efetivos.

A reparação histórica não se limita à escravidão, mas busca compensar as perdas históricas vividas pela população negra, considerando também os impactos atuais da discriminação racial (Lourenço, 2023). O reconhecimento dos abusos do passado e a implementação de políticas públicas efetivas para corrigir as desigualdades ainda persistentes são passos fundamentais para garantir uma sociedade mais justa e igualitária para todos os cidadãos.

Complementando esse pensamento, Almeida (2019) ressalta que o racismo é um legado das marcas deixadas pela escravidão e pelo colonialismo, continuando a influenciar as relações sociais no Brasil até os dias atuais. Moraes (2022) argumenta que as diferenças entre os grupos raciais não podem ser explicadas pela ideia de que alguns são mais capazes ou responsáveis do que outros. Essas desigualdades são consequências de práticas econômicas, políticas e sociais iniciadas com a chegada dos colonizadores ao Brasil e que continuam sendo atualizadas para atender aos interesses racistas.

Essas atualizações do racismo deixaram de ser justificadas por argumentos biológicos e passaram a se apoiar às novas formas de legitimação social: discursos sobre cultura, comportamentos, mérito ou outras narrativas. No entanto, sua função continua sendo a mesma: manter os privilégios dos brancos em relação aos não brancos**.** Essa permanência se manifesta por meio de mecanismos sutis, muitas vezes naturalizados, que reproduzem desigualdades no cotidiano, nas instituições e nas estruturas sociais (Schucman, 2010).

As ações compensatórias em relação ao período da escravidão, como as políticas públicas de mobilidade social e econômica voltadas para a população negra, são frequentemente deslegitimadas sob o argumento da meritocracia. Essa ideia, apresentada como uma verdade social, se torna um obstáculo para a implementação de políticas de equidade, tanto na educação quanto na sociedade e na economia (Rocha, 2021). Bento (2022) também destaca que os impactos negativos da escravidão sobre as populações negras são

amplamente discutidos, mas pouco se aborda sobre a herança deixada pelos escravocratas e os benefícios que o sistema escravagista proporcionou às pessoas brancas.

Rocha (2021) complementa essa análise ao afirmar que, para que a igualdade se torne realidade, é essencial a implementação de políticas de equidade que apoiem e equiparem as diferenças sociais entre os diversos grupos étnico-raciais. Tais políticas devem apoiar e equiparar as populações historicamente marginalizadas, como os negros e os povos indígenas, que continuam a sofrer com as consequências do preconceito, da discriminação e até mesmo do genocídio. Nesse sentido, Schucman (2010) argumenta que ações afirmativas não apenas enfrentam os efeitos do racismo estrutural, mas também conferem protagonismo político à população marginalizada no espaço acadêmico e na sociedade em geral.

Um negro quando ascende na hierarquia organizacional e alcança um status socioeconômico elevado, ele enfrenta resistência por parte de funcionários brancos, que, em muitos casos, não conseguem associá-lo a cargos de prestígio (Bento, 2022). Essa reação, como argumenta Rocha (2019), expõe a dificuldade de aceitação de um negro em posições de destaque, algo que desafia as normas sociais que, tradicionalmente, associam o prestígio profissional a indivíduos brancos. Esse fenômeno evidencia a profundidade do racismo estrutural, que se manifesta nas relações de poder e reflete as desigualdades enraizadas na sociedade.

Nascimento e Silva (2023) defendem que um dos pilares da perpetuação do racismo é tratar a desigualdade racial como uma característica natural da sociedade. Neves e Mariano (2022) complementam, argumentando que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que gera desvantagens socioeconômicas, psicológicas e culturais, estabelecendo uma hierarquia onde as pessoas brancas ocupam uma posição superior às demais.

No entanto, atualmente, muitas pessoas tentam minimizar o problema do racismo, tratando-o como uma simples mazela social. Essa postura de silêncio contribui para a falta de enfrentamento do racismo, que se manifesta também nas pequenas agressões veladas nas relações sociais e de trabalho (Grijó; Motta, 2024). Passos (2021) destaca que as pessoas negras enfrentam obstáculos diários nas organizações, por meio de pequenas agressões constantes, que, embora sutis, afetam sua capacidade de lidar com desafios e podem resultar na perda de autoconfiança. Silva (2016) também corrobora essa análise, observando que grupos minorizados, em ambientes conservadores, podem sofrer exclusão e isolamento, impactando negativamente seus relacionamentos interpessoais e autoestima.

Nesse contexto, a Teoria do Tokenismo proposta por Kanter (1977) analisa como grupos enviesados se formam quando há uma predominância de um tipo de indivíduo em relação aos demais, gerando uma assimetria nas dinâmicas internas. Diante disso, os indivíduos pertencentes à maioria assumem o papel de dominantes, moldando a cultura do grupo, enquanto os poucos representantes da minoria, chamados de tokens, são vistos como símbolos de sua classe. Então, devido à sua baixa representatividade, esses tokens frequentemente se tornam figuras isoladas e, mesmo quando em número ligeiramente maior, como dois indivíduos em um grupo enviesado, enfrentam dificuldades para formar alianças com força suficiente para alterar a lógica dominante. Apesar da sua relevância para a compreensão de dinâmicas de exclusão simbólica, a Teoria do Tokenismo ainda é pouco investigada no campo dos estudos da área contábil (Silva, 2020).

Com isso, o tokenismo pode ser visto como uma prática que em vez de promover uma inclusão cria uma falsa aparência de diversidade, sem provocar mudanças estruturais. Isso pode levar indivíduos de grupos marginalizados a apoiar, mesmo que inconscientemente, as estruturas de poder existentes, ao invés de desafiar e combater o racismo. Essas pessoas podem acreditar erroneamente que sua presença isolada em posições de destaque representa um progresso significativo na luta contra a discriminação (Hamilton; Paula, 2023). Mesmo os negros quando alcançam o sucesso por méritos próprios, ainda enfrentam barreiras estruturais que os impedem de transformar seu prestígio individual para o seu grupo racial, permanecendo presos a uma lógica social excludente (Carneiro, 1995).

O número reduzido de negros em cargos de gestão e a preferência pela contratação de pessoas brancas configura o racismo institucional. Atitudes discriminatórias, como a abordagem de um novo funcionário pelo segurança apenas por ele ser negro, ilustram como o racismo é internalizado e se reproduz em práticas cotidianas dentro das organizações (Souza, 2024). Embora poucos negros ascendam socialmente, eles continuam a enfrentar os efeitos do racismo estrutural e cultural profundamente enraizados na sociedade brasileira (Batista; Mastrodi, 2018).

O racismo cultural manifesta-se por meio da imposição de uma hierarquia na qual a cultura dos grupos privilegiados é considerada superior à das populações historicamente marginalizadas. Essa perspectiva reforça uma narrativa em que pessoas negras são constantemente vistas como "inferiores" ou "outros", perpetuando estereótipos e desigualdades sociais (Neves; Mariano, 2022).

A negação do racismo no Brasil revela a naturalização da subalternidade imposta à população negra. Essa lógica racista se expressa não apenas na divisão racial do trabalho, que

consolida um sistema de desigualdades no acesso à educação, à renda e às oportunidades, mas também na divisão racial do espaço. Certos territórios, como favelas e periferias, são historicamente associados à população negra, enquanto os espaços de prestígio e poder seguem ocupados majoritariamente por pessoas brancas que reforçam hierarquias raciais (Gonzales, 1994).

O racismo recreativo se expressa principalmente por meio de piadas e brincadeiras que, embora muitas vezes desconsideradas como inofensivas, perpetuam estereótipos raciais e prejudicam as vítimas. Neves e Mariano (2022) exemplificam essa forma de racismo com a representação de negros e indígenas por estereótipos em programas humorísticos. Souza (2024) acrescenta que o racismo recreativo não apenas humilha, mas também reforça uma cultura de violência simbólica que afasta a população negra de espaços sociais de pleno respeito e dignidade. Exemplos desse tipo de racismo incluem a associação de pessoas negras a macacos, a sexualização da mulher negra e a representação dos indígenas como preguiçosos.

O racismo ambiental, conforme explicado por Neves e Mariano (2022), é outra forma de injustiça racial que afeta principalmente os grupos mais vulnerabilizados, como povos indígenas, quilombolas e negros. A narrativa dominante, que vê o impacto ambiental como algo que afeta igualmente todas as pessoas, oculta as disparidades reais entre os grupos sociais. Danieleski (2024) complementa essa análise, afirmando que o racismo ambiental está intimamente ligado à desigualdade na distribuição de serviços essenciais, como saneamento básico, transporte, saúde e educação. Essa segregação espacial e social agrava ainda mais a vulnerabilidade dos grupos marginalizados e os coloca em situação de risco constante.

Já o racismo velado, conforme abordado por Neves e Mariano (2022), é uma manifestação de discriminação que se dá de forma implícita. Esse tipo de racismo é frequentemente camuflado em comentários "disfarçados", como observações sobre a cor da pele, cabelo ou classe social, ou em frases como "não sou racista, mas...". Embora não haja uma declaração explícita de racismo, essas falas e atitudes revelam uma ideia subjacente de inferioridade que permeia as relações sociais.

Por fim, o racismo cordial, também identificado por Neves e Mariano (2022), é uma forma de discriminação que se disfarça de intimidade e afeto. Embora as intenções de quem o praticam possam parecer positivas, frases como "Você é bonita, mesmo sendo negra" ou "Eu tenho até um amigo negro" revelam uma concepção racialmente hierarquizada e perpetuam a ideia de que a "negritude" ainda é vista como algo fora do padrão idealizado de beleza e status social. Essa forma de racismo "camuflado" demonstra como as relações sociais podem ser

permeadas por discriminação velada, que reforça a exclusão racial e marginalização das populações negras.

Assim, as formas de racismo, quaisquer que sejam, evidenciam a complexidade da discriminação racial no Brasil. Elas se entrelaçam e se reproduzem em diversos contextos, de maneira explícita ou implícita, mas sempre com o mesmo objetivo: a manutenção das desigualdades raciais. Para combater essas práticas, é necessário não apenas o reconhecimento de sua existência, mas também a implementação de ações efetivas para a promoção de uma sociedade mais justa, inclusiva e antirracista.

1.2 **Contabilidade e questões étnico-raciais**

A Contabilidade, enquanto campo de conhecimento e prática profissional, não deve ser vista somente como uma técnica neutra, mas como uma construção social moldada por fatores econômicos, relações de poder e normas culturais. Ao longo da história, suas estruturas e práticas foram influenciadas por ideologias, preconceitos e normas sociais, refletindo de maneira direta ou indireta, as dinâmicas de poder que permeiam a sociedade. Nesse sentido, a Contabilidade é um reflexo das atitudes conscientes ou inconscientes sobre questões como gênero, raça e classe (Haynes, 2024).

Anjos *et al.* (2023) acrescentam que o mercado de trabalho contábil é marcado por discriminação de gênero e raça, com um impacto ainda maior sobre as mulheres negras, tanto nos processos seletivos quanto pela ausência de políticas de inclusão nas organizações. Mesmo quando essas mulheres conseguem alcançar posições de destaque, muitas delas não se sentem representadas. Sobre esse assunto, Bento (2022) observa que, embora muitas empresas aleguem valorizar a diversidade e a equidade, incluindo esses princípios em seus valores, missão e código de conduta, a predominância de lideranças e funcionários brancos em tais organizações levanta dúvidas sobre a eficácia dessas iniciativas.

Grijó e Motta (2024) complementam essa análise, sugerindo que a diversidade organizacional deve ir além da simples contratação de profissionais negros para cargos de liderança. Afinal, a ausência de contratação de pessoas negras não só resulta na perda de talentos em um país majoritariamente negro, mas também um custo de oportunidade considerável, evidenciando o desperdício de potencial humano.

Alves (2022), por sua vez, compartilha sua trajetória pessoal na área de negócios, utilizando o método autoetnográfico para relatar como construiu sua identidade acadêmica enquanto mulher negra. Sua análise destaca como as estruturas acadêmicas e profissionais

limitam a liberdade dos indivíduos ao forçá-los a se ajustarem a padrões preestabelecidos. De maneira similar, Dourado e Casa Nova (2024) adotaram a autoetnografia para investigar as vivências no ambiente acadêmico, evidenciando ausências, presenças, silenciamentos e vozes que revelam as intersecções entre raça, gênero e classe social. Essa abordagem possibilitou uma reflexão sobre o privilégio da branquitude no contexto da academia contábil. Ambos os estudos abordam a formação de identidade e as barreiras estruturais enfrentadas por indivíduos não hegemônicos.

Além de ser um conjunto de normas e práticas técnicas, a Contabilidade também se configura como um campo no qual as desigualdades sociais e econômicas são tanto reproduzidas quanto contestadas. Segundo Haynes (2024), a Contabilidade determina o que é mensurado, quem ou o que é valorizado e a quem esses benefícios são distribuídos. Essa visão crítica da Contabilidade permite entender como ela pode, muitas vezes, servir como um instrumento de manutenção de sistemas de poder e opressão, sustentando a ordem social existente. Nesse sentido, Agyemang *et al*. (2024) destacam que as tecnologias contábeis podem ser usadas para perpetuar desigualdades raciais e sociais, embora alternativas como a responsabilidade e as contracontas possam oferecer alternativas eficazes para denunciar e interromper os poderes e privilégios que sustentam a discriminação e a resistência racial.

A adoção de novas abordagens alternativas de contabilidade, como a contracontabilidade e a contabilidade feminista, servem não apenas para questionar a hegemonia neoliberal, mas também para dar voz e visibilidade a grupos marginalizados. A contracontabilidade se configura como uma prática que denuncia as desigualdades e os impactos negativos de um sistema contábil que frequentemente reforça o *status quo* neoliberal. Já a contabilidade feminista propõe uma reinterpretação das práticas contábeis, adotando um olhar mais inclusivo que considera as experiências de mulheres e outros grupos historicamente desfavorecidos. Essas abordagens questionam o sistema existente e buscam reformulá-lo de maneira a incluir as vozes anteriormente silenciadas (Haynes, 2024).

Para superar as desigualdades estruturais no campo contábil, Haynes (2024) propõe três áreas principais para o avanço da profissão: (i) a adoção de uma perspectiva interdisciplinar feminista, ao invés de se limitar à abordagem disciplinar; (ii) a expansão das fronteiras do campo contábil, incentivando relação intersubjetiva e interdisciplinar, que envolvem a colaboração e o compartilhamento de conhecimento entre diferentes áreas; e (iii) a superação da estagnação por meio do engajamento como ativismo acadêmico, que conecta a prática contábil à transformação social efetiva. Esse engajamento permite que a Contabilidade

se afaste da sua historicidade de neutralidade e se comprometa com um projeto de justiça social.

A reflexão sobre as desigualdades de gênero e raça no campo contábil também coloca em pauta a necessidade de permitir a entrada e a permanência de pessoas não hegemônicas nesse ambiente. Lopes e Lima (2022), acrescentam que ao discutir as desigualdades de gênero e raça no campo contábil, surge a reflexão sobre a necessidade de permitir a entrada e a permanência de pessoas não hegemônicas nesses ambientes. A presença dessas pessoas nas organizações contábeis e nas relações sociais formadas dentro delas provoca rupturas com a branquitude e a cisheteronormatividade, contribuindo para a construção de um ambiente mais inclusivo e para o surgimento de diálogos alternativos que desafiem as normas tradicionais da profissão. Essa transformação implica não apenas na inclusão, mas na valorização e empoderamento desses grupos para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Annisette e Prasad (2017) apontam que mesmo na contabilidade crítica, que questiona as desigualdades, a estrutura de poder e a função social da contabilidade, a temática racial tem sido pouco explorada ao longo dos últimos 25 anos. A ausência dessa discussão representa um silenciamento diante das injustiças raciais atuais. Nesse mesmo sentido, Morales e Sponem (2017) destacam que embora a contabilidade crítica seja essencial para o desenvolvimento de novas abordagens, o campo ainda é marcado por divisões. Essas divisões refletem o debate sobre como a contabilidade deve evoluir para se tornar mais inclusiva e socialmente responsável.

Sauerbronn *et al*. (2023) argumentam que para o fortalecimento da contabilidade crítica no Brasil, é necessário compreender a história do campo e as ações passadas, além de um compromisso contínuo com a diversidade e o engajamento com as questões sociais que ainda dominam as práticas contábeis no país.

O debate sobre a inclusão de grupos minorizados nas organizações tem se intensificado, especialmente com a criação de áreas específicas sobre diversidade em congressos de administração e contabilidade. No entanto, Silva e Casa Nova (2024) alertam que, apesar dos avanços nessas discussões, o tema da inclusão precisa ser aprofundado, dado o contexto de desigualdades econômicas e sociais persistentes no Brasil. Portanto, a Contabilidade deve desempenhar um papel ativo na desconstrução dessas desigualdades, promovendo práticas que não apenas incluam, mas empoderem de fato os grupos marginalizados.

A representatividade racial, conforme Almeida (2019), refere-se à inclusão de grupos minorizados em posições de poder e reconhecimento social, abrangendo áreas como os meios

de comunicação e o meio acadêmico. A inclusão desses grupos nesses espaços é essencial, para compartilhar suas vivências e contribuir com uma abordagem mais autêntica sobre as dificuldades raciais, sociais e financeiras que enfrentam, além de sugerirem caminhos para superar tais obstáculos. No entanto, essa inclusão envolve desafios significativos, como a convivência de ataques à sua identidade racial, com repercussões negativas para sua saúde física e mental. Esses fatores reforçam a necessidade de uma mudança estrutural nos ambientes contábeis, para que favoreçam a inclusão, promovam condições de acolhimento e respeitem à diversidade (Alves, 2022).

A perspectiva crítica e interdisciplinar da Contabilidade propõe não apenas uma reflexão sobre suas práticas, mas também um engajamento direto na construção de uma sociedade mais justa, na qual as práticas contábeis se tornem instrumentos de transformação social e de resistência às formas de opressão que ainda permeiam as estruturas econômicas e sociais. A interdisciplinaridade e o ativismo acadêmico se apresentam como caminhos essenciais para uma Contabilidade mais inclusiva e transformadora, que longe de se limitar à mera mensuração econômica, se comprometa com a promoção da justiça social.

1.3 **Ensino da Contabilidade**

O ensino da Contabilidade no Brasil teve início no século XIX, com a chegada da Família Real Portuguesa e com a fundação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro (Carneiro *et al*., 2017). Durante o período de crescimento econômico impulsionado pela produção e urbanização entre 1889 e 1931 houve um aumento na demanda por profissionais qualificados, o que resultou no reconhecimento oficial do curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7.988 de 22 de setembro de 1945 (Brasil, 1945). Em 1951, com a sanção da Lei Nº 1.401 de 31 de julho de 1951 (Brasil, 1951), houve a separação dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Atuariais.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, garante às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, além de assegurar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1988). Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Ciências Contábeis, por sua vez, enfatizam que as Instituições de Educação Superior devem oferecer aos graduandos uma visão abrangente das questões científicas, técnicas, sociais, ambientais e políticas relacionadas à Contabilidade, reconhecendo a relevância da diversidade e das questões sociais, ambientais e de governança nas organizações (MEC, 2024).

Segundo Fleischman e Tyson (2002), a contabilidade deve ser compreendida para além de um conjunto neutro de procedimentos técnicos e resultados formais. Como uma prática social que exerce um papel ativo na estruturação da ordem social, funcionando como um mecanismo de controle e dominação. Ao invés de apenas refletir a realidade financeira, a contabilidade contribui para construí-la, ao produzir conhecimentos que podem sustentar relações de poder e desigualdade entre diferentes grupos sociais.

No entanto, Carneiro *et al.* (2017) destacam que os cursos de Ciências Contábeis enfrentam desafios relacionados ao seu caráter excessivamente teórico, muitas vezes distante da realidade profissional. Para superar essas dificuldades, sugerem a criação de escritórios-modelo, a implementação de estágios supervisionados por professores, a orientação efetiva na elaboração de trabalhos de conclusão de curso e o uso de metodologias de ensino inovadoras, como jogos de empresas e simulações. Essas práticas poderiam aproximar a teoria da prática, tornando a formação mais alinhada com as exigências do mercado de trabalho e da sociedade.

Homero Júnior (2021) critica o ensino de contabilidade pelo seu enfoque predominantemente instrumental, o que limita o contato dos alunos graduados com os referenciais teóricos da pesquisa crítica. Para ele, é imprescindível incorporar essas pesquisas em sala de aula, oferecendo aos estudantes uma visão mais ampla da Contabilidade, que vai além de sua função como ferramenta para tomada de decisões, e revelando sua natureza como uma prática social vinculada às relações poder na sociedade. Nesse sentido, Guthrie *et al.* (2019) afirmam que uma área relevante da pesquisa contábil é analisar como a Contabilidade exerce influência sobre a sociedade, e como a sociedade, por sua vez, impacta a prática contábil.

Complementando essa visão, Bilhim e Gonçalves (2021) ao afirmarem que a contabilidade não pode ser vista como uma técnica objetiva e neutra, mas uma prática que segue uma agenda política, frequentemente voltada para os interesses do capital opressor. Essa perspectiva crítica sugere que a Contabilidade, como campo de estudo e prática, está profundamente enraizada nas dinâmicas de poder que moldam as estruturas sociais, econômicas e políticas.

A reflexão sobre o currículo dos cursos de Ciências Contábeis também é abordada por Peres (2017), que aponta a necessidade de discussões mais amplas sobre os conteúdos abordados nas graduações. Segundo ele, as ações crítico-reflexivas dos professores são isoladas e muitas vezes não são plenamente percebidas pelos alunos. Homero Júnior (2021) corrobora esse ponto, relatando que estudantes de mestrado e doutorado enfrentam

dificuldades ao desenvolver projetos de pesquisa com uma abordagem crítica, especialmente em um contexto acadêmico ainda amplamente dominado por abordagens tradicionais.

Lourenço e Sauerbronn (2016) observaram que, especialmente entre os jovens pesquisadores brasileiros, há um crescente interesse por estudos teóricos que vão além do paradigma funcionalista dominante. No entanto, esse interesse é dificultado por vários desafios, como a falta de maior abertura nas políticas editoriais de muitas revistas científicas, a escassez de orientadores qualificados para orientar pesquisas alternativas nas universidades e a ausência de disciplinas específicas voltadas para essas abordagens, entre outros obstáculos.

Silva e Casa Nova (2024) corroboram que as instituições de ensino superior devem formar contadores preparados para atuar de forma colaborativa, com um compromisso voltado ao pleno desenvolvimento humano de todas as pessoas. Para isso, é essencial que o corpo docente reflita a diversidade da população, promovendo um ambiente inclusivo e plural.

A política pública de cotas raciais nas universidades ajuda a legitimar a presença de indivíduos de grupos não-hegemônicos nos ambientes acadêmico e contábeis (Lopes; Lima, 2022). No entanto, apesar dessa medida ampliar o acesso à educação superior para esses grupos, não resolve a carência expressiva de docentes negros, especialmente mulheres negras, no ensino superior (Gonçalves, 2018).

Nesse sentido, Santos (2020) revela que as docentes universitárias negras frequentemente são obrigadas a comprovar suas habilidades no ambiente acadêmico, além de enfrentarem estranhamento por sua presença nesse meio. Apesar disso, as duas professoras universitárias negras entrevistadas no estudo de Santos (2020) destacaram a relevância de sua atuação em instituições privadas, considerando-se referências para os estudantes negros.

A carência de compreensão sobre o privilégio da branquitude e a relevância do letramento racial, são aspectos fundamentais para repensarmos nossas posturas em relação a esse privilégio. Tendo em vista, a importância de estudar e compreender como essas dinâmicas estão diretamente relacionadas à permanência de pessoas negras nas universidades, especialmente na educação contábil e no campo da contabilidade (Dourado; Casa Nova, 2024).

Em relação ao racismo estrutural no mercado de trabalho, o campo contábil evidencia-se pela falta de representatividade, discriminação racial nos processos seletivos e no ambiente organizacional, e pela ausência de políticas afirmativas que promovam a criação de um ambiente inclusivo para grupos minorizados, o que resulta na perpetuação de desigualdades

dentro dessa profissão (Anjos *et al*., 2023). Esse cenário indica que corpos não hegemônicos (pessoas pretas, mulheres, LGBTQIA+), não se enquadram no perfil estereotipado do contador tradicional e enfrentam dificuldades para ingressar, permanecer e avançar na carreira contábil, refletindo uma exclusão sistemática no ambiente corporativo e acadêmico (Lopes; Lima, 2022).

Para tentar reverter esse cenário, Annisette e Prasad (2017) sugerem que pesquisadores críticos da contabilidade passem a analisar os fenômenos que estudam também sob a perspectiva racial, reconhecendo que as dinâmicas raciais influenciam práticas contábeis, decisões institucionais, estruturas organizacionais e perpetuam desigualdades sociais. Pois segundo Lopes e Lima (2022), a população negra ainda continua a enfrentar desafios significativos em relação à ascensão social e à inclusão, o que reflete uma persistente desigualdade na distribuição de oportunidades.

Em relação aos Programas de Pós-Graduação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece que a pós-graduação, enquanto etapa integrante da educação superior, deve promover o pensamento crítico, formar profissionais qualificados e contribuir para o enfrentamento dos problemas contemporâneos, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1996). À luz desse marco legal, o racismo estrutural é reconhecido como um persistente problema social no Brasil, que exige reconhecimento e enfrentamento por parte das instituições de ensino superior, incluindo seus programas de pós-graduação.

Os Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UFRJ (Mestrado e Doutorado) e da UERJ (Mestrado), regulamentados respectivamente pela Resolução CEPG nº 1, de 1º de dezembro de 2006, e pela Deliberação nº 22/2009, de 23 de março de 2009, afirmam em seus documentos institucionais o compromisso com uma formação crítica, interdisciplinar e socialmente engajada. A proposta da UFRJ destaca a articulação entre os aspectos técnicos, financeiros e sociais da contabilidade, orientando-se para o desenvolvimento sustentável (Brasil, 2006). Já a UERJ enfatiza uma formação acadêmica pautada por princípios éticos, humanizados e integradores (Brasil, 2009).

1.4 **Educação Antirracista**

A educação é um direito social, garantido pelo artigo 6º da Constituição Federal do Brasil de 1988 (Brasil, 1988). Nesse contexto, Motta (2021) destaca que os direitos sociais têm como objetivo atender às necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, que necessitam da intervenção do Estado para garantir condições materiais mínimas que possibilitem seu desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos.

O Art. 205 da Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988) define a educação como um direito de todos e um dever tanto do Estado quanto da família, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade. Seu objetivo é assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Barbosa *et al*. (2024) afirmam que o direito à educação é fundamental em um Estado Democrático de Direito, que deve desempenhar um papel essencial na prevenção da marginalização e no combate à pobreza, principalmente para a população negra, historicamente excluída, e para aqueles que vivem em áreas periféricas. Esses grupos frequentemente são privados das oportunidades que a educação oferece, o que impede seu desenvolvimento econômico. Nesse cenário, a educação antirracista torna-se indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, além de ser fundamental para combater a exclusão escolar e garantir o acesso ao desenvolvimento educacional.

A educação antirracista vai além da mera inclusão de conteúdos nos currículos. Trata-se de uma prática político-pedagógica, voltada ao enfrentamento ativo do racismo em suas múltiplas manifestações. A educação antirracista propõe uma postura ética e crítica por parte dos(as) educadores(as), ao assumir o combate ao racismo como um compromisso constante no processo educativo. Essa abordagem não apenas denuncia as desigualdades raciais, mas busca transformar as estruturas que as sustentam, promovendo a equidade, o respeito à diferença e a valorização das epistemologias negras, indígenas e periféricas (Gomes, 2021).

Pinheiro (2023) argumenta que as práticas antirracistas têm como propósito denunciar o racismo, buscando reverter ou eliminar suas manifestações na sociedade. Na luta antirracista, o foco não é combater o indivíduo branco, mas sim a branquitude, que não se restringe à cor da pele, mas também aos privilégios sociais que ela proporciona. Esses privilégios se manifestam, por exemplo, na facilidade de acesso a empregos pela "boa aparência", na ocupação de espaços de poder, na associação de certos padrões de beleza e na credibilidade pela sociedade.

No Brasil, a Lei Nº 10.639/2003 (Brasil, 2003) foi instituída para combater o racismo e promover a diversidade, tornando obrigatório o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira em todas as escolas do país. O objetivo da medida é proporcionar aos alunos uma visão mais ampla e justa da formação do Brasil, destacando as contribuições fundamentais desses povos para a construção da nação. Ribeiro (2019) enfatiza a importância de incluir livros com personagens negros que não reforcem estereótipos, garantindo o cumprimento integral da legislação por parte das escolas.

Embora essa lei tenha estabelecido a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, ainda persiste resistência por parte de escolas e universidades em integrar esses conteúdos aos seus currículos. Apesar da legislação, observam-se deficiências na inclusão dessas temáticas, tanto nos materiais didáticos quanto nos Projetos Políticos Pedagógicos (Rocha, 2021). Diante desse cenário, torna-se necessário que os cidadãos compreendam a importância dos estudos da educação das relações étnico-raciais, cuja finalidade é promover a produção e divulgação de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos que favoreçam o respeito à diversidade étnico-racial e a valorização das identidades (Brasil, 2004).

A Escola Afro-brasileira Maria Felipa foi criada em Salvador (Bahia) em 2019 com a proposta de construir uma pedagogia antirracista, afro-referenciada e decolonial da educação infantil ao ensino fundamental. A instituição surge a partir da inquietação da educadora Bárbara Carine Pinheiro, diante da escassez de escolas que valorizassem a identidade negra e oferecessem uma formação voltada à equidade racial e à pluralidade epistemológica (Escola Maria Felipa, 2025).

O nome da escola é uma homenagem à heroína Maria Felipa de Oliveira, mulher negra, marisqueira e pescadora, que participou ativamente das lutas pela independência na Bahia, liderando um grupo de mulheres contra as tropas portuguesas na Ilha de Itaparica, em 1822. A escolha do nome evidencia a intenção pedagógica de reposicionar personagens negras como protagonistas da história do Brasil (Escola Maria Felipa, 2025).

A Escola Afro-brasileira Maria Felipa adota uma abordagem pedagógica que integra os saberes afro-brasileiros, indígenas e africanos, com o propósito de repensar e reconstruir suas práticas educacionais. Esse processo envolve a integração de conhecimentos tradicionais com a ciência moderna, criando práticas antirracistas que desafiam as abordagens ocidentalizadas e hegemônicas do currículo. Em colaboração com as crianças, a escola desenvolve projetos coletivos, oportunizando experiências diversas, reinventa o calendário

escolar e reformula as práticas pedagógicas com base em um estudo contínuo e letramento racial, buscando construir um modelo educacional emancipatório (Pinheiro, 2023).

A proposta curricular da escola está fundamentada em princípios de valorização da ancestralidade africana e indígena, com isso as turmas recebem nomes de civilizações como Império Inca, Reino de Daomé, Império Maia, Império Ashanti, Reino do Mali, Reino dos Povos Tupinambás, Quilombo dos Palmares, Povos Yanomami, Reino do Benim e Império de Kush, que visa fomentar pertencimento e orgulho identitário desde a infância (Escola Maria Felipa, 2025).

Pinheiro (2023) destaca que o calendário decolonial propõe festividades escolares que rompem com a visão eurocêntrica, celebrando marcos civilizatórios indígenas e africanos, fundamentais para a formação do povo brasileiro. Além disso, as abordagens religiosas são tratadas de forma mitológica, alinhando-se à natureza laica da escola, que não deve promover práticas religiosas. Rocha (2021) defende que a cultura é um elemento central para a transformação da sociedade e da educação no Brasil, funcionando como um dos pilares da educação antirracista.

O papel do letramento racial no desenvolvimento de uma sociedade antirracista funciona como uma ferramenta essencial para fomentar essa transformação social (Neves; Mariano, 2022). As pessoas brancas devem se perceber como racializadas e adotar práticas essenciais para o combate ao racismo. Essas práticas incluem o reconhecimento dos privilégios da branquitude, a compreensão de que o racismo é um problema atual, e não apenas histórico, o entendimento de que as identidades raciais são socialmente construídas, a apropriação de um vocabulário racial para combater o racismo e a capacidade de identificar e não minimizar práticas racistas (Bento, 2022).

Gomes (2021) destaca a importância de adotar uma postura ativa contra o racismo, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior, realizando ações antirracistas e saindo da inércia. O que exige comprometimento que vai além do discurso e se concretize em atitudes, currículos, políticas de inclusão e práticas pedagógicas, com o objetivo de combater essa prática. Complementando essa perspectiva, Pinheiro (2023) recomenda a inclusão de referências teóricas de intelectuais negros e negras no combate ao racismo. O processo de enegrecimento dessas instituições, ou seja, de garantir maior presença e voz para indivíduos negros, constitui-se numa estratégia antirracista fundamental para a promoção da igualdade racial.

Rocha (2021) aponta que os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) têm se consolidado como centros

importantes para a formação e a representação da cultura afro-brasileira e indígena nas universidades. O trabalho colaborativo entre professores, estudantes e associações negras tem gerado mudanças significativas e positivas na sociedade, tanto dentro quanto fora desses espaços acadêmicos. Pinheiro (2023) afirma que a participação ativa de coletivos negros nas universidades desempenham um papel crucial nesse processo, pois fortalece a luta pela causa racial e contribui para a construção de um ambiente acadêmico mais plural e democrático.

Entretanto, apesar desses avanços e mobilizações nas universidades, muitos estudantes negros ainda enfrentam a persistência do racismo estrutural e de ideologias preconceituosas e discriminatórias dentro de um espaço que deveria ser inclusivo e democrático (Gonzales, 1994). O racismo ora é marcado por sua sutileza e caráter velado, o que dificulta seu reconhecimento e enfrentamento (Schucman, 2010).

No contexto universitário, quando uma pessoa negra se encontra em um ambiente majoritariamente branco e reconhece sua posição nesse espaço, ela frequentemente experimenta a opressão de ter sua vida moldada pelo modelo branco, cisgênero, heterossexual e de classe social privilegiada (Nascimento; Silva, 2023). O processo de reconhecimento de sua identidade, que envolve cultura, vestimenta e cabelo, costuma ser demorado e difícil, principalmente quando essas características são vistas como fora dos padrões impostos por esse modelo.

Essas dinâmicas se refletem também no ensino da Contabilidade, uma área historicamente marcada por uma perspectiva técnica e neutra, mas que, como ciência social aplicada, não está isenta das desigualdades raciais e dos mecanismos simbólicos de exclusão. Diante disso, torna-se urgente analisar de que forma a formação contábil tem (ou não) implementado discussões étnico-raciais, tanto nas grades curriculares quanto na produção acadêmica dos docentes da área contábil.

Partindo dessa compreensão, a presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, com o objetivo de investigar discussões étnico-raciais no ensino da contabilidade na graduação e na pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) em Ciências Contábeis, descrita na próxima seção.

2 **METODOLOGIA**

A presente seção se destina a apresentar os procedimentos metodológicos adotados, considerando os objetivos previamente estabelecidos, e se encontra estruturada da seguinte forma: classificação e natureza da pesquisa; pesquisa documental; plano de coleta de dados; procedimentos de análise e tratamento dos dados.

2.1 **Classificação e natureza da pesquisa**

Para a construção do percurso metodológico, optou-se pelo tipo de pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, considerados apropriados para lidar com realidades sociais. A pesquisa exploratória, segundo Gil (2008), visa o desenvolvimento, esclarecimento e aprimoramento de conceitos e ideias, com o propósito de formular problemas mais específicos ou hipóteses passíveis de serem investigadas em pesquisas futuras. Esse tipo de pesquisa proporciona uma visão ampla sobre um determinado fenômeno e é especialmente relevante quando o tema em questão ainda não foi amplamente estudado, dificultando a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis. Para Marconi e Lakatos (2017) as pesquisas exploratórias visam descobrir um novo tipo de enfoque, ou proporcionar mais informações sobre o assunto investigado.

Adicionalmente, é considerada também descritiva, conforme Gil (2008), por buscar descrever as características de um fenômeno, de um fato, ou de uma população. Ainda segundo Gil (2008) as pesquisas descritivas, juntamente com as pesquisas exploratórias, são as mais utilizadas nas pesquisas sociais aplicadas, por isso a opção por esse tratamento nos objetivos da investigação.

As abordagens qualitativas de pesquisa têm evoluído significativamente, especialmente no campo da contabilidade, permitindo a exploração de múltiplas perspectivas sobre um mesmo fato e a investigação de questões que anteriormente eram negligenciadas ou invisíveis (Silva; Casa Nova, 2018).

2.2 **Pesquisa documental**

A pesquisa documental utiliza como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que se configuram como fontes primárias, ainda que os dados obtidos sejam considerados secundários, por não serem produzidos diretamente pelo pesquisador. Esta

pesquisa foi conduzida com base nesse tipo de abordagem, cuja finalidade é selecionar, organizar e interpretar informações extraídas de documentos que ainda não passaram por um tratamento analítico. Tal método permite o desenvolvimento de uma análise aprofundada, a partir de registros disponíveis em fontes como documentos institucionais e páginas eletrônicas. Os dados levantados, portanto, classificam-se como secundários por serem provenientes de materiais escritos e de sites institucionais (Marconi; Lakatos, 2017).

Foram analisadas a Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis (Brasil, 2024), e a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004). A análise teve como finalidade identificar possibilidades de articulação entre essas normativas, a partir de uma perspectiva antirracista na Educação Contábil. Ambas as resoluções encontram-se disponíveis no portal do Ministério da Educação (MEC).

Também foram analisados os regulamentos dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UERJ e da UFRJ. No caso da UERJ, considerou-se o regulamento do curso de Mestrado Acadêmico, conforme Deliberação nº 22/2009, de 23 de março de 2009. Já na UFRJ, foi analisado o regulamento do Programa de Pós-Graduação do Mestrado e Doutorado, instituído pela Resolução CEPG nº 1, de 1º de dezembro de 2006. Esses documentos encontram-se disponíveis nos respectivos portais institucionais dessas IES.

Para a realização deste estudo, a pesquisa documental foi organizada em três mapeamentos. O primeiro deles correspondeu ao atendimento do primeiro objetivo específico, que consistiu em investigar as iniciativas das Instituições de Ensino Superior (IES) e Departamentos de Contabilidade situadas no estado do Rio de Janeiro relacionadas às questões étnico-raciais. Para isso, foram analisados os portais institucionais e dos Departamentos de Contabilidade com o intuito de identificar as iniciativas étnico-raciais, em andamento como: informações sobre ações afirmativas, políticas públicas voltadas para a inclusão racial e programas ou projetos com foco na promoção da igualdade e no combate ao racismo. Além disso, verificou-se se tais iniciativas estão articuladas às práticas pedagógicas desenvolvidas nos cursos de Ciências Contábeis.

O segundo mapeamento atendeu ao segundo objetivo específico da pesquisa, que consistiu em identificar as atividades acadêmicas, científicas e grupos de pesquisas relacionadas à temática étnico-racial dos docentes de contabilidade. Foram consultados os portais dos Departamentos de Contabilidade, por meio dos quais foi possível identificar os

docentes vinculados aos cursos. Alguns currículos Lattes foram acessados e coletados diretamente nos sites dos departamentos quando disponíveis, nos demais casos, a coleta foi realizada por meio da Plataforma Lattes CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que é de acesso público e transparente, reconhecida nacionalmente por sua padronização e confiabilidade de dados.

Ao todo, foram identificados e analisados minuciosamente 230 currículos Lattes de docentes da área contábil. Esses dados foram fundamentais para a compreensão do envolvimento acadêmico e científico desses profissionais com a temática étnico-racial.

O conteúdo dos currículos Lattes classificou-se em categorias como: relação nominal, gênero, atuação profissional, apresentação de trabalhos, participações em bancas (TCC, especialização, mestrado, doutorado), eventos, projetos de extensão, projetos de pesquisa, projetos de desenvolvimento, iniciação científicas, orientações, redes sociais, produção técnica e publicação relacionados à temática étnico-racial.

A distribuição dos docentes por IES analisada foi a seguinte: 30 docentes na UERJ (17 vinculados à graduação e 13 ao mestrado); 44 docentes na UFF, todos vinculados à graduação (21 distribuídos entre os campi de Niterói, 12 em Macaé e 11 em Volta Redonda); 134 docentes na UFRJ (103 vinculados à graduação e 31 ao mestrado e doutorado); e 22 docentes na UFRRJ, todos atuantes na graduação. Essa pesquisa adotou uma abordagem ética, com a omissão da identificação dos(as) docentes pesquisados(as) e a preservação do anonimato dos perfis analisados.

Para manter a coerência com os objetivos da pesquisa, adotou-se um critério exclusivamente de palavras-chave relacionadas à temática étnico-racial. Essa escolha metodológica fundamentou-se em referenciais teóricos que reconhecem a centralidade da linguagem na construção e expressão das identidades raciais, culturais e sociais (Gomes, 2021; Munanga, 2003). Assim, foram incluídas palavras-chave que remetem a conceitos, práticas socioculturais, políticas públicas e movimentos históricos vinculados à luta antirracista e à valorização da população negra e indígena. Entre os termos adotados destacam-se: ações afirmativas, África, africano(a), afro, afro-brasileiro, afrodescendente, afro empreendedorismo, ancestralidade, candomblé, carnaval, consciência negra, cotas raciais, discriminação racial, diversidade étnico-racial, educação antirracista, epistemologia negra, equidade racial, etnia, étnico, escravidão, escravizado, espírita, feijoada, heteroidentificação, história e cultura afro-brasileira, inclusão racial, indígena, igualdade racial, jongo, letramento racial, luta antirracista, movimento negro, negro(a), negritude, pardo(a), políticas afirmativas, políticas étnico-raciais, povos originários, povos tradicionais, preconceito racial, preto(a),

quilombo, raça, racial, racismo, relações étnico-raciais, religião de matriz africana, samba e terreiro. Termos mais amplos como “desigualdade”, “sustentabilidade”, “social”, entre outros foram desconsiderados, a menos que estivessem explicitamente associados a discussões étnico-raciais.

As palavras-chave relacionadas à temática étnico-racial foram localizadas em diferentes campos dos currículos Lattes (publicações, projetos de pesquisa e extensão, atuação profissional, redes sociais, eventos, orientações, participação em bancas, entre outros), e os dados resultantes foram sistematizados em planilhas eletrônicas (Microsoft Excel), o que possibilitou a elaboração das tabelas 1 a 10.

O terceiro mapeamento atendeu ao terceiro objetivo específico da pesquisa, que consistiu em investigar se e como esses cursos abordam questões étnico-raciais. Para alcance desse objetivo, foram acessados os portais dos Departamentos de Contabilidade e coletadas as grades curriculares e as ementas das disciplinas ofertadas. A sistemática de análise seguiu metodologia semelhante àquela aplicada na análise dos currículos Lattes dos docentes, mantendo-se a coerência entre as etapas do estudo. Conforme disponibilizado no Quadro 3.

Quadro 1. Desenho da Pesquisa

Lacuna teórica	Questões étnico-raciais não são abordadas no curso de Ciências Contábeis (Alves; Silva, 2023).
Pergunta de Pesquisa	Existem discussões étnico-raciais na Educação Contábil?
Objetivo geral	Investigar questões étnico-raciais em uma perspectiva antirracista na Educação Contábil nos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado).
Objetivos específicos	**Técnica de coleta de dados**
1. Investigar as iniciativas das Instituições de Ensino Superior (IES) e Departamentos de Contabilidade situadas no estado do Rio de Janeiro relacionadas às questões étnico-raciais;	Pesquisa documental: coleta de informações sobre ações afirmativas, políticas públicas voltadas para a inclusão racial e programas ou projetos com foco na promoção da igualdade e no combate ao racismo no portal das IES.
2. Identificar as atividades acadêmicas, científicas e grupos de pesquisas relacionadas à temática étnico-racial dos docentes de contabilidade;	Pesquisa documental: coleta de informações apresentadas nos currículos lattes na Plataforma Lattes CNPq dos docentes de contabilidade.
3. Investigar se e como esses cursos abordam questões étnico-raciais;	Pesquisa documental: coleta de grades curriculares e ementas dos cursos de Ciências Contábeis no portal dos Departamentos de Contabilidade.
4. Contribuir com proposições para uma educação antirracista no ensino da contabilidade.	Pesquisa bibliográfica.

Fonte: A autora, 2025.

3 ANÁLISES E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

3.1 Análise das questões étnico-raciais nos portais institucionais e Departamentos de Contabilidade

As IES analisadas apresentaram avanços graduais na implementação da temática étnico-racial, especialmente por meio da criação de instâncias institucionais (Assessoria, Câmara, Comissão, Coordenadoria, Diretorias, Grupo de Trabalho e Superintendências) que são responsáveis pela implementação de ações afirmativas e políticas públicas voltadas à inclusão racial, ao enfrentamento do racismo e à emancipação dos sujeitos historicamente marginalizados. No entanto, nos Departamentos de Contabilidade analisados não foram encontrados registros ou informação que indicasse qualquer envolvimento com essa pauta, o que evidencia uma desconexão entre os compromissos institucionais e as práticas desenvolvidas nos departamentos.

Essa ausência reforça a necessidade de mudanças estruturais tanto nas universidades quanto nos departamentos, de modo que esses espaços se tornem efetivamente inclusivos, acolhedores e comprometidos com o respeito à diversidade (Alves, 2022). Nesse sentido, o contraste observado entre as IES e os Departamentos de Contabilidade evidencia uma dissociação entre a responsabilidade institucional assumida pelas universidades e as práticas administrativas e educacionais desenvolvidas nos departamentos que compõem sua estrutura acadêmica. A inexistência de iniciativas voltadas à equidade racial nesses departamentos contradiz com o papel social da universidade e reforça o argumento de autores como Almeida (2019) e Silva (2016), que denunciam a persistência do racismo institucional e a reprodução de desigualdades no interior dos espaços acadêmicos.

Um ponto a ser destacado é o período recente de implantação dessas instâncias institucionais a partir de 2017, com exceção do NEAB-PROAFRO que atua desde 1993 de forma contínua na construção de estratégias e políticas afirmativas voltadas à valorização da população negra e ao enfrentamento do racismo. A seguir, apresenta-se os dados resultantes do mapeamento realizado dos portais institucionais.

Quadro 2. Mapeamento das iniciativas étnico-raciais dos portais da UERJ, UFF, UFRJ e UFRRJ (Continua)

Instâncias/criação	Ações
UERJ	
Núcleo de Estudos Afro Brasileiro/ Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos *(NEAB-PROAFRO)/* ***1993***	Responsável pela extensão universitária articuladas ao ensino da graduação e pós-graduação; Formação continuada; Promove pesquisas de temas e questões relativas à história cultural e política dos povos africanos e afro-americanos e políticas públicas de promoção da igualdade racial e de gênero no Brasil; Desenvolve formação continuada para docentes, discentes, gestores, técnicos e ativistas de movimentos sociais, principalmente do Movimento Negro e de Mulheres Negras sobre temas de interesse público especialmente os processos de resistência negras e as políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo no Brasil e nos Estados Unidos; Cineafro; Realiza congressos, seminários, intercâmbios universitários e blog.
Câmara para Implementação de Políticas Afirmativas Antirracistas e Interseccionais *(CIPAAI)/* ***2020***	Responsável pelo sistema de cotas e prevenção de fraudes; implementa ações afirmativas pra populações historicamente excluídas: indígenas, negras, quilombolas, mulheres, pessoas trans e travestis, pessoas com deficiência, refugiados e outros grupos vítimas de discriminação; Oferece cursos de formação inicial e continuada sobre ações afirmativas para os estudantes, servidores (docentes e técnicos administrativos) e terceirizados.
Coordenadoria de Validação da Autodeclaração/ Comissão Permanente de Validação da Autodeclaração *(COOPVA/CPVA)/* ***2022***	Responsável pela Política de cotas raciais dos discentes da graduação e pós-graduação, embora a Uerj seja pioneira na política de cotas étnico-raciais desde 2001.
Superintendência de Equidade Étnico Racial e de Gênero (SUPEERG)/ ***2024***	Promove cultura antirracista, antissexista, anti-homofóbica e antitransfóbica dentro da universidade.
UFF	
Assessoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade *(AFIDE)/* ***2017***	Responsável pela implementação e acompanhamento das políticas afirmativas étnico-raciais junto às pessoas pretas, pardas e indígenas. Responsável pela articulação de ações que garantam o direito à diversidade, pluralidade de ideias e inclusão social.
UFRJ	
Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade *(SGAADA)/* ***2023***	Responsável pela implementação de políticas afirmativas voltadas para a promoção da igualdade, inclusão e acessibilidade em suas ações internas e extramuros; Responsável por impulsionar ações afirmativas, incentivar a diversidade, formular políticas, implementar programas, propor projetos, campanhas internas e externas, eventos, além de monitorar todas as frentes de trabalho; Em parceria com a SGCOM promove a campanha antirracista intitulada: "UFRJ Antirracista: a Universidade está mudando, nenhum passo atrás"; Divercine; promove de debates, oficinas e outras atividades sobre temas relacionados à diversidade e à inclusão.
Grupo de Trabalho de Memória e Documentação *(GTMD)/* ***2023***	Responsável pela preservação, pesquisa e divulgação da memória da luta antirracista, da diversidade e da acessibilidade.
Diretoria de Admissão *(DIRAD)/**2023***	Implementa ações afirmativas no acesso aos cursos de graduação e pós-graduação, bem como no provimento de cargos efetivos e temporários, política de permanência dos alunos e atua em comissões de heteroidentificação e apuração de fraudes no ingresso por cotas.

Quadro 2. Mapeamento das iniciativas étnico-raciais dos portais da UERJ, UFF, UFRJ e UFRRJ (Continuação)

Instâncias/criação	Ações
Diretoria de Relações Étnico-Raciais *(DIRER)/* ***2023***	Promove cursos, palestras, eventos e outras iniciativas para combater discriminações de cunho étnico-racial; Incentiva ações educativas e formativas sobre as culturas afro-brasileira e indígena, contribuindo para as atividades de ensino, pesquisa e extensão
UFRRJ	
Comissão Permanente da Política Institucional pela Diversidade, Gênero, Etnia/raça e Inclusão *(CPID)/* **2022**	Responsável pela promoção de ações e atividades que combatem o racismo e outras formas de discriminação dentro da comunidade universitária; Responsável pela concessão de apoio aos discentes, docentes, técnicos e terceirizados que sofram algum tipo de violência, incluindo assédio (moral e/ou sexual), LGBTIfobia, racismo, xenofobia, sexismo ou outro tipo de discriminação/violência; Responsável pela elaboração da Cartilha de Prevenção às Violências junto com a CPPV; Responsável pela campanha "Por uma Rural antirracista".

Fonte: A autora, 2024.

Dessa forma, os resultados obtidos evidenciam que o racismo institucional ainda se manifesta de maneira significativa no funcionamento cotidiano das universidades, estendendo-se também às práticas e estruturas dos Departamentos de Ciências Contábeis.

3.2 **Mapeamento da Plataforma Lattes CNPq das atividades acadêmicas, científicas e grupos de pesquisas relacionadas à temática étnico-racial dos docentes de Contabilidade**

O mapeamento dos currículos Lattes dos docentes vinculados aos cursos de Ciências Contábeis teve como propósito principal investigar o envolvimento acadêmico e profissional desses sujeitos com a temática étnico-racial. A análise buscou refletir sobre como e se tais questões têm sido incorporadas às suas trajetórias de ensino, pesquisa e extensão. Os dados analisados trouxeram à tona reflexões sobre a baixa incidência de registros étnico-raciais na trajetória acadêmica e profissional desses docentes. Além disso, comprovou-se a inexistência de registros de formação continuada das referidas instâncias institucionais nos currículos Lattes dos docentes de contabilidade.

3.3 **Mapeamento dos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação e Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**

A análise dos currículos Lattes dos(as) docentes vinculados(as) ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UERJ revela um cenário de exclusão da temática étnico-

racial na produção acadêmica da área. Embora o corpo docente seja composto por 17 professores, 14 deles não possuem nenhum registro relacionado à temática. Os dados revelam um silenciamento estrutural que ainda permeia a produção científica no campo contábil, onde o racismo epistêmico define tanto o que é produzido quanto o que é ignorado. Foram identificados trabalhos que discutiram as políticas de ações afirmativas e a contabilidade aplicada a organização espírita. Tais exemplos, demonstram a possibilidade de uma contabilidade comprometida com perspectivas plurais e socialmente engajadas.

A escassez desses registros revela um quadro alarmante de como a desigualdade racial continua sendo naturalizada e reproduzida no campo acadêmico. Essa constatação é corroborada por Santana (2019), Dourado e Casa Nova (2024), Carneiro *et al.* (2017) e Homero Júnior (2021), que identificam a persistência de uma racionalidade tecnicista no curso de Ciências Contábeis, na qual desconsidera o caráter social, político e racial na produção do conhecimento contábil.

Os achados da pesquisa confirmam que não existe uma agenda antirracista na estrutura da graduação e evidencia a falta de engajamento coletivo com a temática étnico-racial, o que pode comprometer a formação crítica dos discentes e o epistemicídio das vozes negras no campo contábil. Esses achados da pesquisa convergem com a necessidade de descolonizar o currículo contábil conforme sugerido por Gomes (2021), implementando epistemologias negras e vozes subalternizadas (Pinheiro, 2023). Essa invisibilização da questão racial naturaliza privilégios e exclui grupos historicamente marginalizados, somente com rupturas será possível construir uma contabilidade crítica, plural e socialmente comprometida com a justiça racial.

Tabela 1. Registros da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis/UERJ

Docente	Gênero	Banca de Mestrado	Orientação	Publicação	Total de registros
D1	M	-	1	2	3
D2	M	1	-	-	1
D3	F	-	1	1	2
Total	**-**	**1**	**2**	**3**	**6**

Fonte: A autora, 2025.

O curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis/UERJ apresentou 63 registros relacionados à temática étnico-racial. Dos 13 professores que compõem o corpo

docente do curso 7 apresentaram registros relacionados ao tema. O protagonismo da docente 8 corresponde a 50,79% dos registros totais, o que indica um maior envolvimento de um sujeito específico, enquanto a maioria do corpo docente mantém-se alheia à pauta étnico-racial. A categoria redes sociais foi composta por entrevista da docente relacionada à temática étnico-racial em programas de rádio, televisão, youtube e sites. A ausência de engajamento coletivo do corpo docente de contabilidade com as discussões étnico-raciais representa um projeto formativo que marginaliza saberes dos sujeitos racializados, ao naturalizar a branquitude como norma (Bento, 2022).

Foram identificados trabalhos acadêmicos que abordaram a diversidade de gênero e raça na Contabilidade; a implementação de cotas raciais para docentes no magistério público federal; a atuação da mulher negra no mercado de trabalho contábil; os desafios enfrentados por lideranças negras, especialmente mulheres pretas, na administração pública; bem como os efeitos da política de cotas sobre o desempenho acadêmico de estudantes.

Outros estudos investigaram a inserção da população negra no mercado de trabalho como estratégia para promover a diversidade racial nas empresas; a diversidade em empresas de auditoria; o empreendedorismo indígena nas Américas e a influência da cultura organizacional na efetividade das práticas de diversidade. Há ainda análises comparativas, como a dos impactos tributários em investimentos de pessoas físicas no Brasil e na África do Sul, e propostas inovadoras de valorização da memória e da cultura afro-brasileira, como o uso da memória da escravidão negra como alternativa turística na cidade de Cabo Frio. Por fim, destacam-se pesquisas que exploram a representatividade da diversidade racial nas telas e nos discursos midiáticos, ampliando o debate para além do espaço corporativo e acadêmico.

Na sequência, apresenta-se a tabela dos registros da temática étnico-racial dos docentes do Mestrado da UERJ.

Tabela 2. Registros da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis/UERJ

Docentes	Gênero	Atuação profissional	Banca de TCC	Banca de Especialização	Banca de Mestrado	Banca de Doutorado	Eventos	Orientação	Produção Técnica	Projeto de Desenvolvimento	Projeto de Extensão	Projeto de Pesquisa	Redes Sociais	Publicação	Total de registros
D1	M	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	3
D4	F	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2	4
D5	F	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	3	4
D6	M	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2
D7	F	-	-	-	-	-	1	-	5	-	-	-	-	4	10
D8	F	4	-	-	2	-	4	5	9	1	1	1	5	-	32
D9	F	-	2	-	2	1	-	2	-	-	-	-	-	1	8
Total	**-**	**4**	**3**	**-**	**5**	**1**	**5**	**10**	**15**	**1**	**1**	**1**	**5**	**12**	**63**

Fonte: A autora, 2025.

A seguir, apresentam-se os achados da pesquisa em relação à UFF.

3.4 **Mapeamento dos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UFF**

A UFF apresentou 104 registros sobre à temática étnico-racial, mas segue o mesmo padrão observado na UERJ: concentração dos registros em alguns docentes. Os docentes D14 e D19 que se destacam nos campi de Macaé e Volta Redonda. O corpo docente da UFF é composto por 44 professores**,** distribuídos entre os campi de Niterói (21), Macaé (12) e Volta Redonda (11). A análise por campus revela que 19,05% dos docentes de Niterói apresentaram algum tipo de registro relacionado à temática étnico-racial, enquanto em Macaé esse percentual foi de 16,67% e, em Volta Redonda, de 36,36%**.**

Dentre as produções identificadas, destacam-se trabalhos que abordam temas como Bitcoin**,** com foco em um comparativo dos impactos tributários sobre investimentos de pessoas físicas no Brasil e na África do Sul; estudos sobre diversidade racial na Contabilidade; diversidade nas empresas de auditoria; atuação da mulher negra no mercado de trabalho contábil; empreendedorismo étnico e análises sobre a política de cotas**.** Foram encontrados registros de atuação como membro do conselho editorial do periódico *African Journal of Business Management*, o que evidencia uma articulação com perspectivas e debates do Sul Global, reforçando a importância de uma contabilidade conectada a contextos diversos e internacional.

Tabela 3. Registros da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis/UFF

Docentes	**Gênero**	**Campus**	**Atuação profissional**	**Banca de TCC**	**Banca de Especialização**	**Eventos**	**Apresentação de trabalho**	**Grupo de pesquisa**	**Orientação**	**Prod. técnica**	**Publicação**	**Total de registros**
D10	F	Niterói	-	-	-	2	-	-	-	-	1	3
D11	F	Niterói	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
D12	M	Niterói	-	-	-	-	1		-	-	-	1
D13	M	Niterói	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
D14	M	Macaé	5	1	-	4	2	3	2	-	1	18
D15	M	Macaé	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
D16	M	Volta Redonda	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2
D17	M	Volta Redonda	-	1	-	2	1	-	-	-	-	4
D18	F	Volta Redonda	-	-	-	1	-	-	5	-	4	10
D19	F	Volta Redonda	1	-	1	-	-	-	-	60	-	62
Total	**-**	-	**6**	**3**	**2**	**13**	**4**	**3**	**7**	**60**	**6**	**104**

Fonte: A autora, 2025.

A seguir, apresentam-se os achados da pesquisa em relação à UFRJ.

3.5 **Mapeamento dos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UFRJ**

A UFRJ apresentou um quadro docente na graduação composto por 103 profissionais, dos quais 49 docentes (47,57%) apresentaram ao menos um registro étnico-racial em seus currículos Lattes, totalizando 283 registros. O padrão da concentração se mantém também em alguns docentes, especialmente nos docentes D35, D38, D63 e D25, que concentram a maior parte dos registros, enquanto outros seguem inertes ao debate. Nesse contexto, um achado relevante foi identificado no currículo Lattes de um(a) docente: a criação de uma disciplina denominada *Informação Étnico-Racial,* registrada como trabalho técnico. No entanto, tal disciplina não consta na grade curricular da referida instituição.

Na UFRJ observa-se que os maiores registros estão restritos à participação em bancas, eventos, orientações e publicações, já as baixas incidências se concentram nos projetos de extensão, de pesquisa e redes sociais acadêmicas. Esses espaços, mais do que veículos de difusão do conhecimento são esferas privilegiadas para a produção e circulação de epistemologias negras, saberes contra-hegemônicos (Lopes; Lima, 2022), e as abordagens insterseccionais (Dourado; Casa Nova, 2024) são capazes de tensionar estruturas raciais e classistas da contabilidade tradicional.

A análise das produções acadêmicas identificadas nos currículos Lattes dos docentes da UFRJ, evidenciou a inserção da mulher negra no mercado de trabalho, o acesso de pessoas negras a cargos de liderança, os desafios enfrentados por lideranças femininas negras nas organizações brasileiras, refletindo sobre a persistência do racismo estrutural e da desigualdade de gênero em espaços corporativos e institucionais. Além disso, foram identificadas produções que discutem a política de cotas raciais, tanto no ensino superior quanto no magistério público federal.

Também foram identificados estudos de finanças no espiritismo, investigações sobre sistemas de controle e gestão em escolas de samba e estudos sobre contabilidade ancestral em comunidades tradicionais. Essas produções ampliam o campo epistemológico da contabilidade ao reconhecer formas de organização, gestão e saber contábil que extrapolam os modelos corporativos ocidentais e valorizam epistemologias do Sul global.

O afroempreendedorismo e os negócios de impacto social, como os estudos sobre a Feira Preta e as experiências de empreendedoras negras, também emergem como foco de análise, apontando para uma dimensão de resistência econômica e geração de renda com base em identidade racial e de gênero. Essa linha de pesquisa contribui para evidenciar estratégias

de autonomia e de reconfiguração do papel da população negra no cenário econômico brasileiro.

A produção também contempla estudos com foco na educação financeira em comunidades indígenas, na representatividade racial nas organizações, na influência da cultura organizacional sobre práticas de diversidade e na análise de discursos antirracistas no campo educacional e artístico. São exemplos que evidenciam o esforço de alguns pesquisadores em tensionar os limites disciplinares da contabilidade e seus vínculos com as dinâmicas sociais mais amplas.

Também foram identificados a presença de pesquisas que discutem o papel das políticas institucionais de combate à discriminação, como os canais de denúncia em empresas privadas, e estudos que analisam as consequências do trabalho análogo à escravidão e da desigualdade racial no desenvolvimento econômico.

Apesar dessa variedade temática, é importante ressaltar que a maioria dessas produções permanece como iniciativas isoladas, frequentemente associadas ao interesse individual de determinados docentes, sem que se configurem como linhas de pesquisa consolidadas ou integradas aos currículos dos cursos. Esse cenário revela uma contradição: embora existam esforços pontuais e relevantes, a temática étnico-racial ainda ocupa um lugar periférico no campo contábil, sendo tratada muitas vezes como objeto complementar, e não como parte estrutural da formação acadêmica.

Tabela 4. Registros da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis/UFRJ (Continua)

Docentes	Gênero	Atuação profissional	Apresentação de trab.	Banca de TCC	Banca de Especialização	Banca de Mestrado	Banca de Doutorado	Eventos	Projeto de Extensão	Projeto de pesquisa	Iniciação Científica	Orientação	Redes Sociais	Prod. técnica	Publicação	Total de registros
D20	M	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2
D21	F	-	1	1	-	4	-	-	-	-	-	1	-	-	1	8
D22	F	-	-	4	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	6
D23	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	5
D24	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
D25	M	-	-	3	-	-	-	6	-	3	-	2	1	-	3	18
D26	M	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
D27	F	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	3	4
D28	F	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	3
D29	F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	3
D30	M	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	5
D31	F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
D32	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
D33	F	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2
D34	F	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2	4
D35	M	-	1	2	-	-	-	5	-	2	6	3	-	-	4	23
D36	F	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	6	10
D37	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7
D38	F	5	-	3	2	3	1	-	1	-	-	3	1	1	-	20
D39	F	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Tabela 4. Registros da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis/UFRJ (Continuação)

Docentes	Gênero	Atuação profissional	Apresentação de trab.	Banca de TCC	Banca de Especialização	Banca de Mestrado	Banca de Doutorado	Eventos	Projeto de Extensão	Projeto de pesquisa	Iniciação Científica	Orientação	Redes Sociais	Prod. técnica	Publicação	Total de registros
D40	F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
D41	F	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
D42	F	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	5	-	-	1	7
D43	M	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	4	8
D44	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
D45	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
D46	M	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-	1	7
D47	F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
D48	F	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
D49	F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2
D50	F	-	3	2	-	1	-	2	1	-	1	-	-	1	5	16
D51	F	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	4	9
D52	F	1	-	1	-	2	-	-	-	-	-	2	-	-	2	8
D53	F	4	-	-	-	-	-	2	-	1	-	2	-	3	2	14
D54	F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	3
D55	F	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	4
D56	F	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
D57	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2
D58	F	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2	5
D59	M	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	2

Tabela 4. Registros da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis/UFRJ (Conclusão)

Docentes	Gênero	Atuação profissional	Apresentação de trab.	Banca de TCC	Banca de Especialização	Banca de Mestrado	Banca de Doutorado	Eventos	Projeto de Extensão	Projeto de pesquisa	Iniciação Científica	Orientação	Redes Sociais	Prod. técnica	Publicação	Total de registros
D60	F	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	4
D61	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2
D62	M	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	3	-	-	-	6
D63	F	-	-	1	1	-	-	5	-	2	6	4	-	2	1	22
D64	M	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
D65	M	1	-	3	-	-	-	3	-	-	-	2	-	-	2	11
D66	M	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	4
D67	F	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	5	-	-	2	8
D68	F	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	4
Total	**-**	**14**	**9**	**30**	**4**	**14**	**3**	**37**	**5**	**14**	**17**	**55**	**2**	**13**	**66**	**283**

Fonte: A autora, 2025.

Em sequência, apresenta-se os achados do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFRJ.

3.6 **Mapeamento dos currículos Lattes dos docentes do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis da UFRJ**

A análise dos currículos Lattes dos docentes do curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis da UFRJ, composto por 31 professores, revelou que 14 docentes registraram alguma vivência com a temática étnico-racial, o que corresponde a 45,16%. Esse dado evidencia uma sub-representação da temática étnico-racial na produção acadêmica da área, provocando-se para uma reflexão sobre o quanto ainda precisa ser feito para se alcançar a transformação social.

Nesse cenário, destaca-se o protagonismo de dois docentes D70 e D36 que concentram 36 dos 75 registros identificados, o que representa 48% das ocorrências totais. Observou-se ainda a existência de somente um projeto de pesquisa e a completa ausência de projeto de extensão vinculados ao tema. Os achados da pesquisa revelam que alguns docentes discutem com seus alunos questões étnico-raciais envolvendo a contabilidade ou abordam os impactos do racismo estrutural na vida cotidiana da população negra.

Foram identificados estudos sobre a presença da mulher negra no mercado de trabalho privado e a desigualdade racial no mercado contábil. Tais abordagens contribuem para a visibilidade das múltiplas barreiras enfrentadas por essa população no acesso a espaços de poder e decisão, evidenciando como o racismo estrutural se manifesta nos bastidores da gestão e da contabilidade. Da mesma forma, a pesquisa sobre a trajetória de professores negros nos espaços universitários contábeis oferece subsídios para repensar a presença (ou ausência) de corpos e saberes negros na formação acadêmica da área.

Também foram identificados a presença de temas como contabilidade ancestral em comunidades tradicionais e controle gerencial em escolas de samba, que evidenciam o esforço de alguns pesquisadores em deslocar o olhar da Contabilidade para além das estruturas corporativas convencionais.

Outros trabalhos apontam para a inserção da temática racial e da diversidade no contexto da governança corporativa, como no caso das pesquisas sobre diversidade em conselhos de administração e o gerenciamento de resultados de empresas de capital aberto no Brasil. Esses estudos são relevantes por abordarem como a diversidade, ou a sua ausência, pode influenciar a performance organizacional, a tomada de decisões e a accountability. Paralelamente, a produção sobre canais de denúncia como instrumento de combate à discriminação aponta para mecanismos institucionais voltados à promoção de ambientes organizacionais mais inclusivos e éticos. Essas produções, mostram que há um campo em

expansão e que existe viabilidade da discussão da temática étnico-racial na Educação Contábil.

Tabela 5. Registros da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis/UFRJ

Docentes	Gênero	Atuação profissional	Apresentação de trab.	Banca de TCC	Banca de Especialização	Banca de Mestrado	Banca de Doutorado	Eventos	Projeto de Extensão	Projeto de pesquisa	Iniciação Científica	Orientação	Redes Sociais	Prod. técnica	Publicação	Total de registros
D21	F	-	1	1	-	4	-	-	-	-	-	1	-	-	1	8
D23	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	5
D27	F	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	3	4
D31	F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
D36	F	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	6	10
D45	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
D46	M	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-	1	7
D55	F	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	4
D57	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2
D59	M	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	2
D64	M	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
D69	M	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	3
D70	M	2	8	-	-	-	-	3	-	1	-	-	1	1	10	26
D71	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Total	**-**	**3**	**10**	**4**	**-**	**6**	**1**	**8**	**-**	**1**	**-**	**8**	**1**	**7**	**26**	**75**

Fonte: A autora, 2025.

A seguir, apresentam-se os achados da pesquisa da UFRRJ.

3.7 **Mapeamento dos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UFRRJ**

No curso de Graduação em Ciências Contábeis da UFRRJ dos 22 professores que compõem o corpo docente, metade deles possui em seus currículos Lattes algum registro relacionado à temática étnico-racial. Esse quantitativo é considerado positivo, pois quanto maior o número de produções ou experiências vinculadas a essa temática, maior tende a ser a contribuição para a formação crítica dos alunos, aumentando sua compreensão sobre diversidade, equidade e inclusão racial nos contextos profissional e social.

Entretanto, considerando que os alunos do ensino fundamental e médio já tenham tido contado com a temática, em função do cumprimento da Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, os achados desta pesquisa evidenciam uma ruptura na continuidade do tema entre esses níveis de ensino e o ensino superior. Essa descontinuidade fragiliza a implementação de uma educação antirracista ao longo da trajetória formativa dos estudantes.

Os dados analisados apontam para a implementação de disciplinas obrigatórias nas grades curriculares dos cursos voltadas à temática étnico-racial, bem como o incentivo à projetos de pesquisa e de extensão racializadas, além de maior articulação dos núcleos de estudos afro-brasileiros com os departamentos de contabilidade, tais ações poderiam provocar mudanças dessa realidade.

Foram identificados estudos sobre o ICMS ecológico como instrumento de políticas públicas e sua relação com o quilombola Alto da Serra do Mar; a inclusão da mulher negra no mercado de trabalho; mulheres negras e empreendedoras; a atuação de afroempreendedores e a percepção do conceito de liderança numa escola de samba.

Tabela 6. Registros da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis/UFRRJ

Docentes	Gênero	Atuação profissional	Banca de TCC	Banca de Especialização	Eventos	Apresentação de trabalho	Grupo de pesquisa	Orientação	Prod. técnica	Publicação	Total de registros
D72	M	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
D73	M	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
D74	F	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
D75	F	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
D76	M	-	-	-	1	-	-	-	-	1	2
D77	F	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2
D78	M	1	-	-	1	-	-	1	-	1	4
D79	F	-	1	-	-	1	-	-	-	1	3
D80	M	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
D81	F	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
D82	M	1	-	-	1	1	-	-	2	-	5
Total	**-**	**4**	**2**	**1**	**8**	**2**	**-**	**1**	**2**	**3**	**23**

Fonte: A autora, 2025.

A seguir, apresenta-se o mapeamento consolidado dos docentes dos cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis.

3.8 **Mapeamento consolidado da temática étnico-racial dos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis**

A análise dos dados consolidados evidencia a baixa incidência de registros relacionados à temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes vinculados aos cursos de Graduação em Ciências Contábeis das IES investigadas. Com um total de 416 ocorrências distribuídas entre 14 categorias, os dados revelam a invisibilidade da pauta racial na atuação acadêmico-profissional da área contábil. Tal cenário corrobora o descompasso entre as demandas por uma formação crítica e plural e a prática institucional vigente.

Outro dado relevante é que apesar das instâncias institucionais ofertarem cursos de formação continuada, voltados para a diversidade e equidade racial, não foi encontrado nenhum registro dessas iniciativas nos currículos Lattes analisados. Esse dado levanta questionamentos sobre a ausência de engajamento dessas comissões com os Departamento de Contabilidade. Adicionalmente, os estudos identificados no campo da Contabilidade relacionados à pauta racial ainda são escassos (Silva, 2016). As produções concentram-se em assuntos como diversidade, equidade e inclusão nas organizações, cultura afro-brasileira e políticas de ações afirmativas.

A UFRJ concentra a maioria dos registros 68%, evidenciando um maior engajamento dessa instituição em comparação com as demais. Por outro lado, a UERJ e a UFRRJ apresentam números muito reduzidos, 1,44% e 5,52% respectivamente. A UERJ apresenta apenas 3 publicações e nenhum registro de atuação profissional, participação em eventos e projeto de pesquisa e extensão vinculados à temática. Tais dados apontam para uma desigualdade institucional no engajamento com a temática étnico-raciais no campo da Contabilidade e por ser a pioneira na implementação da política de cotas no acesso ao ensino superior. De modo geral, observa-se a fragilidade das práticas formativas e extensionistas voltadas à essa temática, com registros mínimos em projetos de extensão, iniciação científica, orientações acadêmicas e produção de conteúdo em redes sociais, espaços fundamentais para a formação crítica e cidadã dos estudantes e que deveriam estar mais comprometida com a transformação social.

No que se refere ao registro das redes sociais presentes nos currículos Lattes, esse campo do currículo poderia impulsionar um maior engajamento público ou científico com a temática étnico-racial, sendo encontrado apenas 2 casos em toda a amostra analisada, uma live sobre racismo epistêmico e uma entrevista sobre bônus racial para o vestibular. Esses dados

reforçam a invisibilidade da pauta étnico-racial nos espaços digitais. A produção técnica também se mostra limitada e concentrada quase exclusivamente na UFF. A escassez geral de registros étnicos-raciais no currículo Lattes dos docentes de contabilidade confirmam que o ensino da contabilidade, nas universidades públicas do estado do Rio de Janeiro, carece de maiores discussões para atingir a transformação social.

Tabela 7. Dados consolidados da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis

IES	Atuação profissional	Apresentação de trab.	Banca de TCC	Banca de Especialização	Banca de Mestrado	Banca de Doutorado	Eventos	Projeto de Extensão	Projeto de pesquisa	Iniciação Científica	Orientação	Redes Sociais	Prod. técnica	Publicação	Total de registros
UERJ	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-	3	6
UFF	6	4	3	2	-	-	13	-	3	-	7	-	60	6	104
UFRJ	14	9	30	4	14	3	37	5	14	17	55	2	13	66	283
UFRRJ	4	2	2	1	-	-	8	-	-	-	1	-	2	3	23
Totais	**24**	**15**	**35**	**7**	**15**	**3**	**58**	**5**	**17**	**17**	**65**	**2**	**75**	**78**	**416**

Fonte: A autora, 2025.

Os dados consolidados na Tabela 8 reforçam o cenário da inserção da temática étnico-racial nas trajetórias acadêmico-profissionais dos docentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis da UERJ e UFRJ. Essa situação reflete o predomínio de abordagens tradicionais no meio acadêmico, dados corroborados por Homero Júnior (2021). Tal predominância pode representar um obstáculo ao avanço de discussões étnico-raciais na área contábil.

No entanto, constata-se que esses cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* vêm adotando abordagens que vai além de uma concepção tecnicista da formação contábil. Tal movimento está alinhado à crescente complexidade dos fenômenos sociais, à valorização da diversidade cultural brasileira e à atuação de determinados docentes comprometidos com uma perspectiva crítica e transformadora do ensino. Esse movimento vai ao encontro com os regulamentos institucionais que norteiam seus respectivos programas (UERJ, 2009; UFRJ, 2006).

Dos 138 registros totalizados nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a análise revela que esse volume ainda é insuficiente diante da responsabilidade social e formativa atribuída ao mestrado e doutorado. O silenciamento das discussões étnico-raciais pode comprometer a formação de futuros docentes e pesquisadores, perpetuando uma lógica acadêmica excludente e distante das demandas sociais.

A UFRJ lidera novamente em quantidade de registros, com 75 ocorrências, o que evidencia uma atuação relativamente mais expressiva, porém ainda restrita a alguns docentes. A ausência de registros em redes sociais e a quase inexistência de projetos de iniciação científica vinculados ao tema apontam fragilização de novos pesquisadores comprometidos com as questões étnico-raciais. Esses dados reforçam a conclusão de que mesmo nos espaços de maior titulação acadêmica, como os programas de pós-graduação, a abordagem da diversidade étnico-racial segue como um campo marginalizado. Reafirma-se a necessidade de reorientações curriculares e epistemológicas que valorizem o compromisso com a equidade racial na formação contábil.

Tabela 8. Dados consolidados da temática étnico-racial nos currículos Lattes dos docentes do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis

IES	Curso	Atuação profissional	Apresentação de trab.	Banca de TCC	Banca de Especialização	Banca de Mestrado	Banca de Doutorado	Eventos	Projeto de Desenvolvimento	Projeto de Extensão	Projeto de pesquisa	Iniciação Científica	Orientação	Redes Sociais	Prod. técnica	Publicação	Total de registros
UERJ	Mestrado	4	1	3	-	5	1	4	1	1	1	-	10	5	15	12	63
UFRJ	Mestrado Doutorado	3	10	4	-	6	1	8	-	-	1	-	8	1	7	26	75
Totais	**-**	**7**	**11**	**7**	**-**	**11**	**2**	**12**	**1**	**1**	**2**	**-**	**18**	**6**	**22**	**38**	**138**

Fonte: A autora, 2025.

Os dados apresentados na Tabela 9 comprovam que mais da metade dos docentes de contabilidade não apresentam qualquer registro em seus currículos Lattes da temática étnico-racial. Apesar disso, observam-se indícios de discussões voltadas ao entendimento e enfrentamento das

desigualdades sociais e econômicas, diante da complexidade das relações étnico-raciais no país, logo relevante para a Contabilidade como ciência social aplicada.

Os dados evidenciam que na UFRRJ 50% dos docentes apresentaram algum registro étnico-racial em seus currículos e na UFRJ 47,57%. Esses números sugerem à possível existência de políticas institucionais relacionadas à diversidade ou de ambientes mais abertos à discussões étnico-raciais. Já a UERJ e a UFF, apresentaram respectivamente 17,64% e 22,73% de registros, o que pode indicar ausência de estímulos para o debate dessa pauta. A ausência dessas discussões no ensino da Contabilidade contribui para uma formação tecnicista. Dessa forma, os futuros profissionais permanecem com uma visão parcial da realidade, o que compromete tanto sua atuação técnica quanto sua responsabilidade social diante das desigualdades raciais que marcam o país.

Tabela 9. Dados consolidados dos professores do Curso de Graduação em Ciências Contábeis

IES	**Quantitativo de docentes**	**Docentes que apresentam temática étnico-racial em seu currículo lattes**	**% Docentes que apresentam temática étnico-racial em seu currículo lattes**
UERJ	17	3	17,64
UFF	44	10	22,73
UFRJ	103	49	47,57
UFRRJ	22	11	50
Totais	**186**	**73**	**39,24**

Fonte: A autora, 2025.

A análise dos dados consolidados da Tabela 10 evidencia um crescimento do interesse pela temática étnico-racial no âmbito da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em comparação com a graduação. O percentual de docentes engajados é superior ao da graduação, o que pode indicar

uma maior sensibilidade crítica e reflexiva por parte de alguns docentes, que rompem com as abordagens do currículo tradicional e contribuem para transformar social e culturalmente, a trajetória de vida acadêmica e pessoal de seus alunos.

Por fim, de modo geral, revela-se que em 9.319 páginas de currículos Lattes dos docentes da área de Contabilidade analisados, apenas 554 registros estavam relacionados à temática étnico-racial, sendo 416 na graduação e 138 na pós-graduação. Esses dados evidenciam um silêncio institucional em relação às questões raciais, refletindo a marginalização do tema na produção acadêmica da área. Essa ausência de engajamento não ocorre de forma isolada, mas confirma o que argumentam Annisette e Prasad (2017), que a contabilidade ao ignorar às questões raciais pode tornar-se cúmplice na manutenção de lógicas excludentes que estruturam as desigualdades sociais.

A construção de um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo, exige o engajamento em um ativismo acadêmico (Haynes, 2024), a revisão dos currículos (Ghio *et al.,* 2024) e o incentivo à produção de conhecimento comprometido com as desigualdades raciais historicamente naturalizadas (Agyemang *et al*., 2024; Alves; Silva, 2023). Por meio desse comprometimento com a justiça social a contabilidade poderá avançar humanamente, plural e antirracista.

Tabela 10. Dados consolidados dos professores do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis

IES	**Quantitativo de docentes**	**Docentes que apresentam temática étnico-racial em seu currículo lattes**	**% Docentes que apresentam temática étnico-racial em seu currículo lattes**
UERJ	13	7	53,84
UFRJ	31	14	45,16
Totais	**44**	**21**	**47,73**

Fonte: A autora, 2025.

3.9 **Mapeamento da questão étnico-racial nas grades curriculares e ementas**

O mapeamento foi realizado por meio de um procedimento metodológico semelhante ao utilizado na análise dos currículos Lattes. Para isso, foram examinados a identificação (títulos) nas grades curriculares, o conteúdo das ementas e a descrição de seus objetivos. A análise baseou-se em uma busca sistemática pelas palavras-chave relacionadas à temática étnico-racial, já especificadas na metodologia.

Na UERJ, foram coletadas as grades curriculares e 75 ementas, das quais 56 (33 obrigatórias e 23 eletivas) referentes à graduação e 19 ao mestrado (13 obrigatórias e 6 optativas). A análise dessas ementas evidenciou um silenciamento da temática étnico-racial, tanto na graduação quanto na pós-graduação. A ausência de conteúdos que abordem as relações étnico-raciais, revela a invisibilização dessa pauta em um espaço que deveria fomentar o pensamento crítico, a formação cidadã e a emancipação do indivíduo.

Embora se reconheça a possibilidade de desatualização das informações disponíveis nos portais institucionais, essa hipótese não pode justificar a omissão da temática nas ementas analisadas. Ao contrário, pois essa ausência pode ser interpretada como um descompromisso institucional com a implementação da educação antirracista nos currículos, mesmo em uma universidade marcada historicamente pelo pioneirismo nas políticas afirmativas.

Nesse contexto, torna-se fundamental problematizar a responsabilidade institucional e a dos departamentos contábeis. Apesar da promulgação da Lei 10.639/2003 e da Resolução nº 01 de junho 2004, que estabelecem diretrizes para inclusão da temática étnico-racial, observa-se ausência de mecanismos eficazes de fiscalização quanto à sua efetiva implementação nos espaços acadêmicos. Os Departamentos de Contabilidade possuem um papel estratégico na promoção de uma formação crítica e comprometida com a equidade racial. No entanto, a realidade observada indica que os docentes não apresentam letramento racial e nem tiveram acesso à formação baseada em uma perspectiva de Educação Antirracista. Nesse cenário, torna-se complexo exigir adesão ao ativismo racial, uma vez que tal envolvimento requer conhecimento, sensibilização e compromisso institucional.

Para provocar mudanças no enfrentamento do racismo se faz necessário revisar os currículos (Gomes, 2021; Rocha, 2021), investir em formação docente com perspectiva antirracista (Pinheiro, 2023), fomentar pesquisas que abordem as relações étnico-raciais no campo contábil (Silva, 2024), e estabelecer diretrizes institucionais que articulem ensino, pesquisa e extensão à promoção da justiça racial. Essas ações, quando articuladas de forma

sistêmica, podem contribuir para a construção de ambientes acadêmicos mais justos, inclusivos e comprometidos com a transformação social.

Na UFF campus Niterói, foram identificadas 128 disciplinas na grade curricular do curso de graduação (36 obrigatórias e 92 optativas), com duas disciplinas optativas com abordagem à temática étnico-racial: *Antropologia I e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.* Em Macaé, no curso de graduação, foram identificadas 106 disciplinas (43 obrigatórias e 63 optativas), com destaque para uma disciplina obrigatória: *Sociologia das Organizações*, e uma optativa: *Antropologia I.* Já no campus Volta Redonda, no curso de graduação, foram identificadas 166 disciplinas (39 obrigatórias e 127 optativas), das quais três abordam à temática étnico-racial: *Comunicação Corporativa e ESG, Cultura Política Brasileira e Direito,* e *Ética e Cidadania.*

Na UFRJ, no curso de Graduação em Ciências Contábeis, foram identificadas 77 disciplinas na grade curricular (42 obrigatórias e 35 optativas). No entanto, as ementas das disciplinas não estavam disponíveis no portal institucional do Departamento de Contabilidade. No entanto, tais documentos encontram-se disponíveis por meio do blog da Secretaria Acadêmica da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), acessível no link: https://secretariafacc.blogspot.com/. Posteriormente, realizou-se a busca sistemática com as palavras-chave relacionadas à temática étnico-racial, sendo identificada uma disciplina: *Filosofia das Organizações.*

Em relação ao curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis da UFRJ, no Mestrado, foram identificadas 26 disciplinas (5 obrigatórias e 21 eletivas), todas acompanhadas de ementas, exceto uma disciplina cuja ementa é considerada não aplicável. Já no Doutorado, foram identificadas 33 disciplinas (7 obrigatórias e 26 eletivas), todas com ementas exceto uma que também foi considerada não aplicável. Nesse contexto, considerando as grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis e as ementas da Pós-Graduação da UFRJ, não foi localizada nenhuma disciplina vinculada com à temática étnico-racial.

Durante a revisão da literatura para a construção do referencial teórico deste estudo, foi identificado um artigo que mencionava a disciplina *Pesquisa Crítica em Contabilidade* (Sauerbronn *et al.,* 2023), ofertada nos programas de Mestrado e Doutorado da UFRJ. Essa disciplina adota uma perspectiva interdisciplinar e propõe reflexões sobre o contexto contemporâneo, tendo a Contabilidade como eixo central de problematização das desigualdades sociais e raciais. No entanto, essa disciplina não consta na grade curricular oficial disponibilizada no portal institucional da UFRJ, o que levanta questionamentos sobre a transparência das informações.

De modo semelhante, no programa de Mestrado da UERJ, oferece a disciplina *Indivíduo, Trabalho e Sociedade*, que contempla discussões sobre desigualdades sociais, relações de poder, contexto do trabalho e questões étnico-raciais. Entretanto, a disciplina também não consta na grade curricular oficial no portal da universidade, o que pode indicar desatualização no portal dessas iniciativas.

A disciplina Pesquisa Crítica em Contabilidade e Indivíduo, Trabalho e Sociedade, representam avanços da temática étnico-racial no campo contábil, essas disciplinas são oferecidas dentro do curso, mas não são obrigatórias, o que permite flexibilidade de interesses de cursar ou não pelos alunos. No entanto, observa-se que essas iniciativas ainda são uma exceção geral dentro do panorama curricular predominante alheio às questões étnico-raciais.

Na UFRRJ, foram identificadas 115 disciplinas na grade curricular do curso de Graduação (47 obrigatórias e 58 optativas). Todas as disciplinas apresentavam ementas e disponibilidade para consulta. No entanto, apenas uma disciplina foi identificada com abordagem da temática étnico-racial: *Educação e Relações Étnico-raciais na Escola.*

Dessa forma, num universo de 728 disciplinas analisadas nas grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis, apenas 11 disciplinas dialogam com as relações étnico-raciais, sendo nove pertencentes à grade curricular da Graduação: *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Antropologia I (Niterói); Antropologia I (Macaé); Sociologia das Organizações;* Cultura *Política Brasileira; Comunicação Corporativa e ESG; Direito, Ética e Cidadania; Filosofia das Organizações; Educação e Relações Étnico-Raciais na Escola*; e duas estão inseridas na Pós-Graduação *Stricto Sensu*: *Indivíduo, Trabalho e Sociedade* e *Pesquisa Crítica em Contabilidade;* evidenciando uma presença muito limitada dessas discussões nas matrizes curriculares da área contábil.

A análise das ementas das disciplinas que tratam da temática étnico-racial revela uma abordagem ampla de questões sociais, culturais e epistemológicas, sem conexão direta com a Contabilidade. A literatura, como aponta Carnegie *et al.* (2020), evidencia que a Contabilidade é também uma ferramenta de poder e transformação cultural. Assim, a integração dos temas é essencial para uma formação contábil ética e socialmente engajada.

Quadro 3. Disciplinas que abordam questões étnico-raciais nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis (Continua)

IES	Nível de ensino	Disciplinas	Tipo	Carga horária	Ementa	Link
UFF Niterói	Graduação	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.	Optativa	30 h	Obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena: legislação indígena brasileira (lei nº 10.639/2003) e legislação sobre afrodescendentes no Brasil (lei nº 11.645/2008). Processos semelhantes na formação das culturas indígenas e africanas no brasil: expulsão de terras, vozes silenciadas, identidades estigmatizadas, as diversidades dos povos africanos e indígenas e suas manifestações: culturais, étnicas, históricas, linguísticas, antropológicas.	https://app.uff.br/iduff/consultaEmenta.uff
UFF Niterói	Graduação	Antropologia I	Optativa	60 h	A antropologia como campo de conhecimento. Sistematização do conhecimento antropológico através de esquemas conceituais explicativos. Problemas básicos de organização social, política e econômica dentro da perspectiva antropológica. Conhecimento e crença, sistematização do universo; sistemas de valores e padrões de comportamento: magia, religião, ciência, mitologia e arte. A antropologia como crítica ao senso comum. Direitos humanos, diversidade étnico-racial e noção de "raça".	https://app.uff.br/iduff/consultaEmenta.uff
UFF Macaé	Graduação	Antropologia I	Optativa	60 h	A antropologia como campo de conhecimento. Sistematização do conhecimento antropológico através de esquemas conceituais explicativos. Problemas básicos de organização social, política e econômica dentro da perspectiva antropológica. Conhecimento e crença, sistematização do universo; sistemas de valores e padrões de comportamento: magia, religião, ciência, mitologia e arte. A antropologia como crítica ao senso comum. Direitos humanos, diversidade étnico-racial e noção de "raça".	https://app.uff.br/iduff/consultaEmenta.uff

Quadro 3. Disciplinas que abordam questões étnico-raciais nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis (Continuação)

IES	Nível de ensino	Disciplinas	Tipo	Carga horária	Ementa	Link
UFF Macaé	Graduação	Sociologia das Organizações	Obrigatória	60 h	A disciplina oferece uma visão geral da sociologia aplicada às Organizações. Produtividade, motivação e satisfação no trabalho. Cultura e poder organizacional. Relações humanas no trabalho: o homem e a organização do trabalho, Aspectos do desenvolvimento regional com a inserção da cultura afro no desenvolvimento da região.	https://app.uff.br/iduff/consultaEmenta.uff
UFF Volta Redonda	Graduação	Comunicação Corporativa e ESG	Optativa	30 h	Desenvolvimento sustentável e ESG: Clube de Roma; nosso futuro comum; who care wins?; Agenda 21; Protocolo de Quioto; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). ESG e empresa: ESF e criação de valor; responsabilidade social e corporativa; diversidade; sustentabilidade empresarial; o contador e os dados não-financeiros; relatórios corporativos. relatórios não-financeiros: global reporting initiative (GRI). criação, objetivos,estrutura, uso, adesão, casos de sucesso. relatórios não-financeiros: task force on climaterelated financial disclosures (tcfd). criação, objetivos, estrutura, uso, adesão, casos de sucesso. relatórios não-financeiros: relato integrado. criação, objetivos, estrutura, uso, adesão no setor privado e público, casos de sucesso. International Sustainability Standards Board (ISSB): criação, objetivos, pronunciamentos.	https://app.uff.br/iduff/consultaEmenta.uff
UFF Volta Redonda	Graduação	Cultura Política Brasileira	Optativa	30 h	Estado e sociedade civil; sociedade clânica; patrimonialismo; estamento burocrático; revolução passiva; democracia racial; homem cordial; cidadania regulada; clientelismo; modelo autocrático; cidadania ativa; movimentos sociais.	https://app.uff.br/iduff/consultaEmenta.uff

Quadro 3. Disciplinas que abordam questões étnico-raciais nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis (Continuação)

IES	Nível de ensino	Disciplinas	Tipo	Carga horária	Ementa	Link
UFF Volta Redonda	Graduação	Direito, Ética e Cidadania	Optativa	30 h	Organização social e política do brasil; problemas brasileiros; história e cultura afro-brasileira e indígena: cultura, religião, problemas sociais (lei 11.645 de 10/03/2006); história do direito; sociologia do direito; fontes do direito constitucional; contrato, responsabilidade profissional e propriedade industrial; direito civil básico; direito penal básico; direito trabalhista, CREA; contrato de trabalho.	https://app.uff.br/iduff/consultaEmenta.uff
UFRJ	Graduação	Filosofia das Organizações	Complementar	60 h	Noções de teoria do conhecimento; noções de filosofia da ciência e da técnica; os conceitos de explicação e compreensão; hermenêutica e crítica de ideologias; racionalidade técnica e práticas administrativas; racionalidade comunicativa, teoria da argumentação e práticas administrativas. A filosofia brasileira: origens e perspectivas, causas eminentes à cultura nacional, a ideia de uma civilização brasileira inter-racial.	https://secretariafacc.blogspot.com/p/ementas.html
UFRRJ	Graduação	Educação e Relações Étnico-Raciais na Escola.	Optativa	30 h	Educação no contexto histórico e social das diferenças étnico-raciais. Movimentos negros e indígenas e a educação. Conceito e articulações entre equidade, igualdade e diferença. As políticas públicas de promoção da igualdade étnico-racial na educação básica. Produção de conhecimentos pedagógicos para promoção da igualdade étnico-racial.	https://sigaa.ufrrj.br/sigaa/public/curso/relatorio_curriculo.jsf

Quadro 3. Disciplinas que abordam questões étnico-raciais nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis (Conclusão)

IES	Nível de ensino	Disciplinas	Tipo	Carga horária	Ementa	Link
UERJ	Mestrado	Indivíduo, Trabalho e Sociedade.	Eletiva	45 h	Estudos sobre comportamento individual, de grupos nas organizações. Transformações na sociedade e no trabalho. Diversidade, inclusão e transformação social. Comunicação, Conflito e Negociação. Liderança, poder e controle. Relações de dominação, opressão e violência e não-violência. Cultura organizacional. Estudos sobre trabalho, sentido do trabalho, prazer e sofrimento no trabalho. Paradigmas nas ciências sociais. Perspectivas críticas e decoloniais nos estudos organizacionais e da contabilidade. Perspectivas humanizadas e regenerativas na gestão em ambiente de complexidade, mudanças e inovação.	Não consta link.
UFRJ	Mestrado/ Doutorado	Pesquisa Crítica em Contabilidade.	Optativa	60 h	Prover aos estudantes de mestrado e doutorado em ciências contábeis uma introdução às abordagens de pesquisa crítica em contabilidade, ao apresentar um itinerário formativo que navega, a cada encontro, entre alguns nacionais e internacionais da filosofia, da sociologia e outros campos do conhecimento.	Não consta link.

Fonte: A autora, 2025.

Portanto, esses achados da pesquisa convergem com os apontamentos de Alves e Silva (2023), que denunciam a ausência de questão étnico-racial na área contábil. Também com o de Santana (2019), que alega que o processo formativo dos estudantes de Ciências Contábeis ainda é predominantemente tecnicista, apesar dos avanços legais e institucionais. Adicionalmente, corroboram Reimol *et al.* (2024) que as universidades precisam ser mais inclusivas e igualitárias. A análise evidencia que o ensino da contabilidade no estado do Rio de Janeiro ainda parece operar sob uma lógica tecnicista (Santana, 2019; Homero Júnior, 2021), que relega a crítica social e o combate às desigualdades raciais a um plano secundário ou inexistente.

Essa ausência de disciplinas relacionadas à temática étnico-racial revela uma lacuna grave na formação crítica dos profissionais da contabilidade, sobretudo considerando o papel desses profissionais na gestão de organizações públicas e privadas, que operam em contextos marcados por profundas desigualdades raciais. Portanto, a formação de contadores(as) conscientes das desigualdades raciais é estratégica para o desenvolvimento de políticas públicas, gestão de recursos, relatórios ESG e ações de impacto social dentro das empresas. Esse diálogo no meio acadêmico, pode contribuir para a formação crítica dos profissionais, além de promover a equidade racial e impulsionar a transformação social, abrangendo ativamente os docentes, os discentes e a sociedade.

Caso a temática étnico-racial fosse implementada na grade formativa obrigatória, a contabilidade poderia funcionar como agente de transformação social, formando profissionais comprometidos com a equidade racial (Rodrigues *et al*., 2023) e preparados para enfrentar os desafios do racismo estrutural nas organizações e sociedade (Almeida, 2019). Acrescida da utilização do letramento racial com as práticas pedagógicas nas salas de aula, por exemplo, permitiria a discussão, o entendimento e o enfrentamento das situações cotidianas de racismo. Essas medidas permitem que por meio de reflexão e discussão, que os alunos e professores busquem soluções para enfraquecer ou até mesmo erradicar um sistema que historicamente privilegia certos grupos em detrimento de outros (Nascimento; Silva, 2023).

Castro *et al*. (2022) afirmam que as relações raciais nas universidades brasileiras, apesar da vigência das políticas afirmativas, o racismo ainda persiste no ambiente acadêmico, se manifestando de diversas maneiras, através de práticas discriminatórias e obstáculos no acesso e permanência de estudantes negros nas IES. Dados corroborados por Silva e Casa Nova (2024) reforçam que as universidades historicamente têm funcionado como espaços que excluem corpos que não se alinham ao modelo dominante, adotando a meritocracia como valor único e desconsiderando as diferenças étnico-raciais e de gênero. Dessa forma, essas

instituições contribuem para a manutenção de processos excludentes, promovendo o apagamento e o silenciamento de determinadas identidades e favorecendo o epistemicídio dos saberes negros (Santos, 2018).

Portanto, os currículos e as práticas educacionais no Ensino Superior, apresentam apagamentos históricos e epistemológicos. Esses apagamentos só poderão ser superados se o campo educacional e a produção científica se reconhecerem como espaços que necessitam de um processo de descolonização (Gomes, 2021). Então, a perspectiva decolonial para uma educação antirracista, envolve (re)significar os saberes e valorizar as identidades étnico-raciais historicamente estigmatizadas e inferiorizadas. Esse movimento se configura como um ponto de partida essencial no combate às práticas racistas, que são perpetuadas por uma sociedade que, embora haja racistamente, se recusa a reconhecer tais práticas (Castro *et al*., 2022).

4 PROPOSIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO ENSINO DA CONTABILIDADE

As proposições apresentadas neste tópico têm como finalidade atender o quarto objetivo específico da pesquisa, que consiste em contribuir com proposições para uma educação antirracista no ensino da contabilidade. A ausência de discussões sobre as relações étnico-raciais na formação contábil contribui para a perpetuação de desigualdades históricas e para a manutenção de uma formação profissional alheia à diversidade social e cultural do país. A Contabilidade, enquanto ciência social aplicada, está diretamente relacionada à realidade econômica, política e social, e, portanto, não pode se isentar das discussões que envolvem questões étnico-raciais, especialmente em um país marcado pela desigualdade estrutural como o Brasil.

As IES desempenham um papel fundamental na construção e compartilhamento do conhecimento. Para cumprir sua função social, essas instituições devem integrar ensino, pesquisa e extensão, criando ambientes que favoreçam o desenvolvimento do pensamento crítico, a compreensão do papel social de cada indivíduo e a preparação profissional com competência técnica e ética, com o objetivo de promover mudanças positivas na sociedade (Carneiro *et al*., 2017).

Segundo as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais, os sistemas de ensino devem promover pesquisas que abordem processos educativos fundamentados em valores, visões de mundo e saberes afro-brasileiros, assim como conhecimentos dos povos indígenas, visando ampliar e fortalecer as bases teóricas da educação nacional (Brasil, 2004).

Nesse sentido, Gomes (2021) destaca que há docentes, tanto negros quanto não negros, que assumem uma postura crítica e engajada ao questionarem práticas excludentes e desenvolverem ações concretas por meio de projetos pedagógicos, atividades de pesquisa, extensão e internacionalização. Esses educadores reconhecem o protagonismo do Movimento Negro e atuam com base em uma perspectiva antirracista e emancipatória.

Portanto, as IES podem impulsionar a formação continuada de seus docentes em questões étnico-raciais, capacitando-os para a adoção de práticas pedagógicas inclusivas e antirracistas. Entre essas práticas, destaca-se o letramento racial, a incorporação de obras e publicações de intelectuais negros para serem utilizados em sala de aula, de modo a contribuir com o debate étnico-racial conjuntamente com as disciplinas contábeis. A adoção de materiais didáticos que apresentem indivíduos negros em posições estratégicas, pode contribuir para o

fortalecimento da representatividade racial e para o estímulo ao desenvolvimento acadêmico dos estudantes negros, promovendo um ambiente educacional mais plural e equitativo.

A análise documental dos cursos de Ciências Contábeis, revelou a necessidade de que as grades curriculares tornem obrigatória a abordagem da temática étnico-racial mediante criação de disciplinas específicas, como “Contabilidade e Diversidade Étnico-Racial”, “Ética Profissional e Justiça Social” ou “Racismo Estrutural e o Mundo do Trabalho”, entre outras. Essas disciplinas tem o potencial de promover reflexões sobre o papel social da contabilidade, ampliando a formação para além dos aspectos técnicos e contribuindo para o exercício profissional de modo ético e comprometido com a transformação social. Essa necessidade se torna diante do fato de que a maioria das pessoas negras se encontram ainda às margens dos privilégios usufruídos desde sempre pela branquitude, o que evidencia as desigualdades estruturais que ainda persistem nas IES e no mercado de trabalho.

Como caminhos possíveis, a partir dos resultados, recomenda-se que tais disciplinas abordem a discussão do papel da contabilidade na perpetuação e no combate das desigualdades raciais; na análise de relatórios de sustentabilidade sob a ótica da diversidade racial; trabalhar com indicadores de equidade racial; na análise de dados do IBGE, IPEA, eSocial com recorte racial; na reflexão sobre racismo institucional e promoção de casos de ensino relacionados à diversidade racial; no trabalho com empreendedorismo negro; e na discussão da transparência na aplicação de verbas destinadas a programas de inclusão racial. A inclusão dessas disciplinas pode contribuir para a formação profissional e cidadã dos discentes, atentos, empáticos e responsáveis diante das implicações sociais de sua atuação.

Para impulsionar as discussões étnico-raciais no ambiente educacional recomenda-se uma articulação mais efetiva entre os sistemas de ensino e o Movimento Negro, coletivos culturais negros, instituições formadoras de professores e núcleos de pesquisa, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com o intuito de buscar subsídios e compartilhar experiências que contribuam para a elaboração de planos institucionais, projetos pedagógicos e de ensino (Brasil, 2004).

A implementação de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem também é fundamental, incluindo estudos de casos que abordem situações de discriminação racial no ambiente organizacional, análise de demonstrações financeiras com indicadores de recorte racial, e estudos autoetnográficos que possibilitem reflexões profundas sobre as vivências raciais no campo da contabilidade. Essas abordagens ampliam o olhar técnico para dimensões sociais, políticas e culturais que permeiam as práticas contábeis.

O discente do curso de Ciências Contábeis deve compreender o reconhecimento da importância das diversidades das questões sociais, ambientais e de governança no contexto organizacional nos diversos ambientes das entidades (MEC, 2024). Isso sugere que ao atuar profissionalmente, o futuro profissional deverá ser capaz de reconhecimento e respeito pelas diferenças (étnicas, culturais, de gênero etc.); compreender o impacto das questões sociais**,** como desigualdades e inclusão, na gestão das entidades; atuar com responsabilidade ambiental, entendendo a importância da sustentabilidade; entender os princípios de governança corporativa**,** como ética, transparência e prestação de contas, que regulam o funcionamento das organizações.

Portanto, enquanto as relações étnico-raciais não forem efetivamente incluídas no ensino da Contabilidade, o campo permanecerá alheio a importantes demandas sociais, e os profissionais continuarão sendo formados com uma visão parcial da realidade, o que compromete tanto sua atuação técnica quanto sua responsabilidade social.

Recomenda-se que os Departamentos de Contabilidade constituam comissões voltadas à promoção da equidade racial, compostas por docentes, discentes e técnicos administrativos. Essas comissões devem estimular a elaboração de projetos de pesquisa, ações de extensão e eventos acadêmicos que integrem a contabilidade às discussões étnico-raciais, promovendo assim a transformação social.

Além disso, durante a identificação dos registros étnico-raciais dos docentes da área de Contabilidade, alguns currículos Lattes estavam com fotos. Então a pesquisadora, mulher preta, de acordo com a sua percepção, realizou um reconhecimento fenotípico. Esse procedimento revelou a escassez de rostos negros nas fotos entre os docentes, evidenciando barreiras estruturais ao acesso e à permanência da população negra na docência universitária. A sub-representação identificada aponta para um padrão de exclusão historicamente construído e ainda naturalizado no ambiente acadêmico brasileiro.

Apesar desse cenário, foram encontrados trabalhos sobre Contabilidade Gerencial, Contabilidade Pública, Contabilidade de Custos, Contabilidade Ambiental, Auditoria; Perícia Contábil; Contabilidade Previdenciária; ESG; Contabilidade Crítica; Economia; Ética Profissional; Contabilidade Tributária entre outros.

A percepção da pesquisadora, portanto, não se limita à constatação da ausência de docentes negros(as), mas enaltece as presenças existentes, valorizando suas contribuições e atuações em uma ciência marcada por pretensões de neutralidade técnica. Reconhecer essas trajetórias é afirmar a importância de epistemologias negras na produção de saber contábil,

bem como ampliar os debates sobre diversidade, representatividade e justiça racial no campo contábil.

4.1 **Articulação das proposições para uma Educação Antirracista no ensino da Contabilidade com o Referencial Teórico**

As proposições que foram apresentadas, ao serem conectadas com a literatura sobre discussões étnico-raciais no ensino da Contabilidade, evidenciam a viabilidade dessas ações e também fundamentação teórica. Essas proposições se configuram em reflexões para a construção de uma educação antirracista no campo contábil, alinhando-se a uma perspectiva crítica e transformadora. Tais proposições apontam como caminhos possíveis para a superação das desigualdades raciais, estruturais e institucionais, que historicamente se perpetuam tanto no ensino superior quanto na profissão contábil.

O Quadro 4 apresenta possíveis categorias propostas de acordo com a discussão dos resultados à luz do referencial teórico.

Quadro 4. Síntese das proposições sugeridas para uma Educação Contábil Antirracista: Categorias, Autores e Reflexões (Continua)

Categorias	**Proposições para implementação de uma educação antirracista no Ensino da Contabilidade**	**Autores**	**Reflexões**
Currículo, disciplinas e conteúdos antirracistas	Criação das disciplinas Contabilidade e Diversidade Étnico-Racial; Ética Profissional e Justiça Social, Racismo Estrutural e o Mundo do Trabalho.	Carneiro *et al*. (2017) - currículo e formação técnico-crítica. Santos, Aguiar e Silva (2023) - concepções teóricas e práticas da educação antirracista. Gomes (2021) - descolonização das práticas educativas. Rocha (2021) - quilombismo e fundamentos para a educação antirracista. Pinheiro (2023) - como ser um educador antirracista.	A proposição de inserção de disciplinas específicas, como "**Contabilidade e Diversidade Étnico-Racial", "Ética Profissional e Justiça Social" ou "Racismo Estrutural e o Mundo do Trabalho**" estão alinhadas às reflexões de Carneiro *et al.* (2017), que destacam a importância da integração entre os eixos técnico e crítico no ensino contábil. Autores como Santos, Aguiar e Silva (2023) e Rocha (2021) reforçam que o currículo deve ser espaço de resistência e transformação, promovendo o reconhecimento da história e cultura afro-brasileira. Nesse sentido, Gomes (2021) aponta que a descolonização do ensino passa pela inclusão de conteúdos que problematizem o racismo estrutural e promovam o pensamento crítico.

Quadro 4. Síntese das proposições sugeridas para uma Educação Contábil Antirracista: Categorias, Autores e Reflexões (Continuação)

Categorias	Proposições para implementação de uma educação antirracista no Ensino da Contabilidade	Autores	Reflexões
Letramento racial e formação docente	Formação continuada e letramento racial dos docentes de contabilidade.	Moraes (2022); Nascimento; Silva (2023) - urgência do letramento racial. Neves e Mariano (2022) -letramento como ferramenta pedagógica. Gomes (2021) - professores antirracistas e emancipatórios. Ribeiro (2019) -branquitude e luta antirracista. Pinheiro (2023) - práticas antirracistas na sala de aula.	O investimento na formação continuada dos docentes com foco no letramento racial, como proposto, encontra respaldo em Moraes (2022), que destaca sua urgência para a erradicação do racismo na educação. Essa abordagem é reforçada por Neves e Mariano (2022), ao evidenciar o letramento como instrumento para a construção de práticas pedagógicas inclusivas. Gomes (2021) também identifica a importância de educadores, negros ou não, que se posicionem criticamente frente às exclusões raciais, alinhando-se à proposta aqui apresentada.
Representatividade e materiais didáticos	Utilização de obras de intelectuais negros e exposição de pessoas negras em posições de liderança nos materiais.	Lourenço (2023) - invisibilidade de autores negros. Ribeiro (2019) - apagamento da negritude. Grijó e Motta (2024) - representatividade negra na liderança. Hamilton; Paula (2023) - tokenismo e inclusão. Silva (2016); Silva e Casa Nova (2024) - teto de vidro e invisibilidade na academia contábil.	A valorização da produção intelectual negra, bem como a representatividade nos materiais didáticos, está diretamente relacionada às críticas de Ribeiro (2019) e Lourenço (2023), que denunciam o epistemicídio e a invisibilidade de autores(as) negros(as). A inclusão de lideranças negras nos conteúdos também dialoga com Grijó e Motta (2024), ao abordar a importância de quebrar o mito da meritocracia e combater o tokenismo, como apontado por Hamilton; Paula (2023).

Quadro 4. Síntese das proposições sugeridas para uma Educação Contábil Antirracista: Categorias, Autores e Reflexões (Conclusão)

Categorias	Proposições para implementação de uma educação antirracista no Ensino da Contabilidade	Autores	Reflexões
Metodologias ativas e práticas pedagógicas críticas	Estudo de casos com recorte racial, análise de dados com indicadores de equidade, autoetnografias etc.	Dourado; Casa Nova (2024) - (auto)etnografia e branquitude. Annisette e Prasad (2017) - contabilidade crítica e racialização. Ferreira (2023) - contabilidade como ferramenta de transformação social. Haynes (2024) -contabilidade como ativismo. Morales e Sponem (2017) - contabilidade crítica e emancipatória.	A proposta de utilização de metodologias ativas que evidenciem desigualdades raciais está em consonância com as contribuições de Annisette e Prasad (2017) e Haynes (2024), que defendem uma contabilidade crítica, comprometida com a justiça social. A abordagem autoetnográfica como estratégia pedagógica, defendida por Dourado e Casa Nova (2024) e Alves (2022), permite trazer à tona as experiências silenciadas de corpos negros na academia contábil.
Ações institucionais e políticas afirmativas	Criação de comissões de equidade racial nos Departamentos de Contabilidade.	Santos (2020); Mello e Resende (2019) - políticas afirmativas e docentes negras. Reimol *et al.* (2024) - diversidade e inclusão no magistério federal. Souza *et al.* (2021) - comissões de heteroidentificação e ações públicas. Bento (2022) - pacto da branquitude e acesso desigual.	A constituição de comissões de equidade racial nas IES está amparada na defesa de políticas afirmativas, como discutido por Santos (2020) e Mello; Resende (2019). Reimol *et al.* (2024) argumentam que a diversidade docente ainda está distante de uma representatividade racial justa, o que reforça a urgência de ações institucionais. Bento (2022) ressalta que romper com o pacto da branquitude é essencial para que essas comissões não se tornem simbólicas, mas efetivamente transformadoras.

Fonte: A autora, 2025.

A seguir, o Quadro 5 apresenta à luz do referencial teórico desta pesquisa e a dos seus resultados, sugestões de temas que podem ser utilizados para uma possível implementação de uma educação antirracista no campo contábil.

Quadro 5. Síntese de temas possíveis de serem investigados com relação às discussões étnico-raciais no Ensino da Contabilidade (Continua)

Assuntos abordados	Autor(a)/Ano/Título da obra
Raça; racismo; discriminação racial; preconceitos; contabilidade e responsabilização e contracontas; desigualdades raciais; injustiças raciais e sociais; dominação histórica e poder; movimentos de resistências; neoliberalismo; racismo ambiental; papel da contabilidade na emancipação.	Agyemang, G., Dhanani, A., Ejiogu, A. R., Perkiss, S. (2024). *Researching race, accounting and accountability: past, present and future*.
Racismo estrutural; racismo institucional; racismo individual; história do racismo no Brasil; desigualdades raciais; relação do racismo com as estruturas políticas e decisões governamentais; dificuldade no acesso a recursos, condições precárias de vida e ausência de melhores oportunidades de trabalho para a população negra; propostas para a equidade racial.	Almeida (2019). **Racismo Estrutural.**
Identidade racial; raça; relatos de experiências de mulheres negras; escrita autoetnográfica; gênero; diversidade.	Alves (2022). **Entre silêncios e memórias: tornar-se pesquisadora e a reconquista da identidade.**
Percepção dos discentes pretos e pardos do curso de Ciências Contábeis sobre racismo; racismo estrutural; racismo institucional; ausência de questões étnico-raciais.	Alves e Silva (2024). **Diversidade Racial na Contabilidade: Reflexões sobre racismo.**
Diversidade racial; diversidade de gênero; carreira profissional; mercado contábil; desigualdade de gênero e raça; liderança; questões sociais no mercado de trabalho; questões sociais no mercado contábil.	Anjos *et al.* (2023). **Desigualdade racial no mercado contábil: uma análise sob a perspectiva de mulheres negras do Rio de Janeiro.**
Contabilidade; contabilidade crítica; raça; racismo; neoliberalismo; relações de poder; diversidade; gênero; desigualdade racial; desigualdade social; violência racial; injustiça racial; silenciamento; silêncio crítico; xenofobia; religião; reparação política; etnia; opressão racial; racialização; genocídio; exclusão racial; profissão contábil.	Annisette, M., Prasad, A. (2017). Critical accounting research in hyper-racial times.
Racismo; desigualdade racial; capitalismo; discriminação racial; subalternação da população negra; violência cultural; violência estrutural.	Batista e Mastrodi (2018). **Dos fundamentos extra-econômicos do racismo no Brasil.**
Racismo estrutural; racismo institucional; desigualdades raciais; branquitude e privilégios; posições de poder; desigualdade no mercado de trabalho; história da herança escravocrata no Brasil; crítica a ideia de meritocracia; propostas para a equidade racial.	Bento (2022). **O pacto da Branquitude**.
Abordagens alternativas da contabilidade; enriquecimento da informação contábil mediante abordagens de paradigmas interpretativo e crítico.	Bilhim e Gonçalves (2021). **Abordagens Epistemológicas e Pluralismo na Pesquisa em Contabilidade: para além do paradigma dominante.**

Quadro 5. Síntese de temas possíveis de serem investigados com relação às discussões étnico-raciais no Ensino da Contabilidade (Continuação)

Assuntos abordados	Autor(a)/Ano/Título da obra
Raça; discriminação de gênero; discriminação étnico-racial; discriminação salarial; profissão contábil; comparação salarial.	Borsatto Júnior, Zabotti, Araújo (2020). **Gênero, Etnia e Raça: Débito ou Crédito na Contabilidade?**
Contabilidade, Contabilidade organizacional, teoria da Contabilidade, história da Contabilidade, historiadores da Contabilidade, teorias das organizações, práticas sociais, comportamento humano.	Carnegie, Garry D., McBride, K. M., Napier, Christopher J., Parke, L.D. (2020). Accounting history and theorising about organisations.
Educação superior; profissão contábil; ensino da contabilidade; currículo no ensino superior; matriz curricular; eixos temáticos; conteúdo de formação básica; conteúdo de formação profissional; conteúdo de formação teórico-prática; componentes curriculares optativos.	Carneiro *et al*. 2017. **Matriz curricular para cursos de ciências contábeis.**
Gênero, raça, ascenção social, sexo, estupro, relações sociais, relações raciais, relações de poder, relacionamentos inter-raciais, relacionamentos intra-raciais, identidade, mulher negra, mulher branca, misoginia, mito da democracia racial, miscigenação, igualdade, estereótipos, mobilidade social, desumanização das mulheres.	Carneiro, S. (1995). **Gênero, raça e ascensão social.**
Relações raciais; racismo; antirracismo; decolonialidade; educação antirracista; preconceito; ensino superior.	Castro, Foster e Custódio (2022). **Reflexões sobre o racismo e antirracismo no Ensino Superior sob a perspectiva decolonial.**
Gestão da diversidade organizacional; diversidade de gênero; diversidade étnico-racial; inclusão de pessoas com deficiência; inclusão LGBTQIA+; organizações que praticam ações de inclusão.	Círico (2024). **Empresas que se destacam em ações para inclusão da diversidade no Brasil**.
Racismo ambiental; racismo estrutural; identidade étnico-racial negra; mito da democracia racial; desigualdades raciais; desigualdades ambientais; desigualdades sociais; direito ambiental; direitos humanos.	Danieleski (2024). **Racismo ambiental.**
Discriminação, identidade indígena, identidade racial, identidade étnica, diferenciação racial, racismo, étnica da contabilidade, etnia, raça, ação afirmativa, microetnografia, fenótipo, racismo atitudinal, relações raciais, relações sociais, superioridade racial, políticas afirmativas, multirracismo, reestruturação financeira, práticas contábeis de reflorestamento, discriminação racial, indigenização, desigualdade racial, desmatamento.	Davie, S. S. K. (2001). *The politics of accounting, race and ethnicity: A story of a chiefly-based preferencing.*
(Auto)etnografia; raça; gênero; classe social; privilégios da branquitude na academia contábil; silenciamentos; atravessamentos; vivências.	Dourado e Casa Nova (2024). **Uma (auto)etnografia intersectional sobre o privilégio da branquitude na academia contábil.**

Quadro 5. Síntese de temas possíveis de serem investigados com relação às discussões étnico-raciais no Ensino da Contabilidade (Continuação)

Assuntos abordados	Autor(a)/Ano/Título da obra
Contabilidade como agente de transformação social; práticas contábeis na promoção da inclusão e valorização da diversidade; responsabilidade social; inclusão; diversidade; gênero; raça; ética; indicadores de desempenho; transparência e prestação de contas; mensuração do impacto social; auditoria social; investimento socialmente responsável; desenvolvimento de talentos e sucessão; relatórios de diversidade; implementação de políticas e práticas inclusivas.	Ferreira (2023). **A contabilidade como agente de transformação social: prática contábeis na promoção da inclusão e valorização da diversidade.**
Contabilidade; racismo; plantações de açúcar; gangues; escravos; injustiça social; racismo; preconceito; etnia; produtividade; discriminação racial; trabalhadores rurais.	Fleischman, R. K., Tyson, T. N. (2002). *The interface of race and accounting: A reply to Burrows.*
Contabilidade; diversidade; equidade; relações de poder; neoliberalismo; desigualdades; identidades sociais; interseccionalidade; igualdade de gênero (ODS 5); redução das desigualdades (ODS 10); diversidade de gênero na governança corporativa; diversidade em processos de auditoria e contabilidade; relato de informações organizacionais na diversidade; inclusão; justiça social.	Ghio, A., Occhipinti, Z., Verona, R. (2024). *The consideration of diversity in the accounting literature: A systematic literature review*.
Desigualdade racial; raça; racismo; discriminação racial; preconceito; antirracismo; descolonização de práticas pedagógicas e acadêmicas; currículos; interseccionalidade de raça, gênero e classe; luta antirracista; educação básica; ensino superior; violência; políticas de igualdade racial; redes sociais.	Gomes (2021). **O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas.**
Racismo; mulheres negras; docentes negros e negras; movimento negro; ativismo negro; políticas afirmativas; ensino superior.	Gonçalves (2018). **A invisibilidade das mulheres negras no Ensino Superior.**
Racismo; raça; representatividade racial; diversidade; liderança; meritocracia; mercado de trabalho; pacto da branquitude.	Grijó e Motta (2024). **Líderes Negros: Diversidade nos níveis mais elevados das organizações.**
Racismo; luta antirracista; mulheres negras; tokenismo; inclusão; diversidade.	Hamilton; Paula (2023). **Nós nos excluímos em função do tokenismo?**
Contabilidade; contabilidade crítica; desigualdades; superação de desigualdades; estagnação; ativismo acadêmico; diversidade; gênero; raça; diversidade; gênero; mulheres; neoliberalismo; colonialismo; escravidão; repressão; feminismo; classe; sexualidade; deficiência/capacitismo; profissão contábil; contabilidade antiga; contabilidade moderna; intersubjetividade reflexiva.	Haynes, K. (2024). *The role of accounting in creating, perpetuating, and overcoming inequalities: Going beyond discipline, borders, and stasis towards accounting as activism.*

Quadro 5. Síntese de temas possíveis de serem investigados com relação às discussões étnico-raciais no Ensino da Contabilidade (Continuação)

Assuntos abordados	Autor(a)/Ano/Título da obra
Raça; racismo; genética; identidade étnica; racismo científico; discriminação; ativismo negro; políticas públicas; relações de poder.	Hita (2017). **Raça, racismo e genética: em debates científicos e controvérsias sociais.**
Pesquisa crítica em Contabilidade; narrativa autobiográfica; trajetória acadêmica; justiça social; habitus e campo científico; temas periféricos (educação e pesquisa, gênero e raça, história, entre outros), *mainstream*, profissão contábil; publicações.	Homero Junior (2021). **Reflexões sobre a prática da pesquisa crítica em contabilidade no Brasil: uma nota autobiográfica.**
Autoetnografia, identidade, educação, racismo, preconceito, relacionamento inter-racial, relacionamento intra-racial, democracia racial, ascendência, religião de matriz africana, relações de poder, cultura negra, mulher presta, pretuguês, divisão racial, desigualdades sociais, desigualdades raciais, consciência cultural, consciência política, África, diáspora.	Gonzales, L. (1994). **Lélia fala de Lélia.**
Contabilidade; direitos humanos; racismo; preconceito; diversidade; inclusão; LGBTQIA+, desigualdades de gênero; desigualdades de raça; desigualdades sociais; branquitude; relações de poder; Teoria Queer; Coletivo Contábil de Inclusão e Diversidade (COLID); movimentos de resistência; espaços contábeis; academia contábil; organizações; mercado de trabalho; interseccionalidade; postos de trabalho; corpos não hegemônicos; direitos humanos; violência.	Lopes e Lima (2022). **Diversidade e Inclusão: Reflexões e Impactos da Natureza Política da Contabilidade**.
Racismo; raça; racismo estrutural; desigualdades raciais; desigualdades sociais; movimentos sociais; restituição; reparação; justiça racial; invisibilidade de autores(as) negros(as); relações de poder; classe; gênero; intersecções; branquitude; violência; condições de vida da população negra; mercado de trabalho; direitos humanos; igualdade racial; políticas afirmativas.	Lourenço (2023). **Uma sociedade desigual: reflexões a respeito de racismo e indicadores sociais no Brasil.**
Contabilidade; contabilidade gerencial; epistemologia; abordagem interpretativa; abordagem positivista; abordagem crítica; relações de poder; relações econômicas; desigualdades sociais; feminismo; pós-colonialismo/decolonialismo.	Lourenço e Sauerbronn (2016). **Revistando possibilidades epistemológicas em contabilidade gerencial: em busca de contribuições de abordagens interpretativas e críticas no Brasil.**
Tokenismo; grupos minorizados; gênero; diversidade; cultura organizacional; comportamento social; dominantes; intermediários; visibilidade; polarização; identidade; estereótipos; aceitação profissional; igualdade; estrutura organizacional; desigualdades estruturais; representatividade; inclusão; equidade no trabalho.	Kanter, R. M. (1977). *Some effects of proportions on group life: skewed sex ratios and responses to Token women.*
Concurso público; docentes universitários; políticas afirmativas; universidades federais; cotas raciais; raça e cor no serviço público federal; raça e cor nos concursos para docentes das universidades federais.	Mello; Resende (2019). **Concursos públicos para docentes de universidades federais na perspectiva da Lei 12.990/2014: desafios à reserva de vagas para candidatas/os negras/os.**

Quadro 5. Síntese de temas possíveis de serem investigados com relação às discussões étnico-raciais no Ensino da Contabilidade (Continuação)

Assuntos abordados	Autor(a)/Ano/Título da obra
Letramento racial; antirracismo; etnia; raça; racismo; desigualdades sociais; desigualdades econômicas; diversidade; colonialidade; necropolítica; biopoder; epistemicídio; epistemicídio; intelectuais negros; universidade; racismo escolar; racismo educacional; mito da democracia racial; direitos fundamentos.	Moraes (2022). **A urgência do letramento racial e do antirracismo na educação brasileira.**
Contabilidade; contabilidade crítica; relações de poder; profissão contábil; populações marginalizadas ou desfavorecidas; publicações contábeis; neoliberalismo; capitalismo; desigualdades sociais; desigualdades econômicas; emancipação; contas alternativas.	Morales, J., Sponem, S. (2017). *You too can have a critical perspective! 25 years of Critical Perspectives on Accounting*.
Fundamentos e princípios constitucionais; direitos e garantias fundamentais; estrutura e divisão do Estado brasileiro; controle de constitucionalidade; sistema tributário brasileiro	Motta (2021). **Direito Constitucional.**
Raça; racismo; racista; antirracista; identidade; etnia; ancestral; relações sociais; relações raciais; teologia; fenótipos; genótipos; igualdade; cor; *apartheide*; identidade cultural; multiculturalismo; ação afirmativa; culturas etnográficas; quilombo; identidade;	Munanga, K. (2003). **Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação.**
Letramento racial; racismo; educação antirracista; educação; mito da democracia racial; identidades negras; branquitude; preconceito; relações de poder; práticas antirracistas;	Nascimento e Silva (2023). **O letramento racial como ferramenta para a erradicação do racismo.**
Letramento racial; racismo; educação antirracista; discriminações; preconceitos; raça; etnia; democracia racial; tipos de racismo; insegurança alimentar; nutricídio; colorismo; branquitude; expressões racistas; injúria racial; luta antirracista.	Neves e Mariano (2022). **Cartilha de Letramento Racial.**
Racismo; raça; biopolítica; racismo de Estado; necropolítica; epistemicídio; violência; encarceramento; relações de poder; relações étnico-raciais; sexismo; xenofobia; preconceitos; desigualdades raciais; guerra das raças; tecnologia do poder; tecnologia disciplinar; tecnologia biopolítica; raça branca; branquitude; racismo científico; violência; extermínio da juventude negra.	Oliveira (2018). **Racismo de Estado e suas vias para fazer morrer.**
Liderança; pessoas negras; negritude; capitalismo; relações de poder; desigualdades sociais; desigualdades econômicas; ambiente corporativo; diversidade racial; discriminação racial; gênero; meritocracia; escravidão; raça; racismo; mobilidade social; figura negra de sucesso.	Passos (2021). **Raça, classe e desigualdade: Um estudo sobre pessoas negras em posição de gerência.**
Formação profissional; contabilidade; competências técnico-científicas; habilidades crítico-reflexivas; ensino de contabilidade; currículo; mercado de trabalho; percepção dos professores.	Peres (2017). **A integração da dimensão técnico-científica à dimensão crítico-reflexiva no currículo de graduação em Ciências Contábeis: um estudo na Universidade Federal do Ceará.**
Educação antirracista; luta antirracista; práticas antirracistas; racismo estrutural; raça; branquitude; escola afro-brasileira; projeto político pedagógico decolonial, reflexões indígenas e africanas; diversidade; representatividade; cotas raciais.	Pinheiro (2023). **Como ser um educador antirracista.**

Quadro 5. Síntese de temas possíveis de serem investigados com relação às discussões étnico-raciais no Ensino da Contabilidade (Continuação)

Assuntos abordados	Autor(a)/Ano/Título da obra
Docentes de Contabilidade; contabilidade; isomorfismo coercitivo; diversidade; inclusão; políticas de ações afirmativas; lei de cotas; concurso público; atividades de gestão; racismo; desigualdades raciais; composição de quadro docente.	Reimol, Ferreira e Santos (2024). **Diversidade e inclusão no magistério federal nas instituições de ensino superior: um estudo sobre a UFRJ e UFRRJ**.
Racismo estrutural; invisibilidade da pessoa negra; privilégios da branquitude; identidade; ancestralidade; feminismo negro; luta antirracista; educação antirracista; representatividade; exclusão social; desigualdades sociais; desigualdades raciais; políticas públicas; violência racial; interseccionalidade de racismo e sexismo; justiça social.	Ribeiro (2019). **Pequeno Manual Antirracista**.
Raça; desigualdade racial; desigualdade social; discriminação racial; discriminação educacional; desigualdades educacionais; desigualdade de renda; interseccionalidade raça e gênero; mulheres negras.	Rocha (2019). **O negro no mundo dos ricos: um estudo sobre a disparidade racial de riqueza com os dados do Censo 2010.**
Educação antirracista; ensino; racismo; preconceito; educação; história afro-brasileira e africana; arte e cultura afro-brasileira; quilombismo; quilombo; Abdias Nascimento; equidade social; Estado-Nação multiétnico e pluricultural; desigualdades sociais; desigualdades raciais; discriminação racial; história de vida; modelos de sistemas racistas; luta antirracista; movimento negro; intelectuais negros; resistência; transformação social; apagamento; epistemicídio; ações afirmativas; NEAB; NEABI; violência; escravidão; políticas públicas; grupos minorizados; ensino religioso.	Rocha (2021). **O quilombismo de Abdias Nascimento: fundamentos para uma Educação Antirracista.**
Contabilidade; contabilidade crítica; minorias sociais; sentimentos impostores; estereótipos; diversidade; gênero; raça; sexualidade; *glass ceiling;* fenômeno impostor; discriminação; preconceitos; desigualdade de gênero; mulheres; profissão contábil; mercado de trabalho; carreira; liderança; dificuldade de conciliação de vida pessoal com profissional; heteronormatividade.	Rodrigues; Nganga; Moreira (2023). **Minorias sociais no curso de ciências contábeis: uma análise do perfil dos estudantes de graduação.**
Educação; educação antirracista; violência racial; população negra; políticas públicas; criminalidade.	Sales Barbosa *et al.* (2024). **Direito à Educação Antirracista como prevenção à violência racial.**
Contabilidade; mulher negra; teto de vidro (*glass ceiling*); educação étnico-racial; discriminação interseccional de raça e gênero; discriminação da mulher negra na área contábil; formação da mulher na contabilidade; desigualdade de remuneração; ideologia da democracia racial; teoria do branqueamento; racismo no âmbito educacional; educação étnico-racial; conteúdos curriculares.	Santana (2019). **Trajetória da formação acadêmica de mulheres negras nas Ciências Contábeis.**
Políticas públicas; lei das cotas; docentes universitárias negras; discriminação racial; discriminação de gênero; mulheres negras; mercado de trabalho; trajetória profissional.	Santos (2020). **Percursos profissionais de docentes universitárias negras.**

Quadro 5. Síntese de temas possíveis de serem investigados com relação às discussões étnico-raciais no Ensino da Contabilidade (Continuação)

Assuntos abordados	Autor(a)/Ano/Título da obra
Ensino das relações étnico-raciais; posicionamento dos professores; obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana; cotidiano escolar; sala de aula; educação inclusiva; educação antirracista; racismo estrutural; invisibilidade; formação pluriétnica e multicultural.	Santos (2018). **Entre saberes e fazeres docentes: o ensino das relações étnico-raciais no cotidiano escolar.**
Racismo; discriminação racial; preconceito; educação antirracista; exclusão social; racismo estrutural; luta negra; luta antirracista; história do Brasil escravista.	Santos, Aguiar e Silva (2023). **Educação Antirracista: Concepções teóricas e práticas na contemporaneidade.**
Contabilidade; campo contábil; pesquisa crítica; abordagens de questões sociais e públicas; emancipação do indivíduo; relações de poder; críticas ao capitalismo; sistemas de opressão; neoliberalismo; eurocentrismo; mainstream.	Sauerbronn *et al*. (2023). **Pesquisa crítica em contabilidade: um campo de possibilidades.**
Raça, racismo, antirracismo, estereótipos, população negra, etnia, cor, classe, relações raciais, escravidão, colonização, capitalismo, pureza racial, eurocentrismo, teoria do evolucionismo, racismo biológico-social, miscigenação, teoria de degeneração, biopoder, ideologia racial, fenótipo, desigualdades raciais, desigualdades sociais, racismo velado e sutil, democracia racial, preconceito racial, discriminação, ancestralidade, estereótipos, pobreza, políticas públicas , ações afirmativas, cotas, polarização, identidade, afro descendência, negritude.	Schucman, L. V. (2010). **Racismo e antirracismo: A categoria raça em questão.**
Raça; racismo; gênero; mulheres negras; diversidade; teto de vidro; mito da democracia racial; relações de poder; postos de liderança na contabilidade; níveis de escolaridade; desigualdades raciais; desigualdades de gênero; feminismo; violência; trajetória profissional em contabilidade.	Silva (2016). **Tetos de vitrais: gênero e raça na contabilidade no Brasil.**
Raça; racismo estrutural; diversidade; mulheres negras; academia contábil; desigualdades sociais; desigualdades econômicas; desigualdades de gênero; desigualdades raciais; classe social; participação feminina no mercado de trabalho; teto de vidro; mito da meritocracia; violência.	Silva, S. M. C., Casa Nova, S. P. D. C. (2024). *Stained glass ceilings: Gender and race in accounting academia in Brazil*.
Contabilidade; pesquisa contábil; mulheres; corpos; teoria da objetivação; teoria da ação e da influência fenomenológica; trajetória acadêmica; vivências; discriminação; invisibilidade; gravidez, gênero; sexismo; resistência.	Silva e Casa Nova (2018). **Pesquisa qualitativa ou qualidade em pesquisa? Um exemplo de contribuição sócio-humanista em pesquisa contábil.**

Quadro 5. Síntese de temas possíveis de serem investigados com relação às discussões étnico-raciais no Ensino da Contabilidade (Conclusão)

Assuntos abordados	Autor(a)/Ano/Título da obra
Contabilidade; gênero; responsabilidade social corporativa; mulheres alta administração; diversidade de gênero; teoria do tokenismo; teoria da massa crítica; conselho de administração; governança corporativa.	Silva, L. K. S. (2020). *Mais é melhor! Mulheres no conselho de administração e a divulgação de responsabilidade social corporativa relacionada a gênero.*
Políticas públicas; avaliação de políticas públicas; grupo de trabalho; comissões de heteroidentificação; Lei 12.990/2014; reserva de vagas; administração pública; servidores públicos; serviço público; raça; etnia; racismo; ações afirmativas; burocracia representativa.	Souza *et al*. (2021). **Relatório de Pesquisa e Avaliação sobre Políticas Públicas – Entrevistas.**
Letramento racial; educação antirracista; preconceito; discriminação racial; raça; racismo estrutural; racismo recreativo; racismo institucional; branquitude; movimento negro; luta antirracista; patriarcado.	Souza (2024). **Educação Antirracista e Letramento Racial**.

Fonte: A autora, 2025.

A seguir, apresenta-se o Quadro 6, elaborado com base no referencial teórico desta pesquisa e nos resultados obtidos. O quadro reúne algumas disciplinas, com proposições antirracistas e sugestões de referências bibliográficas que podem subsidiar a implementação de uma educação antirracista no campo contábil.

Quadro 6. Proposições para uma Educação Antirracista em algumas disciplinas da Contabilidade (Continua)

Disciplinas	Proposição Antirracista	Sugestões de Referências
Contabilidade Geral	Discussão da relação entre desigualdade racial e o acesso à educação e ao mercado de trabalho, refletindo como isso impacta a contratação e promoção de profissionais negros na contabilidade. Promover o debate sobre como empresas contabilizam desigualdades em seus demonstrativos.	Agyemang, G., Dhanani, A., Ejiogu, A. R., & Perkiss, S. (2024); Anjos *et al.* (2023); Almeida (2019); Bento (2022); Carnegie *et al*. (2020); Haynes (2024); Grijó e Motta (2024); Annisette e Prasad (2017); Ghio *et al.* (2024); Lourenço e Sauerbronn (2016); Morales e Sponem (2017); Peres (2017); Rodrigues *et al.* (2023); Santana (2019); Santos, Aguiar e Silva (2023); Souza (2024); Sauerbronn *et al*. (2023); Silva (2016).
Contabilidade Pública	Discussão da transparência na aplicação de verbas destinadas a programas de inclusão social e racial.	Borsatto Júnior, Zabotti, Araújo (2020); Ferreira (2023); Gomes (2021); Ghio *et al.* (2024); Souza et al. (2021); Ferreira (2023); Hita (2017); Lourenço (2023); Mello; Resende (2019); Munanga (2003); Ribeiro (2019); Reimol *et al*. (2024); Sales Barbosa *et al.* (2024); Santos (2020); Souza *et al*. (2021).

Quadro 6. Proposições para uma Educação Antirracista em algumas disciplinas da Contabilidade (Continuação)

Disciplinas	Proposição Antirracista	Sugestões de Referências
Contabilidade Ambiental	Estudos de casos que abordem como as comunidades negras são afetadas de maneira desigual por questões ambientais, como poluição, falta de saneamento básico e impactos de grandes empreendimentos, mostrando como a gestão de recursos naturais e a contabilidade de custos ambientais muitas vezes negligenciam os impactos nesses ambientes.	Agyemang *et al*. (2024); Danieleski (2024); Lourenço (2023).
Contabilidade Socioambiental	Estudos de relatórios socioambientais que incluem indicadores de diversidade racial; incentivos a criação de práticas de responsabilidade social corporativa voltadas para a inclusão racial e a preservação de territórios historicamente ocupados por populações negras.	Danieleski (2024); Lourenço (2023); Davie (2001); Haynes (2024); Souza *et al.* (2021).
Ética e Legislação Profissional	Discussão do papel do contador na promoção da equidade e no combate a práticas discriminatórias nas organizações.	Lopes e Lima (2022); Carneiro *et al*. (2017); Santos, Aguiar e Silva (2023); Annisette e Prasad (2017); Mello; Resende (2019); Santos (2018); Silva (2016); Silva e Casa Nova (2024); Silva e Casa Nova (2018).
Empreendedorismo Contábil	Impulsionar projetos de empreendedores negros e periféricos, debatendo o acesso desigual ao crédito e à formalização. Trabalhar com estudos de caso de afroempreendedorismo.	Lourenço (2023); Neves e Mariano (2022); Oliveira (2018).
Auditoria Contábil	Estudos de caso que envolvam auditorias em empresas que adotam práticas ESG (ambientais, sociais e de governança), com foco na inclusão racial.	Annisette e Prasad (2017); Ferreira (2023); Ghio *et al.* (2024); Silva (2020).
Autoria e Estilo Linguístico na Elaboração de Artigos	Estudos autoetnográficos.	Alves (2022); Dourado e Casa Nova (2024); Gonzales (1994); Homero Junior (2021); Silva e Casa Nova (2018).
Comunicação, Ensino e Didática em Contabilidade	Destacar as contribuições dos docentes negros do ensino superior em contabilidade e também de contadores negros, revelando sua trajetória profissional. Isso pode envolver a criação de biografias ou apresentação de entrevistas, rodas de conversas com estes profissionais que tiveram impactos significativos no campo contábil.	Silva e Casa Nova (2024); Bento (2022); Lopes e Lima (2022); Gomes (2021); Silva (2016); Silva e Casa Nova (2018); Silva e Casa Nova (2024).

Quadro 6. Proposições para uma Educação Antirracista em algumas disciplinas da Contabilidade (Conclusão)

Disciplinas	Proposição Antirracista	Sugestões de Referências
Controle Social da Administração Pública	Estudos de caso sobre a exclusão racial nas esferas públicas, investigando como o controle social pode ser uma ferramenta para enfrentar a desigualdade racial.	Lourenço (2023); Davie (2001); Ferreira (2023); Grijó e Motta (2024); Mello; Resende (2019); Munanga (2003); Reimol *et al*. (2024); Ribeiro (2019); Rodrigues *et al.* (2023); Santana (2019); Santos (2020).
Metodologias Inovadoras no Ensino de Gestão e Contabilidade	Adoção de metodologias ativas como aprendizagem baseada em projetos e estudos de casos que abordem a desigualdade racial no ambiente corporativo e contábil.	Anjos *et al.* (2023); Carneiro *et al*. 2017; Pinheiro (2023); Gomes (2021); Rocha (2021); Souza *et al.* (2021); Souza (2024).
Métodos Qualitativos	Entrevistas com profissionais negros da área contábil para compreender as barreiras, os desafios e superação enfrentadas no mercado de trabalho e na educação.	Silva (2016); Silva e Casa Nova (2018); Silva e Casa Nova (2024).
Métodos Quantitativos	Utilizar dados estatísticos sobre a desigualdade racial no Brasil para mensurar e propor soluções para a exclusão racial.	IBGE; IPEA.
Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional	Discussão da implementação de políticas corporativas antirracistas e ações afirmativas em ambientes empresariais.	Grijó e Motta (2024); Almeida (2019); Círico (2024); Danieleski (2024); Ferreira (2023); Gonçalves (2018); Lopes e Lima (2022); Kanter, (1977); Passos (2021); Rodrigues *et al.* (2023); Santana (2019); Santos (2020); Silva e Casa Nova (2024); Silva e Casa Nova (2018); Silva(2020); Souza *et al.* (2021).

Fonte: A autora, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão étnico-racial pode e deve ser implementada nos cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Contábeis. No entanto, essa efetivação depende do engajamento coletivo e do projeto político pedagógico em construir uma nova possibilidade de formação contábil, comprometida com a justiça e transformação social. Esta pesquisa promoveu conexões inéditas entre o campo da contabilidade, a educação antirracista, as iniciativas étnico-raciais divulgadas nos portais institucionais e as trajetórias acadêmicas-profissionais dos docentes da área contábil, mediante seus currículos Lattes. A partir dessas conexões, revelou-se um território pouco explorado para investigações acadêmicas comprometidas com a equidade racial e a transformação social.

Essa dissertação teve como objetivo geral investigar questões étnico-raciais em uma perspectiva antirracista na Educação Contábil nos cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado). A partir de uma abordagem qualitativa e documental, a pesquisa contribuiu para preencher uma lacuna existente na literatura contábil ao demonstrar a escassa discussão de questões étnico-raciais na formação acadêmica da área. Mais do que evidenciar ausências, o estudo buscou contribuir para impulsionar a temática étnico-racial nas grades curriculares, nas salas de aula e na formação profissional, para fomentar a visibilidade da população negra no campo contábil, para promover discussões étnico-raciais e a relevância dos registros dos currículos acadêmicos.

O mapeamento das iniciativas étnicos-raciais nos portais das IES, evidenciou avanços significativos no campo das políticas públicas de equidade e combate ao racismo mediante criação das instâncias institucionais. No entanto, essas ações não estão integradas com as práticas pedagógicas dos cursos de Ciências Contábeis, o que limita seu impacto efetivo na formação profissional.

Em relação à formação dos próprios professores e gestores dos Departamentos de Contabilidade, a maioria dos(as) docentes, coordenadores(as), diretores(as) e demais representantes institucionais que atuam nos cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* não tiveram acesso, ao longo de sua trajetória formativa, ao letramento racial e uma educação antirracista. Essa lacuna compromete a capacidade de implementar políticas efetivas de equidade racial e também limita a implementação da temática étnico-racial nos currículos e nas práticas pedagógicas.

Nesse sentido, é necessário reforçar que a responsabilidade pelo enfrentamento ao racismo e pela promoção da justiça social não pode recair apenas sobre os docentes, ou

iniciativas das instâncias institucionais. As IES, enquanto órgãos colegiados e estruturados, têm o dever de garantir a implementação plena da Lei nº 10.639/2003 e Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Não se trata apenas de cumprir formalmente a legislação, mas de assegurar sua efetiva aplicação em sala de aula, monitorar seu impacto na formação discente e garantir que ela seja transversal à estrutura curricular. Do contrário, correm o risco de permanecer no campo da retórica, sem produzir mudanças reais na formação e na prática profissional contábil.

É importante destacar que a inclusão de docentes negros e indígenas nos cursos de Ciências Contábeis pode representar um avanço necessário no que diz respeito à representatividade e à democratização dos espaços acadêmicos, mas não é responsabilidade deles. Pois a presença de docentes racializados não assegura a inserção crítica das questões étnico-raciais no currículo, tampouco garante o enfrentamento das estruturas excludentes que ainda permeiam os espaços acadêmicos. Isso porque a atuação docente está profundamente condicionada às diretrizes institucionais, às políticas curriculares vigentes e à formação recebida ao longo da trajetória profissional. A representatividade é um passo importante, mas precisa estar articulada a mudanças estruturais como a revisão curricular, o compromisso institucional com a Educação Antirracista e a valorização de epistemologias não hegemônicas para que produza impactos significativos e duradouros.

O mapeamento dos 230 currículos Lattes dos docentes dos cursos de Ciências Contábeis funcionou como uma vitrine, permitindo visualizar em que medida e com que profundidade as questões étnico-raciais têm sido pouco discutidas (silenciadas) nas trajetórias acadêmicas e profissionais. Os achados revelaram um crescimento da temática étnico-racial. No entanto, é importante destacar que a existência de registros relacionados à temática étnico-racial nos currículos Lattes não implica, necessariamente, um engajamento ativo dos (as) docentes no enfrentamento do racismo. Além disso, considerando que alguns professores lecionam simultaneamente na Graduação e na Pós-Graduação *Stricto Sensu* ou em outra IES, para esses casos os dados foram analisados com base no vínculo (matrícula), de modo a assegurar a consistência metodológica da pesquisa.

De forma complementar, o mapeamento das grades curriculares evidenciou a existência de apenas onze disciplinas que dialogam com as relações étnico-raciais, sendo nove na graduação e duas na pós-graduação. Essa escassez demonstra o quanto a temática étnico-racial segue invisibilizada na formação contábil, revelando um cenário de silenciamento estrutural, sugerindo para a criação de disciplinas obrigatórias e linhas de pesquisas voltadas

para à questão étnico-racial. O engajamento de alguns docentes é marcado por iniciativa individual e não parece ser como parte integrante de um projeto pedagógico institucional.

As grades são norteadas por uma lógica tecnicista, normativa e distante dos debates raciais. Essa realidade denuncia não apenas uma lacuna na formação dos discentes, mas também o papel ativo que a formação contábil tem desempenhado na reprodução do racismo estrutural, por discutir pouco sobre as desigualdades raciais no mercado de trabalho, nas organizações e nas práticas de gestão.

Como contribuição, esta dissertação apresenta contribuição teórica ao trazer para o campo científico da contabilidade, a discussão sobre o panorama da questão racial brasileira. Propõe ainda, que os cursos de Ciências Contábeis implementem de forma sistemática e transversal, os conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004). Tal proposta visa promover uma educação antirracista, que reconheça e valorize as epistemologias negras, indígenas e periféricas como fontes de conhecimento.

A implementação de uma Educação Contábil antirracista requer a descolonização dos currículos e o engajamento institucional efetivo. Nesse sentido, as IES têm o dever de implementar em seus projetos políticos pedagógicos, conteúdos e práticas curriculares voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais, de modo a garantir o enfrentamento das desigualdades raciais e a valorização da história, cultura e saberes da população afrodescendente e a dos povos originários. Somente com esse comprometimento institucional será possível romper com lógicas excludentes e contribuir para uma formação contábil mais alinhada com às demandas da sociedade brasileira.

Foram apresentadas proposições concretas voltadas à construção de um ensino de contabilidade comprometido com as questões étnico-raciais. Tais proposições abrangem desde mudanças curriculares e metodológicas até políticas institucionais de incentivo à pesquisa, extensão e formação docente voltadas às relações étnico-raciais. A implementação dessas propostas, contudo, dependerá do engajamento ativo e coletivo de docentes, gestores (as), estudantes e da comunidade acadêmica como um todo.

Como limitação da pesquisa, destaca-se às universidades públicas e o recorte geográfico restrito ao estado do Rio de Janeiro, o que sugere a necessidade de ampliar o escopo para outros estados e investigar a realidade nacional. Recomenda-se, ainda, o aprofundamento da temática étnico-racial por meio de estudos empíricos com entrevistas, grupos focais e análise das trajetórias de docentes e estudantes negros(as) nos cursos de

Ciências Contábeis, a fim de compreender sobre os efeitos do racismo estrutural, institucional e individual em sua formação profissional e vivências.

Reconhece-se como possíveis limitações dessa pesquisa a desatualização dos currículos Lattes e das ementas por parte de alguns docentes. Apesar disso, os dados obtidos ofereceram subsídios relevantes para compreender em que medida a temática étnico-racial tem sido discutida nos cursos da área contábil.

Um dos principais desafios na análise dos currículos Lattes dos docentes de Contabilidade foi a inconsistência no preenchimento das informações. Apesar da Plataforma Lattes CNPq oferecer campos específicos para o registro das produções acadêmicas, cada docente interpreta esses campos de maneira subjetiva, o que resulta em registros dispersos. Essa falta de padronização gera inconsistências quando os dados são confrontados com informações oficiais disponibilizadas pelas IES, pelo Censo da Educação Superior ou Sucupira.

A ausência de discussões étnico-raciais no curso de Ciências Contábeis evidencia a necessidade de repensar os currículos e as práticas pedagógicas, de modo a implementar uma perspectiva antirracista na Educação Contábil. A presente pesquisa, embora situada no campo contábil, pode ser replicada em outras áreas do conhecimento no ensino superior, de modo a impulsionar o debate étnico-racial de forma interdisciplinar. Reafirma-se, portanto, que a inserção de discussões étnico-raciais na educação não pode ser tratada como uma escolha opcional ou acessória, mas uma exigência ética, política e pedagógica diante do contexto de profundas desigualdades que marcam a sociedade brasileira. Espera-se que este trabalho contribua para o avanço de uma agenda crítica e emancipadora no campo contábil, que seja capaz de formar profissionais conscientes, engajados e comprometidos com a transformação social. Existe débito histórico da Educação Contábil com a população negra, que os créditos da inclusão venham na forma de reparação, reconhecimento e representatividade.

.

REFERÊNCIAS

AFIDE. *Assessoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (AFIDE/UFF).* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2024. Disponível em: https://afide.uff.br. Acesso em: 17 nov. 2024.

AFIDE. *Sobre Assessoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (AFIDE/UFF)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2024. Disponível em: https://afide.uff.br/sobre/. Acesso em: 17 nov. 2024.

AGYEMANG, G., DHANANI, A., EJIOGU, A. R., PERKISS, S. Researching race, accounting and accountability: Past, present and future. *Accounting, Auditing & Accountability Journal, v.37, n.*8, 1637–1664, 2024. https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2024-6976. Acesso em: 06 ago. 2024.

ALMEIDA, M. A. B., SANCHEZ, L. P. Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. *Educação & Sociedade,* v.28, n. *82,* 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0141. Acesso em: 22 mai. 2024.

ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural*. 1 ed. Local: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7021656/mod_resource/content/1/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em: 22 mai. 2024.

ALVES, I. C. S. de A. Entre silêncios e memórias: tornar-se pesquisadora e a reconquista da identidade. *Teoria e cultura*: Dossiê Autoetnografias: (In)visibilidades, reflexividades e interações entre "Eus" e "Outros", v. 17, n. 3, 2022.

ALVES, N. de S.; SILVA, M. A. da. Diversidade Racial na Contabilidade: Reflexões sobre racismo. *In*: CONGRESSO INTERINSTITUCIONAL DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 5. 2023. *Anais [...]* Recife: Even, 2023. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/cinco-i-congresso-interinstitucional-de-contabilidade-e-controladoria-392702/778888-diversidade-racial-na-contabilidade--reflexoes-sobre-racismo/. Acesso em: 01 set. 2024.

ANJOS, L. G. da S. dos, FURTADO, P. de M. L., SILVA, S. M. C. da, SAUERBRONN, F. F., CASA NOVA, S. P. de C.; CRUZ, C. F. da. Desigualdade racial no mercado contábil: uma análise sob a perspectiva de mulheres negras do Rio de Janeiro. *In:* USP INTERNATIONAL CONFERENCE ON ACCOUNTING, 22, 2023. *Accounting favor of sustainable development.* São Paulo: EAC/FEA/USP, 2023. Disponível em: https://congressousp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3862.pdf. Acesso em: 13 mai. 2024.

ANNISETTE, M.; Prasad, A. Critical accounting research in hyper-racial times. *Critical Perspectives on Accountin,*. n.43, p.5–19, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2016.06.002. 06 ago. 2024.

BARBOSA, E. S. S.; SILVA, K. E. C. da S. e; SANTOS, S. K. P. dos; SILVA JÚNIOR, J. A. Direito à educação antirracista como prevenção à violência racial. 2024. *Revista Formadores*,

[S. l.], v. 21, n. 2, 2024. DOI: 10.25194/rf.v21i2.2126. Disponível em: https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/view/2126. Acesso em: 02 nov. 2024.

BATISTA, W. M., MASTRODI, J. Dos fundamentos extra-econômicos do racismo no Brasil. *Revista Direito e Práxis*, *9*(4), 2332–2359, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/30077. Acesso em: 13 mai. 2024.

BENTO, C. *O pacto da branquitude*. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BILHIM, J. A. de F., GONÇALVES, A. de O**.** Abordagens epistemológicas e pluralismo na pesquisa em contabilidade: Para além do paradigma dominante. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.33167/2184-0644.CPP2021.VVIIN1/pp.59-75. Acesso em: 13 mai. 2024.

BORSATTO JUNIOR, J. L. B., ZABOTTI, E. D., ARAÚJO, M. da P. Gênero, etnia e raça: Débito ou crédito na contabilidade? *Contabilidade Vista & Revista, 31*(2), 68–94, 2020. https://doi.org/10.22561/cvr.v31i2.4954. Acesso em: 13 mai. 2024.

BRASIL. *Lei nº 1.401, de 31 de julho de 1951*. Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1401.htm. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Ministério da Educação. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945*. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del7988.htm. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. *Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva de Cotegipe*, 1885. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM3270.htm. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm**.** Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951*. Conhecida como Lei Afonso Arinos, proíbe a discriminação racial em locais públicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L1390.htm. Acesso: 02 nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010*. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014*. Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1988*. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985*. Conhecida como Lei Caó. Dispõe sobre infrações resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7437.htm. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989*. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução CNE/CES Nº 1, de 27 de março de 2024: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=257031-rces001-24&category_slug=marco-2024&Itemid=30192. Acesso em: 01 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Lei 10.639/2003 – 20 anos,* 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/lei-10-639-03-2013-20-anos. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Nota técnica sobre desigualdade racial na educação*. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/nota-tecnica-o-circulo-vicioso-da-desigualdade-racial-na-educacao-do-brasil.pdf. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. *Portaria nº 60.370, de 22 de dezembro de 2017*. Constitui a Assessoria de Ações Afirmativas, diversidade e equidade (AFIDE/UFF), para assessorar a implantação e o acompanhamento das políticas de ações afirmativas étnico-raciais, no âmbito da Universidade Federal Fluminense. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. *Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado. Ministério da Educação. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=257031-rces001-24&category_slug=marco-2024&Itemid=30192. Acesso em: 17 nov. 2024.

CAMPOS, L. A.; CANDIDO, M. R. Negros e indígenas são 7,4% dos professores de pós-graduação (poder360.com.br). 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/educacao/negros-e indigenas-sao-74-dos-professores-de-pos-graduacao/. Acesso em: 13 maio 2024.

CARNEGIE, GARRY D., MCBRIDE, K. M., NAPIER, CHRISTOPHER J., PARKE, L.D. Accounting history and theorising about organisations. *The British Accounting Review* 52 (2020) 100932.

CARNEIRO, J. D.; RODRIGUES, A. T. L.; SILVA, A. C. R. da; FRANÇA, J. A. de; ALMEIDA, J. E. F. de; MORAIS, M. L. S. de. *Matriz curricular para cursos de ciências contábeis*. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2017. 208 p.

CARNEIRO, S. Gênero, raça e ascensão social. *Revista Estudos Feministas*, *3*(2), p. 544–552, 1995.

CASTRO, B. P. de; FOSTER, E. da L. S.; CUSTÓDIO, E. S. *Reflexões sobre o racismo e antirracismo no ensino superior sob a perspectiva decolonial.* Poiésis, Tubarão/SC, v. 16, n. 30, p. 504-523, jul./dez. 2022. Universidade do Sul de Santa Catarina. DOI: Disponível em: 10.59306/poiesis.v16e302022504-523. Acesso em: 04 ago. 2024.

CIPAAI. *Câmara para Implementação de Políticas Afirmativas Antirracistas e Interseccionais.* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.pr4.uerj.br/index.php/cipaai/. Acesso em: 05 mai. 2024.

CÍRICO, J. Dra. Empresas que se destacam em ações para inclusão da diversidade no Brasil. 2024. Disponível em: https://www.contabeis.com.br/artigos/66134/empresas-que-se-destacam-em-acoes para-inclusao-da-diversidade/. Acesso em: 05 mai. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *Consulta por região*. 2025. Disponível em: https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=1. Acesso em: 13 jul. 2025.

DANIELESKI, V. N. de M. Racismo ambiental. *Revista do Advogado (AASP)*, n 161, mar. 2024. Disponível em: https://aplicacao.aasp.org.br/aasp/servicos/revista_advogado/paginaveis/161/99/. Acesso em: 17 nov. 2024.

DAVIE, S. S. K. The politics of accounting, race and ethnicity: A story of a chiefly-based preferencing. *Critical Perspectives on Accounting*, *16*(5), 551–577, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.cpa.2003.05.001. Acesso em: 13 jul. 2025.

DOURADO, J. R. da S. C., CASA NOVA, S. P. de C. (2024). Uma (auto)etnografia interseccional sobre o privilégio da branquitude na academia contábil. *Revista Gestão Organizacional, v. 17, n* 1, 2024. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v17i1. Acesso em: 05 mai. 2024.

ESCOLA AFRO-BRASILEIRA MARIA FELIPA. *Educação Infantil*. Disponível em: https://escolamariafelipa.com.br/ed-infantil/. Acesso em: 13 jul. 2025.

ESCOLA AFRO-BRASILEIRA MARIA FELIPA. *Ensino Fundamental*. Disponível em: https://escolamariafelipa.com.br/ensino-fundamental/. Acesso em: 13 jul. 2025.

ESCOLA AFRO-BRASILEIRA MARIA FELIPA. *Quem somos*. Disponível em: https://escolamariafelipa.com.br/quem-somos/. Acesso em: 13 jul. 2025.

FERREIRA, A. de S. A contabilidade como agente de transformação social: Práticas contábeis na promoção da inclusão e valorização da diversidade. *Portal Contábeis,* 2023. Disponível em: https://www.contabeis.com.br/artigos/62366/a-contabilidade-como-agente-de-transformacao-social. Acesso em: 05 mai. 2024.

FLEISCHMAN, R. K., TYSON, T. N. The interface of race and accounting: A reply to Burrows. *Accounting History*, v.*7, n.* 1, p. 115–123, 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1177/103237320200700107. Acesso em: 13 jul. 2025.

GHIO, A., OCCHIPINTI, Z., VERONA, R. The consideration of diversity in the accounting literature: A systematic literature review. *European Accounting Review, v.33, n.* 5, p.1667–1691, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09638180.2024.2330089. Acesso em: 06 ago. 2024.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). Atlas, 2008.

GOMES, N. L. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. *Revista Filosofia Aurora, 33*(59), 435–454, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.7213/1980-5934.33.059. Acesso em: 13 set. 2024.

GONÇALVES, R. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. *Poiesis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina*, 12(22), 350–367, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.19177/prppge.v12e222018350-367. Acesso em: 04 mai. 2024.

GONZALES, L. Lélia fala de Lélia. *Estudos Feministas*, v. 2, n. 2, p.383–386, 1994.

GRIJÓ, T. A. R., MOTTA, A. C. de G. D. (2024). Líderes negros: Diversidade nos níveis mais elevados das organizações. In *Anais do XLVIII Encontro da ANPAD – EnANPAD 2024* (Florianópolis, SC, 16–18 de setembro). 2177-2576 (versão online).

GUTHRIE, J., PARKER, L. D., DUMAY, J., MILNE, M. J. What counts for quality in interdisciplinary accounting research in the next decade: A critical review and reflection. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. 2019.

HAMILTON, N., PAULA, A. de. (2023). Nós nos excluímos em função do tokenismo? *UNB Notícias, 2023*. Disponível em: https://noticias.unb.br/artigos-main/6701-nos-nos-excluimos-em-funcao-do-tokenismo. Acesso em: 13 set. 2024.

HAYNES, K**.** The role of accounting in creating, perpetuating, and overcoming inequalities: Going beyond discipline, borders, and stasis towards accounting as activism. *Gender, Work & Organization*, 2024, p. *1–17*. Disponível em: https://doi.org/10.1111/gwao.13191. Acesso em: 01 nov. 2024.

HITA, M.G. Introdução: controvérsias e debates atuais sobre raça, etnicidade e identidade. *In* Hita, M. G.(Orgs). *Raça, racismo e genética em debates científicos e controvérsias sociais.* Salvador: EDUFBA, 2017.

HOMERO JUNIOR, P. F. Reflexões sobre a prática da pesquisa crítica em contabilidade no Brasil: Uma nota autobiográfica. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. *15, n.* 2, 2021. DOI: Disponível em: https://doi.org/10.17524/repec.v15i2.2823. Acesso em: 13 mai. 2024.

KANTER, R. M. Some effects of proportions on group life: skewed sex ratios and responses to Token women. American Journal of Sociology, v. 82, n. 5, p. 965–990, 1977a.

LOPES, I., LIMA, P. R. de. (2022). Diversidade e inclusão: Reflexões e impactos da natureza política da contabilidade. *Revista Contabilidade & Inovação*, v. 1, n. 1, 2022. DOI: Disponível em: https://doi.org/10.56000/rci.v1i1.71482. Acesso em: 19 out. 2024.

LOURENÇO, C. Uma sociedade desigual: Reflexões a respeito de racismo e indicadores sociais no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, v. *146, n. 1*, p. 75–96, 2023. DOI: Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.304. Acesso em: 13 mai. 2024.

LOURENÇO, R. L., SAUERBRONN, F. F. Revistando possibilidades epistemológicas em contabilidade gerencial: Em busca de contribuições de abordagens interpretativas e críticas no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. *13, n.* 28, p. 99–122, 2016 DOI: Disponível em: https://doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n28p99. Acesso em: 13 mai. 2024.

MARCONI, M. de A., LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica.* 5. ed. Atlas, 2017.

MELLO, L., RESENDE, U. P. de. Concursos públicos para docentes de universidades federais na perspectiva da Lei 12.990/2014: Desafios à reserva de vagas para candidatas/os negras/os. *Revista Sociedade e Estado*, v. *34, n.* 1, 2019. DOI: Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010007. Acesso em: 13 mai. 2024.

MORAES, J. O. A urgência do letramento racial e do antirracismo na educação brasileira. *Desidades: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude,* 2022. DOI: Disponível em: https://doi.org/10.54948/desidades.v0i34.53507. Acesso em: 13 mai. 2024.

MORALES, J., SPONEM, S. You too can have a critical perspective! 25 years of *Critical Perspectives on Accounting*. *Critical Perspectives on Accounting*, 2017, *43*, 149–166.DOI: Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.cpa.2016.09.003. Acesso em: 13 mai. 2024.

MOTTA, S. *Direito constitucional* (E-book). Grupo GEN, 2021.

MUNANGA, K. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB-RJ, 05 nov. 2003. Biologia, *3*.

NASCIMENTO, J. do, SILVA, G. B. M. da. O letramento racial como ferramenta para a erradicação do racismo. *Revista Mosaico*, v. 15*,* n. 24, 2023. DOI: Disponível em: https://doi.org/10.12660/rm.v15n24.2023.89973. Acesso em: 13 mai. 2024.

NEAB-PROAFRO**.** *Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro. Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos (PROAFRO)*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2024. Disponível em: https://neab-proafro.blogspot.com/p/quem-somos.html. Acesso em: 17 nov. 2024.

NEVES, J., MARIANO, T. *Cartilha de letramento racial*. TODXS, 2022. Disponível em: https://www.ifto.edu.br/ifto/ouvidoria/manuais-e-cartilhas/cartilha-de-letramento-racial-todxs.pdf. Acesso em: 13 mai. 2024.

OLIVEIRA, L. S. *Racismo de Estado e suas vias para fazer morrer*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. DOI: Disponível em: http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.401. Acesso em: 13 mai. 2024.

PALMARES. Fundação Cultural Palmares. *Lei Afonso Arinos: A primeira norma contra o racismo no Brasil*. Gov.br – Ministério da Cultura, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/lei-afonso-arinos-a-primeira-norma-contra-o-racismo-no-brasil. Acesso em: 04 ago. 2024.

PASSOS, C. L. dos. *Raça, classe e desigualdade*: Um estudo sobre pessoas negras em posição de gerência. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes, 2021. Disponível em:https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2022/09/Dissertacao-de-mestrado-Carine-Lima-dos-Passos.pdf. Acesso em: 13 mai. 2024.

PERES, D. A. *A integração da dimensão técnico-científica à dimensão crítico-reflexiva no currículo de graduação em Ciências Contábei*s: um estudo na Universidade Federal do Ceará. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2017. Disponível em: https://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26550/3/2017_tese_daperes.pdf. Acesso em: 13 mai. 2024.

PINHEIRO, B. C. S. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

REIMOL, D. dos S., FERREIRA, A. C. de S., SANTOS, T. L. dos. Diversidade e inclusão no magistério federal nas instituições de ensino superior: um estudo sobre a UFRJ e UFRRJ. *Revista de Gestão e Secretariado*, *v.* 15, n. 7*,* 2024*.* DOI*:* Disponível em*:* https://doi.org/10.7769/gesec.v15i7.3866*.* Acesso em: 13 mai. 2024.

RIBEIRO, D. *Pequeno manual antirracista*. Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, E. F. *O negro no mundo dos ricos*: Um estudo sobre a disparidade racial de riqueza com os dados do Censo 2010*.* Brasília*: E*ditora Universidade de Brasília, 2019.

ROCHA, F. de O. M. *O quilombismo de Abdias Nascimento*: Fundamentos para uma educação antirracista*.* Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15302. Acesso em: 04 ago. 2024.

RODRIGUES, A. O., Nganga, C. S. N., Moreira, J. C. C. Minorias sociais no curso de ciências contábeis: uma análise do perfil dos estudantes de graduação. *Revista Ambiente*

Contábil, v. *15, n.* 2, p. 249–273. DOI: https://doi.org/10.21680/2176-9036.2023v15n2ID30427.

SANTANA, R. M. de. *Trajetória da formação acadêmica de mulheres negras nas ciências contábeis*. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Centro Universitário Adventista de São Paulo, 2019. Disponível em: https://cdn.unasp.br/home/2020/07/03090851/ROSANGELA-MARQUES-DE-SANTANA.pdf. Acesso em: 04 ago. 2024.

SANTOS, B. F., AGUIAR, F. S. de, SILVA, A. S. da. Educação antirracista: Concepções teóricas e práticas na contemporaneidade. *Revista Culturas & Fronteiras*, *v*. 7*,* n. 1, 2023. Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas – GEIFA/UNIR.

SANTOS, L. L. dos. Percursos profissionais de docentes universitárias negras. *VI Simpósio de Gênero e Políticas Públicas,* 2020*.* DOI: Disponível em: https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6p914. Acesso em: 04 ago. 2024.

SANTOS, N. F. *Entre saberes e fazeres docentes: O ensino das relações étnico-raciais no cotidiano escolar*. Appris, 2018.

SAUERBRONN, F. F.**,** HOMERO JUNIOR, P., ARAÚJO, M. C. de, CARVALHO, T. F. M. de, LIMA, J. P. R. de. Pesquisa crítica em contabilidade: um campo de possibilidades. *Revista Mineira de Contabilidade*, v. 24, n. 3, p. 4–11, 2023. DOI: Disponível em: https://doi.org/10.51320/rmc.v24i3.1579. Acesso em: 13 mai. 2024.

SCHUCMAN, L. V. Racismo e antirracismo: A categoria raça em questão. *Psicologia Política*, v. *10, n. 19*, p. 41–55, 2010.

SILVA, G. UERJ realiza audiência pública sobre número de professores negros na instituição. *Jornal Extra – Economia: Servidor Público*, 2023. Disponível em: https://extra.globo.com/economia/servidor-publico/coluna/2023/11/uerj-realiza-audiencia-publica-sobre-numero-de-professores-negros-na-instituicao.ghtml. Acesso em: 04 mai. 2024.

SILVA, L. K. S. *Mais é melhor! Mulheres no conselho de administração e a divulgação de responsabilidade social corporativa relacionada a gênero* (Dissertação de mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/53136. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, S. M. C. da, CASA NOVA, S. P. de C. Pesquisa qualitativa ou qualidade em pesquisa? Um exemplo de contribuição sócio-humanista em pesquisa contábil. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. *13, n.* 1, p. 1–21, 2018. DOI: Disponível em: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v13i1.15860. Acesso em: 13 mai. 2024.

SILVA, S. M. C. da**,** CASA NOVA, S. P. de C. Stained glass ceilings: Gender and race in accounting academia in Brazil. *Gender, Work & Organization*. 2024. DOI: Disponível em: https://doi.org/10.1111/gwao.13201. Acesso em: 01 fev. 2025.

SILVA, S. M. C. da. *Tetos de vitrais: Gênero e raça na contabilidade no Brasil*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-03082016-111152/. Acesso em: 13 mai. 2024.

SOUZA, A. C. de. *Educação antirracista e letramento racial*. 2024. UNEGRO.

SOUZA, P. M. S., NASCIMENTO, W. M., CARDOSO, D. S., VALLE, F. C. M., VITÓRIA, F. S., TEIXEIRA, J. A., MARTINS, L. R., ALMEIDA, L. M., VELECI, N. N., BENTES, S. T. V., SILVA, V. P. M. *Relatório de pesquisa e avaliação sobre políticas públicas – Entrevistas*. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* – Art. 68: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. *2*024. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=AD&abrirArtigo=68. Acesso em: 06 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. CONSUN. *Conselho Universitário da UERJ.* 2024. Disponível em: https://www.uerj.br/noticia/conselho-universitario-da-uerj-aprova-criacao-da-superintendencia-de-equidade-etnico-racial-e-de-genero/ Acesso em: 05 mai. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. CPVA. *Coordenadoria de Validação da Autodeclaração e Comissão Permanente de Validação da Autodeclaração*. 2024. Disponível em: https://www.uerj.br/inclusao-e-permanencia/cpva/. Acesso em: 06 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Deliberação nº 22/2009 – Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis*, os objetivos do PPGCC, entre eles promover a pesquisa e a formação de docentes, pesquisadores e profissionais altamente qualificados, 2009. Disponível em: <faf-uerj.com.br/pluginfile.php/259/mod_resource/content/0/DELIBERAÇÃO PPGCC_Nº_022-2009.pdf>. 13 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Resolução CEPG nº 1* — Dispõe sobre a criação, a organização, o regime didático e as atividades acadêmicas da pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: < https://ppgcc.ufrj.br/images/dissertacao/2006_01_cursos.pdf>. 13 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. SGAADA. *Diretorias – Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://sgaada.ufrj.br/diretorias/. Acesso em: 17 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. SGAADA. *Grupos de Trabalho – Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://sgaada.ufrj.br/grupos-de-trabalho/. Acesso em: 17 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. SGAADA. *Políticas públicas de ação afirmativa são conquistas*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://ufrj.br/2024/03/politicas-publicas-de-acao-afirmativa-sao-conquistas/. Acesso em: 17 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. SGAADA. Superintendência de Ações Afirmativas lança DiverCine, um cineclube dedicado a celebrar a diversidade. *Conexão*

UFRJ, 2024. Disponível em: https://conexao.ufrj.br/2024/11/superintendencia-de-acoes-afirmativas-lanca-divercine-um-cineclube-dedicado-a-celebrar-a-diversidade/. Acesso em: 17 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. SGAADA. *Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://sgaada.ufrj.br/. Acesso em: 17 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. SGAADA. *UFRJ Antirracista – Campanhas*. Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade. 2024. Disponível em: https://sgaada.ufrj.br/campanhas/ufrj-antirracista. Acesso em: 17 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. CPID. *Cartilha de prevenção às violências*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2024. Disponível em: https://institucional.ufrrj.br/cpid/materiais-de-divulgacao/. Acesso em: 17 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. CPID. *Comissão Permanente da Política Institucional pela Diversidade, Gênero, Etnia/raça e Inclusão – UFRRJ: Inauguração*. 2024. Disponível em: https://institucional.ufrrj.br/cpid/inauguracao/. Acesso em: 17 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. CPID. *Por uma Rural antirracista*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2024. Disponível em: https://institucional.ufrrj.br/cpid/por-uma-rural-antirracista/ Acesso em: 17 nov. 2024.